

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

ÉVILIN THAOANE DE MATOS CAMPOS

**ESTAGIÁRIAS EM JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL:
mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo**

São Leopoldo

2022

ÉVILIN THAOANE DE MATOS CAMPOS

**ESTAGIÁRIAS EM JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL:
mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Rafael do Nascimento Grohmann

São Leopoldo

2022

C198e Campos, Évilin Thaoane de Matos.
Estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul: mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo / Évilin Thaoane de Matos Campos – 2022.
174 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Rafael do Nascimento Grohmann.

1. Jornalismo. 2. Estagiários. 3. Trabalho. 4. Estudos de gênero. 5. Interseccionalidade. I. Título.

CDU 070:305

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant'Anna – CRB 10/2360)

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO PÚBLICA Nº 06/2022

Aos 24 dias do mês de março de 2022, realizou-se integralmente à distância, a sessão de Arguição Pública da Dissertação “*ESTAGIÁRIAS EM JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL: mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo*” apresentada pela aluna **Évilin Thaoane de Matos Campos**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, nível Mestrado, à Comissão Examinadora constituída pelos professores doutores Cláudia Lago (USP), Maria Clara Jobst de Aquino (UNISINOS) e Rafael do Nascimento Grohmann (Orientador). O resultado da banca é de consenso entre os avaliadores. Desenvolvidos os trabalhos nos termos do Regimento Interno, Capítulo VI, e registrados os resultados nas Planilhas de Avaliação, a Comissão atribuiu ao aluno, **o grau 10,0**. A emissão do Diploma está condicionada à entrega da versão final da Dissertação.

Ocorreu alteração do título? (X) Não () Sim: _____

Esta atividade foi realizada integralmente em modo online para atender às recomendações da OMS e Ministério da Saúde de prevenção contra a Covid-19.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Rafael do Nascimento Grohmann (Orientador)



Coordenação do PPG em Ciências da Comunicação: Ana Paula da Rosa

ÉVILIN THAOANE DE MATOS CAMPOS

**ESTAGIÁRIAS EM JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL: MUNDO DO
TRABALHO, INTERSECCIONALIDADE E NEOLIBERALISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 24 DE MARÇO DE 2022.

BANCA EXAMINADORA

**PROFA. DRA. CLÁUDIA LAGO - USP
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. MARIA CLARA JOBST DE AQUINO - UNISINOS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**



PROF. DR. RAFAEL DO NASCIMENTO GROHMANN - UNISINOS

Dedico este trabalho à minha irmã Jordana. Que ela, outras garotas e garotos possam se expressar e viver de maneira livre.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata à confiança, ao apoio e ao compartilhamento de experiências que Rafael Grohmann, meu orientador e amigo, proporcionou nestes dois anos de mestrado. O conhecimento partilhado comigo por ele não cabe em uma dissertação, muito menos se restringe somente à vida acadêmica. Obrigada, Rafa, por ser essa pessoa tão especial.

Agradeço também a inestimável contribuição das cinco colaboradoras-participantes que dedicaram tempo, energia e principalmente dividiram comigo suas memórias para que este trabalho nascesse.

Quero agradecer também à minha família pelo apoio nestes anos de intenso trabalho. Agradeço em especial minha mãe e irmã por zelarem pelo meu bem-estar para que eu pudesse estudar, trabalhar e crescer.

Não posso deixar de agradecer às/aos amigas/os que escutaram compenetradamente sobre a pesquisa neste período de isolamento social. Agradeço em especial à Gabriela Gelain, pelo acolhimento de anos, pela inspiração e fundamental participação na revisão desta pesquisa, e ao Gustavo Baumgarten, pelos dias, noites e finais de semana em que esteve ao meu lado acompanhando e apoiando o desenvolvimento da pesquisa.

Gostaria de agradecer também à Carolina Betereli, minha gestora e amiga, por revisar este trabalho, ter apoiado minhas jornadas flexíveis para que conseguisse equilibrar a vida profissional e acadêmica. Obrigada pela confiança, Carol.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro prestado por meio do Código de Financiamento 001. Sem essa substancial oportunidade não teria sido acessível, para mim, estudar e fazer ciência.

Também sou grata à Unisinos pela estrutura oferecida para que a experiência remota fosse o mais tranquila possível; aos eventos realizados pela instituição; e ao corpo docente de alta qualidade que sempre se manteve atento às tendências e às mudanças sociais para formar pesquisadoras/es bem-preparadas/os.

Não tenho como não reconhecer os questionamentos, as críticas e os adoráveis elogios da banca de qualificação, formada pelas professoras Dra. Cláudia Lago e Dra. Maria Clara Aquino, que apoiaram uma pesquisa mais bem fundamentada. Obrigada por contribuírem também na etapa final deste trabalho.

Por fim, agradeço a todas/os as/os pesquisadoras/es e escritoras/es que estiveram neste mesmo lugar antes de mim para construir os campos de estudos de gênero, interseccionalidade, mundo do trabalho e jornalismo. É com muito orgulho que participo e contribuo nessas áreas!

“A vida para ambos os sexos [...] é árdua, difícil, uma luta perpétua. Requer coragem e força gigantescas. Mais que qualquer coisa, talvez, criaturas da ilusão como somos, ela requer confiança em si mesmo. Sem autoconfiança, somos como bebês no berço. E de que modo podemos adquirir essa qualidade imponderável, que também é tão inestimável, o mais rápido possível? Pensando que as outras pessoas são inferiores [...] Por isso a enorme importância para o patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza inferior.”

(Um Teto Todo Seu, Virgínia Woolf)

[...]

Yo puedo ser tu gran amiga

Incluso tu compañera de vida

Yo puedo ser tu gran aliada

La que aconseja y la que apaña

Yo puedo ser cualquiera de todas

Depende de como tu me apodas

Pero no voy a ser la que obedece

Porque mi cuerpo me pertenece

Yo decido de mi tiempo

Como quiero y donde quiero

Independiente yo nací, independiente decidí

Yo no camino detrás de ti

Yo camino de la par aquí

(Antipatriarca, Ana Tijoux)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar o impacto do mundo do trabalho em contexto neoliberal para as estratégias de crescimento profissional de mulheres graduandas em jornalismo. Para tal objetivo, contamos com a perspectiva interseccional para compreender os desdobramentos dos marcadores sociais da diferença que atravessam a realidade das colaboradoras-participantes desta pesquisa, que são cinco estagiárias mulheres de Jornalismo do estado do Rio Grande do Sul, com distinções de raça (branca e negra), classe (compõem a classe-de-vive-do-trabalho), localidade (Porto Alegre e região metropolitana) e sexualidade (heterossexual, bissexual e homossexual). A partir das articulações entre teoria e vivências de cinco meses de entrevistas, com o acionamento do método etnográfico (TRAVANCAS, 2012; STRATHERN, 2017), inferimos que: 1) estágio também é uma questão de classe por questões de sobrevivência, mesmo que a literatura do campo se debruce em demasia na perspectiva unilateral de experimentação (VALVERDE, 2006; CAMPOS; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2015; 2016; ZACARIOTTI; SOUZA, 2019); 2) é compulsória a adesão a estratégias de crescimento profissional baseadas no neoliberalismo, ainda assim existem ações fundamentadas em bem comum e coletivo que encontram harmonia na práxis das colaboradoras-participantes; 3) as estratégias de elaboração de autoridade sobre as habilidades caminham juntas com as ações de compensação de gênero, logo acontecimentos sexistas se escondem em suas narrativas e apenas a leitura de fracasso ou sucesso profissional na perspectiva individual estão propensos a emergir; 4) em contrapartida, preconceitos racistas no interior da universidade e do trabalho são mais facilmente identificados pelo prisma de raça e não interseccional. Em vista desses pontos, identificamos que os estudos sobre estágio em jornalismo guardam lacunas a serem destrinchadas com a participação das/os alunas/os para que compartilhem suas memórias sobre como, quando e onde ocorrem suas percepções e decisões sobre o futuro da profissão.

Palavras-chaves: Mundo do trabalho; Jornalismo; Estágio; Estudos de gênero; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate the impact of the world of work in a neoliberal context for the professional growth strategies of female journalism graduates. To this end, we rely on the intersectional perspective to understand the developments of the social markers of difference that cross the reality of the collaborators-participants of this research, which are five female interns of Journalism in the state of Rio Grande do Sul, with distinctions of race (white and black), class (make up the class-live-of-work), location (Porto Alegre and metropolitan region) and sexuality (heterosexual, bisexual and homosexual). From the articulations between theory and experiences of five months of interviews, with the activation of the ethnographic method (TRAVANCAS, 2012; STRATHERN, 2017), we infer that: 1) internship is also a matter of class for survival issues, even if the literature of the field dwells too much on the unilateral perspective of experimentation (VALVERDE, 2006; CAMPOS; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2015; 2016; ZACARIOTTI; SOUZA, 2019); 2) it is compulsory to adhere to professional growth strategies based on neoliberalism, yet there are actions grounded in common and collective good that find harmony in the praxis of the collaborator-participants; 3) the strategies of elaboration of authority over skills go hand in hand with actions of gender compensation, thus sexist events are hidden in their narratives and only the reading of professional failure or success from an individual perspective are prone to emerge; 4) in contrast, racist prejudices within the university and the workplace are more easily identified through the prism of race and not intersectionality. In view of these points, we identified that the studies on journalism internships contain gaps to be unraveled with the participation of students to share their memories about how, when, and where their perceptions and decisions about the future of the profession occur.

Keywords: World of Work; Journalism; Internship; Gender Studies; Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Roleta interseccional como proposta metodológica.....	32
Figura 2 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Aurora..	73
Figura 3 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Camila..	75
Figura 4 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Helena..	77
Figura 5 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Olívia...	79
Figura 6 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Virgínia	81
Figura 7 - Atribuições dos estágios de Aurora.....	111
Figura 8 - Atribuições dos estágios de Camila.....	114
Figura 9 - Atribuições dos estágios de Helena.....	118
Figura 10 - Atribuições dos estágios de Olívia.....	121
Figura 11 - Atribuições dos estágios de Virgínia.....	125

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Habilidades indicadas no currículo de Aurora.....	112
Imagem 2 – Habilidades indicadas no currículo de Camila.....	115
Imagem 3 - Habilidades indicadas no currículo de Helena.....	118
Imagem 4 - Habilidades indicadas no currículo de Olívia.....	121
Imagem 5 - Habilidades indicadas no currículo de Virgínia.....	126
Imagem 6 - Vaga de estágio.....	170
Imagem 7 - Vaga de estágio.....	171
Imagem 8 - Vaga de estágio.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória educacional das colaboradoras-participantes antes de ingressar na graduação de Jornalismo.....	83
Quadro 2 - Trajetória educacional das interlocutoras na graduação de Jornalismo.....	86
Quadro 3 - Marcadores sociais da diferença das colaboradoras-participantes.....	93
Quadro 4 - Trajetória profissional das interlocutoras no Jornalismo durante a graduação.....	101

LISTA DE SIGLAS

Cimol - Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato

ESPM-RS - Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul

Fadergs - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPA - Centro Universitário Metodista

ONU - Organização das Nações Unidas

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ulbra - Universidade Luterana do Brasil

UniRitter - Universidade Ritter dos Reis

Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. EXPERIÊNCIAS INTERSECCIONAIS	21
1.1 O QUE É INTERSECCIONALIDADE?.....	23
1.2 PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA COMPREENDER RELAÇÕES SOCIAIS, INDIVIDUAIS E EM COMUNIDADE	26
2. MULHERES E MUNDO DO TRABALHO	39
2.1 A HERANÇA DAS MULHERES: DISCIPLINAMENTO PATRIARCAL, CAPITALISTA E COLONIAL.....	40
2.2 PESOS E OPRESSÕES DE SE CONSTITUIR COMO MULHER NO MUNDO DO TRABALHO MARCADO PELO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	46
2.3 FEMINILIZAÇÃO DO JORNALISMO: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA PROFISSÃO	52
3. PERCURSO METODOLÓGICO	60
3.1 APROXIMAÇÕES E IMERSÕES NO CAMPO DE PESQUISA	61
3.2 ESCOLHA DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES E ANDAMENTO DAS ENTREVISTAS.....	66
4. PERFIL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES	69
4.1 QUEM SÃO AS COLABORADORAS-PARTICIPANTES?	70
4.1.1 AURORA	72
4.1.2 CAMILA	74
4.1.3 HELENA	75
4.1.4 OLÍVIA	77
4.1.5 VIRGÍNIA.....	79
4.2 TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES.....	82
4.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA DAS COLABORADORAS- PARTICIPANTES.....	89
4.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES....	101
5. AUTONOMIA, SOBRECARGA E RETORNO FINANCEIRO: AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MULHERES EM ESTÁGIOS DE JORNALISMO	107
5.1 “O PORTFÓLIO É UMA APRESENTAÇÃO, MAS TAMBÉM É SE VENDER” ...	109
5.2 “NÃO SE FORMA JORNALISTA SEM PRÁTICA”.....	128
5.3 “QUAL CARREIRA NO JORNALISMO QUERO SEGUIR? A QUE ME DÁ DINHEIRO”.....	134

5.4 “ELE JÁ TINHA ATÉ CHAMADO UMA PESSOA PRA MINHA VAGA SEM ME DIZER QUE EU IA SER DIMITIDA”	138
5.5 MÉTRICAS DA EFICIÊNCIA	144
5.6 “NUNCA TEM MULHER TE ENTREVISTANDO, MAS NUNCA ACONTECEU NADA”	146
5.7 PORQUE PESQUISAR ESTÁGIO É IMPORTANTE PARA OS ESTUDOS DE MUNDO DO TRABALHO DOS JORNALISTAS	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	170

INTRODUÇÃO

A construção desta dissertação não foi linear e tampouco cronológica, mas posso dizer com certa convicção que o início desta pesquisa não coincide com a entrada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Provavelmente as raízes do seu surgimento nascem com ingresso ao ensino superior de Jornalismo. Os choques culturais, de classe e localidade que essa experiência - por vezes hostil e, às vezes, transformadora - alimentaram meu desejo ainda prematuro de estudar o mundo do trabalho. Transitar entre saberes e perspectivas de vida distintas exige resiliência e autoconhecimento, pois um novo “eu” rompe o tecido político social com anseios, desejos e perspectivas de futuro que não cabem perfeitamente em um único desses horizontes de vida, afinal fui o produto da intersecção de ambos. É por conta dessas lacunas que teimavam em não se selar que dei início à essa pesquisa com foco no estágio em jornalismo.

Analisar as trajetórias das cinco colaboradoras-participantes oportunizou que eu revisitasse a minha própria jornada de descobertas e aflições. Partir do ponto de vista das estagiárias foi dialogar intimamente com o passado com os olhos do presente, de fato era esse o meu desejo. Usando meu próprio percurso como movimento dialético sobre o ingresso de alunas/os ao mercado de trabalho, observava que pouco ou nenhum material sobre os desafios do estágio foram compartilhados pelas/os professoras/es. As referências eram em sua maioria de jornalistas de redação que narram os desafios da profissão. A partir daquele conjunto de vivências localizadas em uma oficina específica, nós, estudantes deslumbradas/os e com um punhado de experiências extramídia tínhamos de nos apropriar desses saberes e planejar nossas carreiras. A esperança era que a redação guardasse uma vaga para nós e em contrapartida nós também a quiséssemos. Pouca atenção é dada justamente a quem fica de fora desse contingente privilegiado de jornalistas. Afortunadas/os¹ porque ao menos têm acesso aos debates e textos sobre as práticas de trabalho que acontecem naquele local “onde se fazem jornalistas de verdade”. Há dois anos que venho sendo jornalista de “mentirinha”.

Apesar de ter sido uma das privilegiadas - visto desse modo - durante a graduação, ser uma mulher atravessada pelo marcador de classe e localidade não facilitou a minha progressão à cultura elitista e sexista do jornalismo de redação. Desenvolver-se no mundo do trabalho

¹ Optamos como padrão conjugar no feminino os adjetivos e substantivos. Além de ser uma inclinação pessoal minha pelo uso do feminino, a conjugação se mostra como propícia já que a maioria das pessoas que colaboraram com o desenvolvimento dessa pesquisa se identificam como mulheres.

das/os jornalistas - um universo por si só multifacetado, complexo e aparentemente com debates rasteiros sobre empregabilidade e identidade - carregando incertezas de ser jornalista e estando fora do núcleo onde emergem as tradicionais práticas, ao mesmo tempo que profissionalmente composta pelas principais habilidades da profissão, é um peso do qual resultou esta pesquisa reflexiva e empírica que busca suplantar as discussões em torno do diploma e do papel do estágio pelo prisma pedagógico.

A proposta executada neste trabalho se concentra no âmago da construção de carreira de cinco estudantes de jornalismo do Rio Grande do Sul, que compartilharam por cinco meses memórias e informações sobre graduação, mercado de trabalho e jornalismo para que pudesse estruturar esse conjunto de percepções em um material que ao menos representasse um ponto de partida para as/os estudantes que decidem fazer parte da comunidade jornalística. Desta forma, esta pesquisa tem para mim a relevância de um manifesto sobre fragilidades e oportunidades de estágio em jornalismo.

Para construir essa estrutura teórico-metodológica, distribuimos o estudo em cinco capítulos interconectados pelo mesmo objetivo dialético de debater em diferentes dimensões as resistências e opressões de existir no mundo do trabalho em contexto neoliberal. Em vista disto, o primeiro capítulo, “**Experiências Interseccionais**” contextualiza a nossa visada epistemológica em torno da perspectiva interseccional a partir dos pressupostos de Kimberlé Crenshaw (1989; 2002), Fernanda Carrera (2020; 2021) e Patrícia Hill-Collins e Sirma Bilge (2020). A argumentação se fundamenta na maneira a operacionalizar a interseccionalidade para visualizar, no mesmo plano de análise, os marcadores sociais da diferença que propomos evidenciar para estudar os percursos das cinco colaboradoras-participantes, sendo eles gênero, classe, raça, localidade e sexualidade.

Em suma, esses eixos da diferença são analisados em três dimensões (BRAH, 2006): na vivência individual de cada pessoa em consonância com suas trajetórias de vida para compreender as negociações marcadas pela interseccionalidade que empreendem para resistir no mundo do trabalho. Em seguida dessa contextualização sobre como e porquê, passamos a examinar a comunidade onde essas ações se fundamentam. Nesta pesquisa, estamos tratando das comunidades de gênero (como é ser mulher no mundo do trabalho) e de jornalistas (cultura, valores, premissas e adversidades da profissão). Assim, conseguimos ampliar o olhar para ver além do que acontece no interior da vivência individual ao mesmo tempo que guiamos o estudo para um campo mais específico do mundo do trabalho. Por fim, conseguimos enxergar a equação máxima dessa articulação nas relações sociais atribuindo resistências e opressões para além da obra do acaso, mas sim estruturas das quais as colaboradoras-participantes não têm

condições de controlar, pois se inscrevem nas dinâmicas da matriz de dominação (HILL-COLLINS, 2019).

Como partimos de uma análise interseccional, passamos a considerar as múltiplas negociações que os marcadores sociais da diferença articulam em cada contexto. Logo, não reduzimos a complexidade da vida em um conjunto de processos, mas reconhecemos que suplantar as dinâmicas de poder e opressão requer o auxílio ativo de vários outros atores. Justamente por isso que a interseccionalidade se apresentou como uma perspectiva mais apropriada para o propósito deste estudo ao invés da consubstancialidade (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014). De forma prática, a flexibilidade da interseccionalidade nos permite mover e alterar a permanência dos eixos de acordo com o fluxo dos acontecimentos mesmo que não estejam diretamente relacionados ao impacto das relações sociais (gênero, raça e classe). As múltiplas combinações não ocorrem na consubstancialidade por uma diferença de propósito em examinar a manutenção das relações sociais que, na perspectiva materialista, ocorrem a partir da classe para os trabalhadores homens e na união de classe e gênero na realidade das mulheres trabalhadoras.

Apesar de terem essa significativa ambivalência, estamos interessadas em discutir, por meio da interseccionalidade, esses aspectos. No segundo capítulo, “**Mulheres e o mundo do trabalho**”, aprofundamos o debate remontando a história das mulheres em intersecção ao capitalismo, patriarcalismo e colonialismo que, em nossa perspectiva, amparada por Heleieth Saffioti (1976), Angela Davis (2016), Silvia Federici (2017), Patrícia Hill-Collins e Sirma Bilge (2020), Ursula Huws (2020) e Gabriella Lukács (2020), representou um processo de disciplinamento de como as mulheres brancas e negras deveriam agir e se comportar para garantir a manutenção de opressão contra seu gênero.

O fio condutor deste debate se localiza em como uma mulher pode reproduzir passivamente a submissão de si mesma. Primeiro entendemos que onde há opressão, há resistência (COSTANZA-CHOCK, 2020). E opressão no âmbito do mundo do trabalho se esconde sorrateiramente na insegurança de pleitear melhores e mais bem pagas vagas de emprego, assumindo um papel de bem-comum zelando pelo coletivo antes da própria satisfação individual e tornando-se profissionais supra-qualificadas como estratégia de compensar o gênero, o que garante maior rentabilidade às empresas. Tais movimentos passam a ser compreendidos como naturais ao gênero e as instituições fingem não enxergar a lucratividade desse comportamento. Em um nível macro, o número de mulheres brancas ou negras em cargos de liderança é inferior ao dos homens (SANTOS, 2010; SILVA, 2010; ROSS, 2017). Muitas vezes elas se localizam em áreas mais fáceis de controlar, enquanto seus colegas homens lidam

com setores mais autônomos (HUWS, 2020) e, por fim, as representações femininas presentes da cultura organizacional cultuam valores masculinos sobre o profissional ideal (SANTOS, 2010; CASTRO, 2016).

Em vista dessas instâncias, assumimos o termo “reproduzir”, pois as mulheres brancas e negras estão perpetuando o comportamento que foi produzido pela matriz de dominação (HILL-COLLINS, 2019), engendrada justamente por quem tem a ganhar com esse comportamento de subordinação. Uma última engrenagem dessa dinâmica está em pensar as convenções de gênero como construídas na coletividade. Ou seja, os marcadores sociais da diferença que atravessam a realidade ôntica das mulheres brancas ou negras negocia precariamente uma vida com mais ou menos opressão, mas o privilégio ainda não se inscreve no eixo de gênero.

Por fim, localizamos essas articulações dentro da cultura e dinâmica do jornalismo. Assim, observamos por meio das pesquisas na área a crescente presença de mulheres (ROSS, 2017; THIBES; NICOLETTI, 2017). Esse aumento, no entanto, se dá em consonância com a crise do jornalismo, que passa a oferecer rotinas mais precárias de trabalho, com menores salários e menos estabilidade a longo prazo (THIBES; NICOLETTI, 2017; PONTES; MICK, 2018). Assim, a redação passa a ser gerenciada com práticas tradicionais de gestão empresarial. Além disso, a distribuição de gênero nas redações ocorre depreciando as mulheres ao alocar seus esforços em editoriais e pautas com menor possibilidade de mobilidade por conta da visibilidade dos assuntos e métodos de apuração (SANTOS; TEMER, 2016; SILVEIRINHA e SIMÕES, 2016; LELO, 2019). A ascensão das mulheres que alcançam cargos de liderança ainda é um campo com lacunas a serem preenchidas, uma vez que em relatos de jornalistas é observado sobrecarga de trabalho, impacto na vida reprodutiva com base no fluxo de produtividade com mais intensidade do que os homens e estratégias de apagamento e compensação de gênero para eclipsar a presença deste marcador com vantagens competitivas que elas conseguem controlar (LEITE, 2017; FIGARO, 2018; MORAIS, 2018; BUENO, 2018; BANDEIRA, 2019; LELO, 2019).

Como o nosso interesse é em mulheres que estão na etapa de formação acadêmica, o capítulo três, “**Percursos metodológicos**”, apresenta os desdobramentos teóricos-metodológicos para acessar as estudantes que viriam a ser nossas colaboradoras-participantes. O principal canal usado para esse objetivo foi um grupo de Facebook que disponibiliza vagas de emprego em Comunicação no Estado. Por sete dias, circulou um formulário eletrônico convidando as graduandas em jornalismo a participarem de entrevistas teste, mas também entramos em contato com as universidades de Porto Alegre e região metropolitana pedindo indicações de alunas que

pudessem se interessar na pesquisa. Todas as entrevistas (testes e da pesquisa) ocorreram via uma plataforma de videochamada por conta do isolamento social. Em vista das formas de contato, consideramos que realizamos uma triangulação metodológica (FIGARO, 2014) com o acionamento de elementos do método etnográfico tradicional, em especial o diário de campo e entrevista em profundidade (TRAVANCAS, 2012; STRATHERN, 2017), etnografia virtual (AMARAL et al, 2008; POLIVANOV, 2013) e estudos de plataformas (POELL et al, 2020) para entendermos as oportunidades e limitações dessa maneira de interagir com as entrevistadas. Após as hipóteses serem testadas e o escopo de colaboradoras-participantes constituído, estruturamos perguntas abertas e fechadas para cinco encontros individuais (um por mês), que iniciaram em outubro de 2020, com cinco estudantes de jornalismo de Porto Alegre e região metropolitana.

No capítulo quatro, “**Perfil das colaboradoras-participantes**”, apresentamos em profundidade cada uma das entrevistadas (Aurora, Camila, Helena, Olívia e Virgínia, os nomes foram alterados para a pesquisa). Em suma, elas têm idades entre 21 e 25 anos, pertencem à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2001), têm diferentes orientações sexuais (homossexual, bissexual e heterossexual) e raças (branca e negra). Optamos por fazer essa apresentação em quadros com o conjunto de informações educacionais (desde o ensino fundamental até a graduação), profissionais (estágios, voluntariados e monitorias dentro do eixo de comunicação) e de marcadores sociais da diferença (raça, classe, sexualidade e localidade) que apresentam o panorama das distinções e semelhanças das cinco colaboradoras-participantes. Ainda assim, estruturamos perfis individuais com uma breve biografia e diagramas que sintetizam esses três eixos de análise.

Por fim, o quinto capítulo, “**Autonomia, sobrecarga e retorno financeiro: as experiências de estudantes mulheres em estágios de jornalismo**”, aprofunda a análise das informações teórico-metodológicas que iniciaram no capítulo anterior. Ele está estruturado em sete tópicos que permeiam os principais achados e temas observados em campo: a) habilidades; b) centralidade da prática para a formação jornalística; c) estágio enquanto questão de classe e, conseqüentemente, a redação perdendo espaço nas perspectivas de futuro para a classe-que-vive-do-trabalho; d) processos de demissão; e) métricas da eficiência da rotina e do trabalho entregue; f) como é ser uma estagiária mulher no jornalismo; g) por que pesquisar estágio é relevante para os estudos de jornalismo. Em vista dessas discussões, conseguimos inferir, dentre outros pontos, que: 1) estágio é uma questão de classe tanto quanto de experimentação como tem convencionado a literatura do campo (VALVERDE, 2006; CAMPOS; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2015; 2016; ZACARIOTTI; SOUZA, 2019); 2) é

compulsória a adesão a estratégias de crescimento profissional baseadas no neoliberalismo, ainda assim existem ações fundamentadas em bem comum e coletivo que encontram harmonia na práxis das colaboradoras-participantes; 3) as estratégias de elaboração de autoridade sobre as habilidades caminham juntas com as ações de compensação de gênero, logo acontecimentos sexistas se escondem em suas narrativas e apenas a leitura de fracasso ou sucesso profissional na perspectiva individual estão propensos a emergir; 4) em contrapartida preconceitos racistas no interior da universidade e do trabalho são mais facilmente identificados pelo prisma de raça e não interseccional. Em vista desses pontos, identificamos que os estudos sobre estágio em jornalismo guardam muitas lacunas a serem destrinchadas com a participação das/os alunas/os para que compartilhem suas memórias sobre como, quando e onde ocorrem suas percepções e decisões sobre o futuro da profissão.

1. EXPERIÊNCIAS INTERSECCIONAIS

Neste trabalho, quando acionamos a categoria de gênero, não estamos falando exclusivamente sobre mulheres cisgêneras², referimo-nos também à constituição do marcador enquanto teoria e epistemologia (BONETTI, 2012). Ou seja, gênero como um princípio que organiza as relações sociais baseado no poder que tal categoria fundamenta e produz no mundo. Portanto, o eixo não pode ser resumido apenas aos fatores de “corpo biológico-sexo-gênero” (BONETTI, 2012, online). Em vista disso, pesquisadoras/es em gênero, em uma perspectiva interseccional, acreditam não haver uma maneira fixa e única de ser percebida e existir no mundo como mulher. Logo, os demais marcadores sociais da diferença, o ambiente externo e contextos socioculturais e temporais se entrelaçam para negociar a existência marcada pela interseccionalidade ao distribuírem poder, opressão, resistência e privilégios (COSTANZA-CHOCK, 2020; HILL-COLLINS; BILGE, 2020).

Considerando essas complexidades da categoria de gênero, esta pesquisa se apropria da perspectiva interseccional para analisar as estruturas das relações sociais, individuais e no âmbito da comunidade jornalística a partir dos pensamentos de Kimberlé Crenshaw (1989; 2002), Fernanda Carrera (2020; 2021) e Patrícia Hill-Collins e Sirma Bilge (2020). A interseccionalidade é uma forma de ver, sentir e entender o mundo para além das concepções dominantes de quais ações deveriam emergir no tecido social e com qual objetivo. Por isso, não apenas a/o sujeita/o da pesquisa é analisada/o pelo prisma interseccional, mas sim a/o pesquisadora/o é provocada/o a entender o seu lugar e impacto no estudo, para assim traçar alternativas de investigação que respeitem os saberes e vivências de todas/os que contribuem para a alteridade da pesquisa (CARRERA, 2020; COSTANZA-CHOCK, 2020).

Diante disso, este capítulo demonstra um esforço teórico-metodológico para refletir a respeito de estratégias de pesquisa baseadas na perspectiva interseccional. Para isso, apresentamos no primeiro tópico um breve resgate histórico da interseccionalidade, suas contribuições e preceitos. Em seguida, dedicamo-nos a refletir sobre as possibilidades e oportunidades da perspectiva interseccional para este estudo que aciona elementos do método etnográfico, servindo como uma tática para capturar a complexidade da realidade e desnudar práticas de manutenção de poder (CRENSHAW, 2002; HILL-COLLINS; BILGE, 2020). Essas

² Cisgênero é o indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero que lhe foi designado no momento de seu nascimento. Já pessoas transgêneros possuem uma identidade de gênero diferente do sexo denominado no momento de seu nascimento.

oportunidades de análise preenchem lacunas entre a teoria e a empiria, pois servem como ponte para compreender as múltiplas estruturas de poder as quais os atores e ambientes sociais estão expostos (VIVAS-ROMERO, 2017).

1.1 O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

O conceito de interseccionalidade tratado neste estudo se apoia e se conecta com os princípios da jurista e professora norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), que deu fôlego à perspectiva interseccional no âmbito das ciências sociais, no final dos anos 1980, a partir de uma carta-aberta destinada à ONU, *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*³. A teoria feminista tratada por Crenshaw (1989) na época propunha a interseção entre gênero e raça para analisar a experiência das mulheres de cor⁴ cisgêneras e suas (r)existências diante da interdependência das relações de poder. Dessa maneira, a interseccionalidade emergiu com o compromisso de analisar identidades e opressões de maneira simultânea (AKOTIRENE, 2019; HILL-COLLINS; BILGE, 2020; HIRATA, 2014) e diferencia-se, assim, da análise unidimensional da diferença, que “leva em consideração uma característica isolada de um grupo discriminado” (DALPIAN; SILVEIRA, 2019, p. 378).

Por mais que Crenshaw (1989) tenha inovado ao designar o termo para abordar as relações de poder, a constituição desse olhar analítico é uma herança de debates que surgiram ainda no final dos anos 1960, no interior de movimentos sociais – com destaque para o feminismo negro (CARRERA, 2020; HILL-COLLINS; BILGE, 2020; HIRATA, 2014). Esse período (1960 a 1980) é marcado pelo surgimento da segunda onda feminista, a partir da qual o movimento passou a ser ramificado em correntes (CAMPOS, 2017; SANTOS, 2014), ampliou suas lutas e denúncias contra o patriarcado e o recorte de classe e raça passou a estar presente na análise da opressão feminina.

Patricia Hill-Collins e Sirma Bilge (2020) dedicam um capítulo da obra *Interseccionalidade* à história da perspectiva homônima, revelando que o seu surgimento encontra raízes nos pensamentos de mulheres negras, chicanas⁵, indígenas, asiático-americanas

³ Trecho do primeiro parágrafo da carta-aberta escrita por Crenshaw (1989, p. 139, grifo da autora): “*One of the very few Black women's studies books is entitled All the Women Are White; All the Blacks Are Men, But Some of Us are Brave. I have chosen this title as a point of departure in my efforts to develop a Black feminist criticism because it sets forth a problematic consequence of the tendency to treat race and gender as mutually exclusive categories of experience and analysis. In this talk, I want to examine how this tendency is perpetuated by a single-axis framework that is dominant in antidiscrimination law and that is also reflected in feminist theory and antiracist politics*”.

⁴ Por mais que a tradução em português e literal de *women of color* possa soar estranha, Crenshaw (1989) a menciona na carta-aberta para abranger opressões e resistências de mulheres indígenas, imigrantes e com fenótipos que se diferem do padrão da branquitude eurocêntrica.

⁵ Mulheres norte-americanas descendentes de famílias mexicanas.

e brasileiras⁶. A partir de suas experiências, essas mulheres apresentaram como as suas trajetórias de vida eram atravessadas pelos “(...) desafios de colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista” (HILL-COLLINS; BILGE, 2020, p. 122).

Para Hill-Collins e Bilge (2020, p. 60), a perspectiva interseccional é capaz de desentranhar seis aspectos centrais das relações sociais: “desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social, relacionalidade, justiça social e complexidade”. Portanto, a interseccionalidade lança luz sobre a complexidade da realidade que escapa em análises monofocais. Isso porque, nas palavras de Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Diante disso, a perspectiva possibilita uma investigação que visibiliza a complexidade de contextos híbridos e fluidos, nos quais “(...) diferentes pessoas e grupos existem, se articulam e empreendem suas lutas por melhores condições de vida” (LOPES; WERNECK, 2010, p. 18). Desta maneira, adotar a interseccionalidade para analisar os marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade, localidade permitem observar as “maneiras pelas quais as pessoas (...) produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana” (HILL-COLLINS; BILGE, 2020, p. 70). Essa sinergia entre a teoria e a empiria, para Hill-Collins e Bilge (2020), representa a possibilidade de criar conhecimentos e práticas eficazes contra as desigualdades sociais. Um exemplo é o *Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas*⁷ (2021), desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O estudo urbano-arquitetônico tem como objetivo melhorar a relação de grupos vulneráveis (entre eles mulheres brancas e negras,

⁶ Dentre as citadas na obra, está Lélia Gonzalez (1935-1994), referência para o tema de descolonização de epistemologias pelo prisma interseccional. Lélia foi uma ativista e intelectual do feminismo negro fundamental para a luta de redemocratização do Brasil entre os anos de 1964-1985. Questionou as variadas formas de colonialidade na cultura brasileira, denunciou a intersecção das opressões de gênero, raça e classe no Brasil e a consequente universalidade da categoria mulher ainda na década de 1980. Este eixo essencialista, elaborado no interior do movimento feminista, para ela, cobria principalmente as necessidades das mulheres brancas (ANDRADE, 2018).

⁷ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Genero-e-cidades-Guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas.pdf>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

LGBT+, homens negros, imigrantes) com os espaços públicos. Neste sentido, as autoras Sarah Gamrani e Clémentine Tribouillard apontam quais violências e exclusões essas pessoas podem ser acometidas para então elaborar um guia de como tornar as ruas brasileiras mais seguras justamente para quem se sente menos segura/o nelas.

Já na presente pesquisa, consideramos que a partir da teoria e empiria levantada, a interseccionalidade nos ajudou a compreender quatro aspectos centrais: relações de poder interseccionais, contexto social, relacionalidade e complexidade. Isso porque apresentamos e estudamos os **contextos sociais** das cinco colaboradoras-participantes, observamos as **relações de poder** distribuídas a partir do núcleo familiar e permeando suas trajetórias educacionais e profissionais que antecedem o ingresso na graduação. Assim conseguimos **relacionar** os percursos, desafios e perspectivas de futuro para desnudar as **complexidades** do cotidiano de ser estagiária mulher em jornalismo no Rio Grande do Sul.

A partir disso, no tópico seguinte, refletimos como a perspectiva interseccional é um fio condutor para a construção do nosso processo epistemológico, coleta e análise de informações capturadas com o acionamento de elementos do método etnográfico, em especial diário de campo e entrevista em profundidade (TRAVANCAS, 2012; STRATHERN, 2017), que permitiu acompanhar as complexidades presentes nos âmbitos individuais, sociais e perante à comunidade jornalística de cinco estagiárias em Jornalismo com idades entre 21 a 25 anos e residentes de Porto Alegre e Sapucaia do Sul, municípios do Rio Grande do Sul.

1.2 PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA COMPREENDER RELAÇÕES SOCIAIS, INDIVIDUAIS E EM COMUNIDADE

Este subcapítulo tem como objetivo realizar um esforço teórico para explicar como opera a perspectiva interseccional junto com os elementos do método etnográfico⁸ acionados nesta pesquisa, diário de campo e entrevistas em profundidade. Entendemos a interseccionalidade como um produto feminista que, conseqüentemente, propicia uma perspectiva que serve para desenvolver o método acionado (REINHARZ, 1992). Logo, não se trata de uma metodologia, mas uma forma aprimorada de ver e utilizar as ferramentas de pesquisa.

Começando pela contextualização da prática etnográfica, o método de pesquisa qualitativa busca apreender a complexidade da vida social, por meio de um profundo mergulho da/o pesquisadora/o sobre o tema investigado. Essa imersão se traduz em um denso levantamento bibliográfico e idas a campo para capturar as informações das/os interlocutoras/es. Diante disso, para a antropóloga Marilyn Strathern (2017), a etnografia produz dois campos: aquele cotidiano, em que a pessoa está envolvida; e o da escrita, em que as narrativas são rearranjadas para fazerem sentido. É neste segundo campo que as informações saem de um caráter expositivo, uma mera transcrição do que foi capturado no diário de campo e pelo gravador. Portanto, a etnografia é um processo que consiste em um vai-e-vem entre o campo e a escrita para que as ações observadas assumam a condição de significados e teorias.

O enriquecimento deste olhar para a/o pesquisadora/o está justamente em participar da construção das respostas como observadora/o. Na mesma medida, a entrevista em profundidade exige da/o pesquisadora/o um trabalho artesanal de escuta e olhar (FRAGA, 2013; STRATHERN, 2017), desenvolvendo assim a relação eu-outra/o mutuamente. Do contrário, as/os pesquisadoras/os podem ser acusadas/os de se apropriar dos conhecimentos alheios. Como exemplo, durante as entrevistas, a pesquisadora ouviu: “Eu estou adorando as nossas conversas”. “Agora está parecendo uma sessão de terapia”. Logo, os diálogos oportunizam espaços de troca que também servem para a/o entrevistada/o refletir sobre as perguntas, porque é possível encontrar semelhanças entre as conversas para fins científicos e o acompanhamento psicológico - mesmo que eles tenham propósitos diferentes. Todas as colaboradoras-

⁸ Cabe ressaltar que, se há inovação neste tópico, é apenas por refletir sobre métodos já utilizados e não por criar uma técnica ou conceito.

participantes⁹ fizeram terapia em algum momento, mas, durante a pesquisa, nenhuma estava em tratamento.

De qualquer maneira, esses campos (o cotidiano e o da escrita) agem de modo sinérgico e dinâmico. Segundo a Strathern (2017), a/o pesquisadora/o vai ao encontro de suas/seus entrevistadas/os com as razões teóricas claras para estar ali e, ao mesmo tempo, busca no campo por aquilo que ainda “não foi procurado” (STRATHERN, 2017, p. 347). Nessas idas e vindas a campo, Strathern (2017, p. 348) afirma que há direcionamentos de rigor científico concebidos a partir de uma perspectiva colonizadora, que discorrem sobre “(...) o que é apropriado nas relações entre as pessoas no que diz respeito às coisas (isto é, as relações de propriedade)”.

Para refletir sobre estas abordagens que fundaram o entendimento de etnografia, Strathern (2011) aconselha que o olhar da/o pesquisador/a e o processo de escrita devem receber um tratamento feminista, justamente por esta ser uma área de conhecimento interdisciplinar, enriquecida através de vários campos de estudo com estratégias de análises que conseguem capturar de maneira fluída aquilo que é dito e não dito. Isso porque, segundo Strathern (2011, p. 30), a literatura feminista trabalha desde sempre com as brechas nas trajetórias das mulheres, tentando remontar um corpo fragmentado com ausências e negligências que “(...) são normalmente suprimidos ‘abaixo da superfície’ da vida cotidiana”. De fato, Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Lago (2016) argumentam que os estudos feministas exercem uma reflexão sobre as questões femininas. Conforme as investigações foram se aprofundando, passaram a questionar, a partir dos saberes que as excluía, a vida social, bem como as próprias teorias que explicavam o mundo, as organizações e as/os sujeitas/os. “Ao questioná-las, foi natural que desenvolvessem estudos e propusessem novos conceitos” (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, online).

Neste sentido, buscamos acionar elementos da etnografia por meio da perspectiva interseccional para aguçar a sensibilidade da/o pesquisador/a em escutar e olhar as vivências das/os sujeitas/os de modo que escape de posturas etnocêntricas (FRAGA, 2013; ROCHA, 2017). Ou seja: considerar os próprios valores e modelos como definição de existência e com

⁹ Utilizamos o termo colaboradoras-participantes para nos referenciar às entrevistadas desta pesquisa, uma vez que, inspiradas pelos princípios de *Design Justice* (CONSTANZA-CHOCK, 2020) debatido neste capítulo, consideramos a relação entre a pesquisadora e as entrevistadas como uma colaboração, já que para a devida coleta das informações foi necessário que as participantes compartilhassem suas memórias e dedicassem tempo e recursos (computador, *internet*, energia) próprios. Além disso, consideramos que a escrita tecida neste trabalho é influenciada pelas informações e conversas mantidas com as participantes, como costuma ocorrer em pesquisas etnográficas (MÜLLER, 2019). Logo, o uso do termo colaboradoras-participantes visa não eclipsar a fundamental atuação das cinco entrevistadas.

isso negar a autonomia do outro de viver e ser da sua maneira (ROCHA, 2017). Para isso, a interseccionalidade exige que o impacto da/o pesquisador/a para a investigação seja considerando, assim como sua capacidade de interferência na compreensão e tradução sobre quem é a/o outra/o. Contudo, entre outros pontos, consideramos acionar somente elementos do método etnográfico visto que a observação participante não foi efetivada, assim conseguimos nos apoiar unicamente nas falas das colaboradoras-participantes e não na combinação de atos e narrativas. Como exemplo da importância da observação participante e impacto de sua supressão para o estudo, em uma das entrevistas, perguntamos sobre as condições de conforto domiciliar que elas acessavam em seus quartos (qualidade do computador e internet, mesa e cadeira de escritório) para que pudessem trabalhar e estudar com conforto em casa. As informações narradas por elas eram as únicas que dispúnhamos, e a partir delas realizamos nossas inferências sem confortar com a realidade que enxergávamos com nossos próprios olhos na observação presencial. Essa colocação ganha fôlego porque uma das colaboradoras-participantes afirmou gozar de todo o conforto necessário, em outra entrevista, no entanto, visualizamos por intermédio de um espelho localizamos na parede ao fundo, que ela estava sentada em uma cadeira de madeira com um travesseiro apoiado no encosto. Seria essa a referida cadeira confortável? Em qual cômodo ela estava conversando comigo? Será que precisa alternar entre locais, transformando todos os ambientes em estações de trabalho com mais ou menos conforto? Foram várias as questões que nos inquietaram, o que deu fôlego à definição pungente de que estávamos trabalhando com um acionamento de elementos etnográficos.

Ainda sobre a união de interseccionalidade e elementos etnográficos, Maria Vivas-Romero (2017) pontua que foi a partir de pensadoras¹⁰ do feminismo pós-colonial¹¹ que conseguiu selar as pontas soltas na práxis de sua tese. Ao compreender a interseccionalidade a partir desta vertente feminista, Vivas-Romero (2017) revela que conseguiu analisar de maneira simultânea as múltiplas identidades de cada interlocutor/a do seu estudo e cooptar as estruturas das relações sociais. De fato, pesquisas qualitativas são um instrumento útil para explorar conceitos, percepções e visões a partir das/os interlocutoras/es diretamente envolvidas/os com o tema investigado, pois as entrevistas em profundidade servem como “uma porta de acesso às

¹⁰ Vivas-Romero (2017) demonstra uma diversidade racial, local e étnica ao reunir autoras como Tony Morrison, Angela Davis, Gloria Anzaldúa, Cherrie Moraga, Audrey Lorde, Patricia Hill-Collins, Kimberly Crenshaw, Chandra Monhanty, Nina Lykke, Catherine Lutz e Sumi Cho.

¹¹ Feminismo pós-colonial, também referido como feminismo do Terceiro Mundo, é um projeto crítico de pós-colonialidade que promove outras formas de ler e perceber o mundo a partir de uma leitura crítica e interpretativa das relações sociais levando em conta tanto a/o sujeita/o observada/o quanto o contexto e as articulações dos marcadores sociais da diferença (BAHRI, 2013).

realidades sociais” (POUPART, 2008, p. 215) que enriquecem a “crônica do cotidiano” para “dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.” (BOSI, 2003, p. 15). Em vista disto, a perspectiva interseccional coloca no campo de visão da/o pesquisador/a um leque de marcadores sociais da diferença que permite interrogar as relações de poder, desigualdades, contexto, aspectos de justiça social e relacionalidade das/os sujeitas/os observadas/os permitindo assim olhar e perguntar sobre a realidade de maneira flexível, abrangente e complexa.

Em estudos sobre o mundo do trabalho, o olhar etnocêntrico pode custar ainda a redução da participação das/os trabalhadoras/es como sujeitas/os observadas/os e não como participantes ativas/os na construção do futuro do trabalho. Por isso, mesmo pesquisas sobre mundo do trabalho que não partem de uma perspectiva interseccional tentam enfrentar a questão das vozes das pessoas trabalhadoras. Um exemplo é a coletânea *From the Workplace* (2020)¹², do coletivo *Notes From Below*, que conta com textos escritos pelas/os próprias/os trabalhadoras/es de *call centers*, cozinhas, plataformas *online*, bares, supermercados, redações jornalísticas, entre outros, destacando entre si semelhanças na organização e experiência de trabalho em contexto neoliberal. Esse tipo de proposta se apropria da teoria marxista do Operaísmo¹³ como forma de reivindicar que determinadas investigações enxerguem a importância da atuação das/os trabalhadoras/es para tentar compreender qual perspectiva de remodelação do trabalho a sociedade estaria desenvolvendo (ENGLERT et al, 2020). Portanto, consideramos que mesmo o Operaísmo não sendo uma teoria central desta pesquisa, em certa medida, a sua base metodológica - a enquete operária/investigação com trabalhadoras/es - serviu de inspiração para investigar as perspectivas de trabalho em contexto neoliberal de estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul, principalmente porque nós (pesquisadora e orientador) participamos de projetos¹⁴ que incluem, no mesmo ângulo de análise, as inferências das/os pesquisadoras/es e das/os trabalhadoras/es.

¹² Disponível em: <<https://notesfrombelow.org/issue/workplace>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

¹³ O Operaísmo, também conhecido por “marxismo autonomista”, é uma corrente política e teórica marxista que surgiu na Itália de 1961 na revista *Quaderni Rossi* (Caderno Vermelho). Por meio do marxismo, teóricos desenvolvem junto com as/os trabalhadoras/es novos conceitos ligados ao mundo do trabalho.

¹⁴ Os projetos mencionados são Fair.work (<https://fair.work/es/fw/homepage>), capitaneado pela University of Oxford, que tem o compromisso de estudar as condições de trabalhadoras/es de plataformas para fomentar políticas públicas em direção a exercícios mais dignos. Além deste, há a pesquisa de fazendas de cliques, inicialmente financiada pela University of Cambridge por meio do projeto Histories of AI: Genealogy of Power (<https://www.hps.cam.ac.uk/research/projects/histories-of-ai/>), e posteriormente mantida pela University of Witwatersrand (África do Sul) no âmbito do projeto Future of Work(ers) in the global South, em que nos

Em consequência da problematização sobre o lugar das entrevistadas e da pesquisadora, não consideramos nem uma e nem outra como indivíduos universais (CARRERA, 2020) e assim conseguimos distribuir a autoridade sobre o conhecimento da realidade entre as partes envolvidas na investigação. Logo, é possível assimilar o processo metodológico como uma cooperação. Neste sentido, a/o pesquisador/a torna-se um/a facilitador/a que organiza o que foi observado a partir de lentes não excludentes e/ou exploratórias sobre a diferença para transformá-lo em teorias.

Em vista disso, o *ethos* de justiça social da interseccionalidade (HILL-COLLINS; BILGE, 2020; CARRERA, 2021) pode ser relacionado aos princípios delimitados por Sasha Costanza-Chock (2020) na abordagem de *Design Justice*¹⁵, visto que o conceito não se articula apenas com ações sócio materiais do *design*, mas sim, principalmente, com a relação do *designer* (neste contexto podemos entender como a/o pesquisador/a) com a comunidade (entrevistadas/os, grupo observado) e como essa associação colaborativa pode ser uma forma de empoderamento e libertação de sistemas opressivos e exploratórios aos quais as sociedades estão expostas.

Em suma, a visada epistemológica interseccional é uma perspectiva analítica útil para compreender a realidade assimétrica articulada no âmbito da diferença social, individual e em comunidade. Para Avtar Brah (2006), existem quatro modos que a distinção opera: 1) na experiência; 2) na relação social; 3) na subjetividade e 4) na identidade. Nesse sentido, “é útil distinguir a diferença como marcador de distintividade de nossas ‘histórias’ coletivas da diferença como experiência pessoal inscrevendo a biografia individual. Esses conjuntos de ‘diferenças’ se articulam constantemente, mas não podem ser ‘lidas’ uma a partir da outra” (BRAH, 2006, p. 361). A interseccionalidade serve justamente para diferenciar os cruzamentos

comprometemos a ouvir e analisar as práticas e condições de trabalho de latinoamericanos que trabalham informalmente para plataformas digitais de mídias sociais por meio de fazendas de cliques.

¹⁵ De acordo com o site *Design Justice*, os princípios do conceito homônimo são: a) Utilizar o *design* para sustentar e empoderar as nossas comunidades, tal como procurar a liberação de sistemas exploratórios e opressivos; b) Centralizar as vozes das pessoas diretamente impactadas pelos efeitos do processo do *design*; c) Priorizar o impacto do *design* na comunidade e não as intenções do *designer*; d) Compreender a mudança como emergente de um processo responsável, acessível e colaborativo, não como uma meta no final de um processo; e) Ver o papel de *designers* como pessoas facilitadoras e não como peritas; f) Acreditar que cada pessoa é perita graças à sua própria experiência, trazendo contribuições únicas e brilhantes para um processo de *design*; g) Partilhar conhecimento e ferramentas de *design* com as nossas comunidades; h) Trabalhar para resultados sustentáveis, liderados e controlados pela comunidade; i) Trabalhar para soluções não-exploratórias que nos reconectam com a Terra e com as outras pessoas; j) Antes de procurar novas soluções de *design*, procurar o que já está funcionando ao nível da comunidade. Honrar e elevar conhecimento e práticas tradicionais, indígenas e locais. Disponível em: <<https://designjustice.org/portuguese>>. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

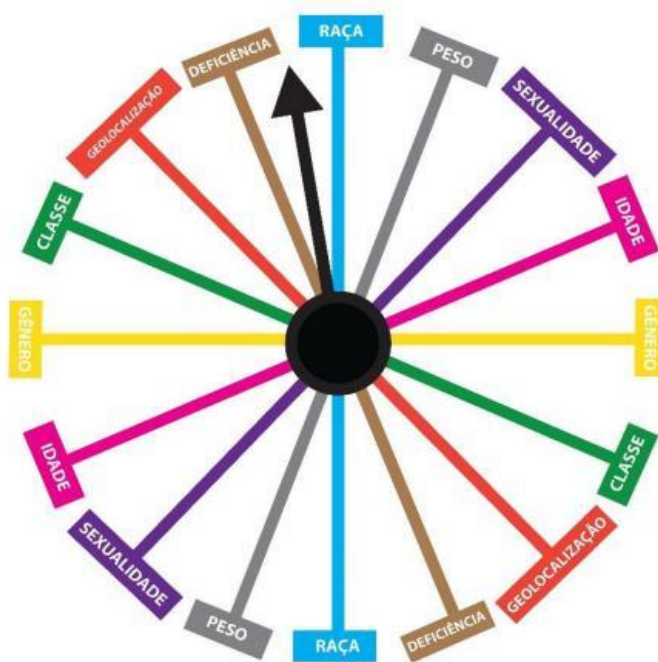
identitários dinâmicos no âmbito individual das desigualdades estruturais das relações sociais. Isso possibilita uma compreensão ôntica (existência particular de cada um) sobre a diferença dentro de uma concepção ontológica da desigualdade (existência ampla e coletiva). Para a pesquisa, nos apropriamos da conceituação de Brah (2006) para analisar as trajetórias de vida das cinco colaboradoras-participantes entendendo que no âmbito das experiências individuais circulam negociações, poder e desigualdades que se articulam mutuamente para alcançar determinado propósito. Na prática, esse ponto de análise descreve, organiza e contextualiza os acontecimentos. Somente quando transferimos a investigação da vivência pessoal para as relações sociais é que podemos examinar os acontecimentos como signos e significados, fruto das lógicas de poder, opressão e resistência. Inserido nesses dois eixos de análise estão as subjetividades e as identidades de cada pessoa, que servem para contextualizar e localizar as ações, bem como reconhecer que a realidade individual é sempre particular e os acontecimentos não são aspectos estéreis e fixos que podem ser replicados como moldes, pois os atos são frutos da intersecção das negociações, da subjetividade, da identidade, das relações de poder, do contexto e da complexidade de cada pessoa e circunstância.

A partir da compreensão de Brah (2006), é possível entender que os lugares ocupados pelas/os entrevistadas/os não se originam no vazio, mas sim são informados pela articulação dinâmica de marcadores sociais da diferença que constroem decisões, escolhas, oportunidades, desigualdades e assim estruturam as disposições de cada indivíduo. Para refletir sobre o comportamento dos indivíduos, nos apropriamos das perspectivas de Bernard Lahire (2002; 2004). Mesmo que o autor não parta de uma visada interseccional, sua abordagem de ator plural serviu de base teórica para refletirmos sobre os impactos das interações pessoais e vínculos com comunidades (escola, igreja, núcleo familiar, profissão etc.) para a constituição da percepção sobre nós e as/os outras/os. Para o autor, as chaves de compreensão do mundo estão em constante elaboração. Ou seja: existe uma sequência - não necessariamente cronológica ou linear - de experiências que elaboram as impressões sobre o mundo, criando assim as disposições. Além da importância de Lahire (2002; 2004) para a construção teórica que sedimentou a análise das personagens observadas, o autor também representou significativa influência na organização da apresentação das colaboradoras-participantes (que abordaremos no capítulo 3). Seu modo de tecer as trajetórias de vida das/os interlocutoras/es investigadas/os nos encaminhou para que a estrutura familiar, as oportunidades educacionais e inclinações pessoais - não diretamente relacionadas ao jornalismo - ganhassem espaço tanto na descrição quanto na análise desta pesquisa.

Ainda em relação aos instrumentos úteis para os objetivos desta pesquisa, a roleta interseccional, proposta por Fernanda Carrera (2020; 2021), serve como um guia prático dos marcadores sociais da diferença a serem explorados no estudo. A partir da metáfora de cores, o mecanismo mobiliza o “conceito de interseccionalidade pensado por Crenshaw” (CARRERA, 2021, p. 2). Assim, cada eixo apresentado na figura abaixo corresponde a uma cor primária. Conforme ocorre a união de dois ou mais marcadores, novas colorações são criadas. Desta forma, “o método admite que não há hierarquia de opressões, mas conjunturas relacionais que definem o funcionamento e os efeitos das estruturas” (CARRERA, 2021, p. 4). Neste sentido:

Os contextos de personagens com base em interseccionalidade é reconhecer que as experiências de vida não são fragmentadas e, conseqüentemente, estas pessoas não sofrem opressão ora por serem imigrantes, ora por serem racializadas, ora por serem mulheres, mas sempre em uma combinação de todas estas estruturas, formando um bloco identitário relativamente autônomo (2020, p. 7-8).

Figura 1 - Roleta interseccional como proposta metodológica



Fonte: Carrera (2020, p. 14).

O método, portanto, identifica as avenidas de opressão que os objetos e as/os sujeitas/os da pesquisa estão constituídas/os. De qualquer forma, a autora estimula o aprofundamento da investigação para que se compreenda não apenas os marcadores da diferença acionados, mas sim quais são “as disputas, os pressupostos e delineamentos que regem estes marcadores em

um dado contexto sociocultural e histórico, assim como os imperativos, os silenciamentos e os fatores impositivos” (2021, p. 5). Por conta disso, a autora apresenta três fatores que permitem reconhecer as articulações dos eixos da diferença para além de uma análise expositiva, sendo eles:

A construção da formação interseccional-discursiva (conjuntura sociocultural e histórica que demarca os limites das existências), do *ethos* interseccional (que se constrói a partir dos atravessamentos identitários) e das negociações interseccionais, que se estabelecem na interação (2021, p. 5).

Na presente pesquisa, operacionalizamos as indicações de Carrera (2021) mapeando o capital cultural e econômico das cinco colaboradoras-participantes que antecedem a entrada na graduação de Jornalismo. Assim, entendemos as vivências pessoais como heranças que podem ser acionadas no movimento de autoprodução e autocriação no mundo do trabalho (SOUSA; BOMFIM, 2020) para articular oportunidades profissionais dentro do campo jornalístico. Logo, é preciso localizar tais experiências em termos de relações de poder, desigualdade, contexto e complexidade. Em vista disso, partimos do pressuposto de que as colaboradoras-participantes não começam do mesmo ponto de partida quando passam a existir no mundo do trabalho em busca de oportunidades de estágios e reconhecimento pela comunidade jornalística. Ainda assim, nos dedicamos a compreender as negociações marcadas pela interseccionalidade que as próprias colaboradoras-participantes operacionalizam para (r)existir no mundo do trabalho em contexto neoliberal e alcançar seus objetivos.

Para esta pesquisa, é tão significativo entender as negociações e contextualização quanto os próprios eixos da diferença que as engendram pois, como ressalta Brah (2005), marcadores são dinâmicos e interdependentes. Logo, a partir da união de dois ou mais, é possível destampar opressões quase que invisíveis no tecido das estruturas sociais. Um dos exemplos dados pela autora é a relação entre feminilidade branca, racismo e classe. Ela explica que “as mulheres brancas são [representadas] como ‘guardiãs morais de uma raça superior’” (BRAH, 2005, p. 352). No entanto, quando a branquitude feminina está inserida em um contexto de classe trabalhadora, a sua condição de guardiã é reconfigurada para “degenerada [promíscua]”. Se retornarmos à contextualização de Friedrich Engels e Karl Marx ([1848] 2009), identificamos esse mesmo antagonismo, já que a comunidade de mulheres casadas com os burgueses não eram as filhas do proletariado. Isto mostra a complexidade da estrutura das relações sociais, a partir da união de marcadores em contextos e realidades diferentes, e como a teoria e a empiria

caminham juntas, uma sustentando a outra de maneira híbrida, uma alimentando a outra (HILL-COLLINS; BILGE, 2020).

É desta maneira que a interseccionalidade possibilita entender a experiência individual como fruto das negociações empreendidas para alcançar determinado objetivo (CARRERA, 2021). No entanto, quando analisamos essas ações pelo prisma da esfera social e não mais individual, conseguimos captar os aspectos opressores e de privilégio que estruturam tal conduta de modo impessoal. Em suma, esse movimento de investigação evita julgar a pessoa pela sua ação em si e busca entender a perspectiva ontológica do comportamento.

Apesar de sua relevância, essa múltipla possibilidade de cruzamento é criticada por Helena Hirata (2014) e Danièle Kergoat¹⁶ ([1978] 2010), que incorporam a perspectiva de consubstancialidade e coextensividade para analisar as relações de sociais baseada em classe e sexo, limitando assim o cruzamento de outras identidades. Mesmo compreendendo como problemático o apagamento da categoria racial e o uso do termo “sexo” invés de “gênero”, por inviabilizar a existência de mulheres trans e das discriminações de homens *gays* afeminados (MACHADO, 2017), Kergoat (2010) dá um passo importante em evidenciar a importância da categoria de classe para analisar as estruturas de relações de poder. Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) expõem justamente que as críticas em torno das classes sociais sofreram um apagamento progressivo no campo das ciências sociais e das próprias representações midiáticas. Para as autoras, esses fatores somados aos emparelhamentos de pertencimento de classe representaram um enfraquecimento da consciência de classe.

Como exemplo da perspectiva das autoras, nos valem de uma pesquisa de Hirata (2014), em que observa que as/os imigrantes de países subdesenvolvidos ocupam as posições mais precárias no mundo do trabalho. A elas/es são delegadas a responsabilidade de cuidar de crianças, idosos e doentes, por exemplo. Ou seja, não lhes é confiada a responsabilidade de gerir empresas em cargos de alta gestão, mas lhes é atribuída a função de zelar pelas pessoas. Quando avaliamos esse cenário pelo prisma marxista, notamos que as/os imigrantes atendem a camada improdutiva da sociedade enquanto lidas como incapazes de produzir lucro de acordo com a perspectiva capitalista. Logo, na concepção de Hirata (2014), essas/es trabalhadoras/es e

¹⁶ A pesquisadora francesa integra o corpo de feministas materialistas, corrente que bebe das teorias marxistas para compreender o peso da intersecção entre capitalismo e patriarcado na opressão vivida pelas mulheres (ABREU, 2018).

o próprio trabalho a elas/es atribuído é desvalorizado. De qualquer modo, em relação à perspectiva interseccional, Hirata (2014) observa que:

1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de **fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais**, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetem a relações sociais e **talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano**; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a **raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais**, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014, p. 65, grifo nosso).

Em suma, avaliamos que analisar cenários globalizados e multiculturais é um desafio para os estudos de interseccionalidade. Um leque abrangente de categorias e negociações se interseccionam para modificar o tecido social e de fato alguns desses eixos da diferença não impactam as relações sociais, mas afetam e complexificam a realidade das pessoas e dos objetos estudados. Neste sentido, entendemos que a subtração de marcadores incorre no risco de transformar a existência ôntica das/os sujeitas/os em algo que elas/es não reconheçam. De qualquer forma, para o fortalecimento metodológico desta pesquisa, não perdemos de vista as críticas de Hirata (2014). Com isso, apontamos que: 1) a “soma” das avenidas de opressão (CARRERA, 2020) não é um problema, se forem amparadas por um embasamento teórico capaz de analisar de modo abrangente e complexo o cruzamento dos marcadores sociais da diferença (HILL-COLLINS; BILGE, 2020); 2) também é importante examinar as categorias e as estruturas sociais que esses eixos constroem, pois isso permite verificar a desigualdade não apenas pelos olhos dos grupos oprimidos (BRAH, 2006; ROSA, 2016); 3) os marcadores sociais da diferença não devem ser compreendidos como vetores de discriminações fixas, uma vez que são dinâmicos quando articulados com outros eixos e atravessados pela realidade dinâmica da/o interlocutor/a; e 4) a interseccionalidade não deve ser vista como motor de fragmentação, já que são as identidades que constituem uma pessoa completa e complexa, incapaz de subtrair marcadores sociais da diferença (AKOTIRENE, 2019; CARRERA, 2020; HILL-COLLINS; BILGE, 2020).

Neste sentido, a pesquisa proposta neste estudo é guiada pelos marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade e localidade. Essa delimitação foi originada em campo, pois ao falar sobre aspectos do jornalismo, mercado de trabalho, experiência universitária e demais dimensões que permeiam a construção do objeto de pesquisa, pudemos notar a emergência

desses marcadores sociais da diferença: **gênero** surge para refletir sobre as relações que se erguem na carreira, uma vez que é percebida como mulher (SAFFIOTI, 1976; SANTOS, 2010; FEDERICI, 2017; LUKÁCS, 2020); **raça** serve para analisarmos a distribuição de opressão e privilégio do eixo (DAVIS, 2016; LOUBACK, 2018); a **classe** é uma avenida que informa a relação das colaboradoras-participantes com a vida social a partir das diferentes formas de capital (BOURDIEU, 2007), o que significa pensar essas distinções em termos marxistas no que tange a vivência da trabalhadora; o acionamento da categoria de **sexualidade** serve para entender as relações de heterogeneidade no jornalismo, bem como amparar a realidade das entrevistadas bissexuais e lésbicas (VEIGA, 2010; SOUZA; PEREIRA, 2013); por fim, incluímos **localidade** uma vez que residir no Rio Grande do Sul, ou seja, fora dos grandes centros de vagas em jornalismo (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) pode representar mais desafios na construção da carreira. Como detectado por Fábio Pereira et al. (2014), as/os próprias/os estudantes têm essa percepção: para 56,3% das/os alunas/os ouvidas/os pela pesquisa, ser jornalista nessas regiões garante mais prestígio; enquanto 64,7% acreditam que trabalhar como jornalista em grandes centros possibilita maior desenvolvimento profissional. Ainda assim, existem os atravessamentos dos contextos que afetam as estagiárias residentes das periferias e região metropolitana de Porto Alegre que, no mínimo, exige táticas e tempo de deslocamento, conforme visto no percurso das colaboradoras-participantes:

Como é o teu deslocamento [até o local do estágio]? Eu vou a pé, é uns 5 minutos mais ou menos. [...] *E quando tu escolhia um estágio, tu prezava pela distância?* Sim, eu sempre preferi mais próximo da minha casa, mas acho que todos os [meus] estágios - depois do primeiro e antes desse último - eu tinha que pegar ônibus, mas sempre um tempo tranquilo, não cheguei a pegar tipo: eu moro na Zona Norte e trabalho na Zona Sul. Isso não, [foi] sempre em um lugar próximo (Camila).

Mudei de emprego, agora tô estagiando em uma empresa que fica atrás do meu novo apartamento [...] Tipo, eles me chamaram pra fazer a entrevista e fiquei, onde que é esse lugar? Fui ver no *street view*¹⁷ e era um prédio atrás da minha casa, tipo vizinho de janela [...] *Vai ser remoto ou tu vai ter que ir lá?* Por enquanto, é remoto. Na descrição deles, é remoto até ter uma vacina [para a Covid-19] e tiver todo mundo curado. Pra mim, é ótimo, mas se bem que eu não me contaminaria indo daqui até a esquina. Porém, eu sou a única que mora perto, então, as chances de contaminação são grandes (Aurora).

E o que tu prefere [em relação a aulas remotas ou presenciais]? [...] Eu moro na rua da ESPM, então, pra eu ir não teria problema. É só preocupação mesmo porque a inda não acabou, né. E mesmo que eu não tenha tanto risco de pegar [Covid-19], eu vejo a minha mãe e ela vê os meus avós (Olívia).

¹⁷ *Google Street View* é um recurso do Google Maps e do Google Earth que permite a visualização de partes de regiões do mundo.

[...] Embora meu pai e minha mãe me apoiem muito em questões de deslocamento, não tem como os meus pais me levarem para Novo Hamburgo todos os dias, então, eu acabo pegando trem. [...] *Tu tem que pegar um ônibus até a estação ou consegue ir a pé?* Não, até a estação o meu pai me leva e me busca, mas se não fosse o caso eu pegaria um ônibus (Helena).

Podemos relacionar as narrativas acima com as críticas de Hirata (2014) sobre a multiplicidade de categorias esvaziar as análises de relações sociais. O eixo de localidade é um exemplo de marcador da diferença que, isolado e neste contexto, consideramos não impactar as relações de poder do objeto de pesquisa. No entanto, assimilar o processo de mobilidade urbana de Helena com o das outras colaboradoras-participantes a partir da supressão do eixo de localidade descomplica a realidade de Helena que precisa investir mais tempo que as demais para se deslocar até o local do estágio, depender de outros atores para concluir o trajeto (apoio familiar) e, em contexto de pandemia, estar mais vulnerável ao vírus da Covid-19.

Para Aurora, Camila e Olívia, que residem em regiões centrais de Porto Alegre, observamos ainda que as ponderações sobre saúde estão à frente das preocupações com o deslocamento, já que ele em si não representa desafios. Neste cenário de pandemia, o aspecto de saúde ganha mais ênfase se comparado com outros períodos e, talvez por essa razão, a hierarquia de prioridades tenha ficado mais evidente. Em vista disso, conseguimos observar que uma adversidade material reorganiza os critérios de prioridade confrontados com o leque de problemas cotidianos que uma pessoa precisa lidar e resolver. No caso observado, Helena tem como desafio primário executar o caminho de casa até o trabalho, já para as outras colaboradoras-participantes (que conseguem em minutos efetuar essa mesma ação) existem outros desafios que elas podem evidenciar. Por fim, observamos que Virgínia é a única que não apresenta relatos sobre localidade em relação ao deslocamento de casa até o trabalho. Avaliamos que isso pode ser porque ela reside em uma região periférica de Porto Alegre. Neste sentido, da mesma forma que Helena, ela também precisa investir tempo para concluir o trajeto. Mas o que questionamos ainda é a intersecção entre classe e localidade a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (2007) sobre os diferentes tipos de capital. Ou seja, nos interessa refletir sobre o impacto de morar em determinadas regiões mais ou menos privilegiadas que se inscrevem na subjetividade do indivíduo, bem como na percepção das/os outras/os para com ela/e assim criar diferenças nas relações de poder.

Voltando aos marcadores da diferença propostos para esta pesquisa, tais eixos se mostram significativos para compreender a complexidade da comunidade jornalística, tomando como estudo de caso as pesquisas de Márcia Veiga (2010), Isabel Rosa (2016), Aline Leite

(2017), Andréia Louback (2018), Ana Morais (2018) e Andressa Bandeira (2019). Desse modo, guiar a pesquisa pelos marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade e localidade instruiu aspectos do processo metodológico, como a construção do roteiro de perguntas e a estrutura das etapas da pesquisa, bem como o seguimento teórico, ao solicitar um embasamento sobre as teorias desses eixos para conseguir analisar as informações trazidas pelas interlocutoras.

Em resumo, os debates tecidos neste capítulo em torno da epistemologia interseccional (CRENSHAW, 1989; 2002; CARRERA, 2020; 2021; HILL-COLLINS; BILGE, 2020) e de elemento etnográficos (TRAVANCAS, 2012; STRATHERN, 2017) contribuíram para as reflexões teórico-metodológicas da investigação por orientarem o acionamento de marcadores sociais da diferença (que delimitamos em gênero, raça, classe, sexualidade e localidade) e, mais do que isso, localizar a intersecção dos eixos nos contextos que permeiam a realidade das colaboradoras-participantes, bem como as negociações marcadas pela interseccionalidade que operacionalizam para alcançar propósitos.

O movimento analítico permite capturar a complexidade das relações sociais e as estratégias de resistência das colaboradoras-participantes em cenários híbridos e fluídos. Em seguida, as experiências analisadas no âmbito individual são relacionadas entre as vivências das demais. Esse movimento, no entanto, não exerce uma simples comparação, mas sim possibilita enxergar a distribuição de desigualdades e privilégios nas relações de poder e na comunidade jornalística (BRAH, 2006; HILL-COLLINS; BILGE, 2020; COSTANZA-CHOCK, 2020; CARRERA, 2020; 2021).

A partir disso, o próximo capítulo aborda os impactos do mundo de trabalho marcado pelo contexto neoliberal (SAFFIOTI, 1976; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SANTOS, 2010; ABÍLIO, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; FEDERICI, 2017; BROWN, 2018; HUWS, 2020; LUKÁCS, 2020) para a trajetória profissional das mulheres a partir das lentes interseccionais, compreendendo as conjunturas sociopolíticas e históricas do trabalho na sociedade capitalista a partir dos atravessamentos de gênero, raça, classe e sexualidade, bem como as negociações que esses marcadores oferecem à maneira de ser, existir e ser percebida como mulher cisgênero em contexto neoliberal latino-americano.

2. MULHERES E MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo examinar os desdobramentos do capitalismo em intersecção com racismo e heterossexismo que culminam em opressões sistêmicas contra o pleno desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho. Isso possibilita compreender com propriedade as articulações do tema com o objeto de pesquisa: estagiárias em Jornalismo residentes do Rio Grande do Sul com idades entre 21 e 25 anos, pertencentes à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2001), com diferentes orientações sexuais e identidades de raças.

Em vista disso, o estudo inicia com uma breve releitura sobre a história do fator de gênero inserido e construído em conformidade com os padrões patriarcais, capitalistas e coloniais (SAFFIOTI, 1976; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2017; HILL-COLLINS; BILGE, 2020). Para isso, partimos de uma visada epistemológica interseccional entre os marcadores de gênero, raça e classe, estruturando assim a condição sociopolítica das mulheres em uma perspectiva ontológica.

A partir da intersecção desses eixos, a investigação compreende a produção interseccional da realidade das mulheres. Portanto, ainda neste capítulo a pesquisa busca analisar o que é ser uma mulher no mercado de trabalho neoliberal (SAFFIOTI, 1976; SANTOS, 2010; MCINTYRE, 2019; HUWS, 2020; LUKÁCS, 2020). Dentre as considerações está a de que a construção do fator de gênero em conformidade com o sistema patriarcal e capitalista condicionou as mulheres a níveis de desenvolvimento profissional rasteiros e em funções de cunho reprodutivo (SANTOS, 2010; MCINTYRE, 2019; HUWS, 2020; LUKÁCS, 2020). Logo, não somente abordamos a temática do trabalho, mas refletimos sobre as materialidades criadas a partir da intersecção entre produção capitalista e a subjetiva do marcador de gênero.

Por fim, o capítulo analisa a feminilização do jornalismo em consonância com a condição feminina no mercado de trabalho em contexto neoliberal (ROSA, 2016; SOUZA, 2016; LEITE, 2017; FIGARO, 2018; LELO, 2019). Desta forma, as reflexões a serem tratadas no respectivo capítulo recebem uma roupagem exemplificativa ao serem ilustradas em vivências e dados colhidos em estudos sobre o trabalho de mulheres na comunidade jornalística, em especial os de Isabel Rosa (2016), Andréia Louback (2018), Ana Morais (2018), Noemi Bueno (2018) e Andressa Bandeira (2019).

2.1 A HERANÇA DAS MULHERES: DISCIPLINAMENTO PATRIARCAL, CAPITALISTA E COLONIAL

A raiz da divisão de gênero do trabalho que submeteu as mulheres à esfera privada condicionando-as à reprodução compulsória e gratuita tem origem, como desvenda Silva Federici (2017), na transição do sistema político-econômico feudal para o capitalista, que na Europa corresponde ao século XV. Esse período é marcado pela descoletivização das comunas, cidades que ofereciam às/aos camponesas/es recursos para a manutenção da vida social e econômica. Expulsos de suas terras, os homens¹⁸ foram obrigados ao trabalho assalariado¹⁹, perdendo os meios de produção que lhes garantiam autonomia (FEDERICI, 2017). Conforme Karl Marx (2013), o objetivo desse processo de acumulação primitiva, ou seja, concentração de riquezas e meios de produção nas mãos de poucos, serviu para tornar o sistema capitalista funcional. Isso porque, para transformar dinheiro em capital, é preciso que a liberdade e a não-liberdade coexistam em simetria. Em outras palavras, a pauperização da população cria o vendedor da força de trabalho que está livre de ser proprietário e de possuir as condições de produção, facilitando assim a aderência a modos de vida capitalistas que privilegiam a extração de mais-valia (PRADO, 2011).

Contudo, Federici (2017) observa que a teoria marxiana examina a acumulação primitiva apenas do “ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias” (FEDERICI, 2017, p. 26), enquanto a crítica da autora enxerga o corpo feminino cisgênero como uma das substâncias que tornaram possível o desenvolvimento do capitalismo, ao ressignificar o fator gênero para que as mulheres assumissem responsabilidades da esfera reprodutiva, desobrigando assim o Estado e o setor privado de arcarem com a reprodução do proletariado²⁰ (FEDERICI, 2017). Essa visada epistemológica da autora permite reexaminar o ponto inicial do desenvolvimento do

¹⁸ Utilizamos o marcador de gênero para ressaltar a realidade distinta entre mulheres e homens do período.

¹⁹ De acordo com Federici (2017, p 125), como os camponeses resistiram a voltar a trabalhar na condição de servos, o trabalho assalariado precisou ser disciplinado mediante obrigação. Com isso, os homens que se negavam a acatar esse modelo de trabalho ou ofereciam sua mão de obra de modo independente, conquistando assim autonomia de produção e valor de troca, eram punidos com encarceramento ou até pena de morte.

²⁰ Para a realidade das famílias que possuíam posses, segundo Federici (2017), o corpo feminino cisgênero foi reduzido à “fábrica de herdeiros” para concentrar as riquezas nas mãos da linhagem, limitando a sexualidade das mulheres à monogamia compulsória. Por isso, enquanto as mulheres da classe trabalhadora produziam filhas/os para o Estado, as mulheres das classes dominantes produziam filhos (de preferência do sexo masculino por conta das leis de herança do período) para a família, ou seja, manter as riquezas no micro-estado representado pelo ambiente familiar.

capitalismo pelo prisma feminista ocidental e buscar respostas para a representação da inferioridade feminina no mercado de trabalho que se perpetua até hoje.

Mas antes de nos aprofundarmos no debate sobre capitalismo e gênero, consideramos válida uma breve reflexão sobre o que é neoliberalismo e o que ele representa para a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2001). A partir de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), entendemos o neoliberalismo como um sistema antropológico de produção que rearranja as relações sociais, os comportamentos e as subjetividades produtivas e reprodutivas para que elas fortaleçam a engrenagem de um mercado moderno saudável em termos liberais, ou seja:

[...] reduzir os impostos, diminuir o gasto público (inclusive enquadrando seu crescimento em regras constitucionais), transferir as empresas públicas para o setor privado, restringir a proteção social, privilegiar “soluções individuais” diante dos riscos, controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação, possuir uma moeda forte e estável e desregular os mercados, em particular o do trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016).

Com o entendimento dos autores sobre o funcionamento do mercado neoliberal, observa-se a existência de agentes para além do setor privado. Neste sentido, Wendy Brown (2018) apresenta a fusão de práticas políticas e empresariais em um movimento de governança neoliberal contemporânea que serve como ferramenta analítica para descentralizar o Estado e organizar uma nova ordem social que evoca o individualismo e a transformação da classe trabalhadora em empreendedoras/es da sua própria sobrevivência. Neste ponto conseguimos identificar os impactos do neoliberalismo para as pessoas que vivem do salário, entre elas podemos citar: práticas de gestão da sobrevivência interpretadas como atos de inovação e empreendedorismo frente à crise financeira (ABÍLIO, 2011; BROWN, 2018); criatividade e inovação cooptadas por um “espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145); cidadania reduzida a sacrifício em nome do crescimento econômico e o nacionalismo tornando-se o novo ópio do povo (CORTINA, 2005); e a concepção de sucesso e fracasso profissional sendo assimiladas aos projetos dialéticos de vida promovidos pela racionalidade neoliberal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; ABÍLIO, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2018; FRASER, 2019).

Agora, para entender como gênero e capitalismo se interseccionam em favor do mercado neoliberal, voltamos à perspectiva de Federici (2017), na qual, com o capitalismo, uma nova ordem patriarcal surgiu, transformando o corpo feminino em produto e recurso natural. Essa releitura da autora sobre a acumulação primitiva expõe a existência de “diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2002, p. 9), uma vez que enquanto o homem proletário é alienado

dos meios de produção, não se reconhecendo naquilo que produz, a condição social da mulher é ainda mais deteriorada ao alienar-se do próprio corpo. No contexto capitalista atravessado pelo marcador de gênero, o corpo está para a mulher assim como a fábrica está para o homem. Contudo, para que a ordem patriarcal se consolidasse foi preciso que a mulher também se alienasse da sua própria capacidade intelectual e produtiva (SAFFIOTI, 1976). Isso porque a existência sociopolítica das mulheres elaborada em conformidade aos padrões domésticos no mundo capitalista se fortalece, como explica Heleieth Saffioti (1976), quando não apenas os homens justificam a inferioridade das mulheres, mas sim:

A própria mulher que, insegura num mundo em que ela conta como variável a ser manipulada segundo as conveniências da situação, no qual não lhe cabe nenhum poder de decisão, no qual, enfim, ela joga com a desvantagem de ser mulher, situa seus alvos em planos pouco ambiciosos. O medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar (1976, p. 57).

A reflexão da autora serve de base para posicionar os marcadores de gênero e classe no mesmo plano, para compreender por que mulheres em diferentes contextos de classe vão partilhar experiências de submissão semelhantes. Portanto, o conceito de feminilidade natural, instituído no período de ascensão burguesa (MENDES, 2006), é forjado em incapacidade das mulheres em desempenhar atividades com a mesma eficiência que os homens, impedindo-as de gozar de plena autonomia. A mulher passa, assim, a ser tratada como um ser débil, incapaz de tomar decisões (FEDERICI, 2017). Logo, os níveis de progresso profissional, acadêmico, político e econômico são mantidos às margens ao se depararem com uma série de obstáculos motivados por circunstâncias que as mulheres não têm condições de controlar: o gênero (SAFFIOTI, 1976; BONELLI, 2010; FEDERICI, 2017). Por conta disso, quando examinamos a História, encontramos biografias de mulheres brilhantes, que mesmo com o marcador de classe as possibilitando experiências individuais para aspirar mais alto do que a realidade comum das mulheres da época, ainda assim não se igualavam às conquistas que um homem da mesma classe social poderia alcançar (WOOLF, 1985).

Essa análise sobre o início do desenvolvimento do sistema capitalista pela perspectiva europeia é um movimento dialético do estudo para compreender as estruturas que edificaram a ordem patriarcal e capitalista importada para a América Latina junto com o processo de colonização europeu. Conforme esclarece Saffioti (1976), existem dois subtipos de capitalismo que agem em coexistência: um representa a “tradição local e das determinações essenciais do sistema capitalista de produção” (SAFFIOTI, 1976, p. 17), enquanto o outro se inscreve nas regras geopolíticas dos países que abrigam o sistema capitalista. Isso significa que o âmago do

capitalismo sofre interferência da cultura local e, para a autora, a “condição da mulher aparece como o fruto [dessa] combinação” (1976, p. 17). Ao mesmo tempo, esse arranjo entre o global e o local indica que o capitalismo existente em uma região não é o mesmo que se manifesta em outra.

Se um macrossistema como o capitalismo é capaz de ser rearranjado em decorrência dos contextos sociopolíticos nos quais se articula, a estrutura de conhecimento sobre o marcador de gênero também está propensa a sofrer interferências. Portanto, para compreender a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, é necessário fazer a inclusão do fator de raça, uma vez que a mulher branca neste sistema patriarcal e capitalista inserido em um contexto de colonização tem privilégios sociais (CRENSHAW, 1989; 2022; BRAH, 2006; HILL-COLLINS, 2019). Assim sendo, é preciso voltar a atenção às marcas do processo escravocrata brasileiro, que no país iniciou no século XVI - cerca de cem anos após o começo do desenvolvimento do sistema capitalista na Europa - e perdurou legalmente até o final do século XIX.

A essência do capitalismo se inscreveu no processo da escravidão ao mercantilizar as vidas negras quando “o tráfico negreiro se estabelece como uma atividade lucrativa” (SILVA, 2018, p. 2). Diante disso, as mulheres negras escravizadas lidaram com a submissão elaborada pela matriz de dominação²¹ (HILL-COLLINS, 2019): patriarcado, capitalismo e colonialismo. É justamente a relação interseccional desses três sistemas que produz uma experiência específica para a vivência feminina negra. Essa mulher, segundo Angela Davis (2016), não usufrui da perspectiva de feminilidade frágil que, nas palavras da autora, significa: “No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens” (DAVIS, 2016, p. 32).

Por mais que a construção que se entende por feminilidade tenha submetido as mulheres brancas trabalhadoras à pauperização, o marcador de raça ainda sim possibilitou privilégios sociais em comparação às mulheres de cor (CRENSHAW, 1989). Por exemplo, a mulher branca proletária, de acordo com Federici (2017), era forçada ao casamento, não tendo direito a bens e servindo de instrumento para a reprodução dos homens da família, fosse assumindo tarefas domésticas ou com a gravidez compulsória. O cenário de extrema violência contra a vida e liberdade social das mulheres significou um genocídio de gênero na Europa (FEDERICI, 2017).

²¹ O conceito, cunhado por Patrícia Hill-Collins (2019), descreve a articulação mútua entre os sistemas de opressão (patriarcado, capitalismo e colonialismo) nas organizações sociais que fortalecem a dominação e a manutenção das estruturas de poder.

Agora, em relação à vida e liberdade das mulheres negras no Ocidente, Davis (2016) indica que estas eram tratadas como instrumento público para ampliar a força de trabalho escrava. Forçadas a gerar lucro e produtividade sem a possibilidade de ganhos econômicos e direitos legais sobre seus próprios corpos e filhos, enquanto o casamento não era um predicado do qual tinham acesso, pois a fertilidade e rentabilidade eram os únicos indicadores de valor que norteavam a vivência dessas mulheres. Além disso:

uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava (DAVIS, 2016, p. 33).

Em vista disso, no sistema patriarcal, capitalista e colonial a **raça** informa como a classe e o gênero serão vividos, uma vez que mulheres negras e homens negros têm mais dificuldades de acessar direitos e privilégios sociais do que as mulheres brancas e homens brancos. Por conseguinte, o **gênero** e a **raça** informam como a classe será vivida, uma vez que mesmo as mulheres da classe burguesa, tendo a possibilidade de investirem em capital cultural, seu crescimento é freado pelo marcador de gênero, enquanto para as mulheres negras e homens negros, a ascensão ainda está condicionada ao fator de raça. Por fim, a **classe** informa como o gênero e a raça serão vividos, uma vez que condições materiais ou a falta delas estabelecem a relação do indivíduo com o capital, sendo uma gestão da sobrevivência (ABÍLIO, 2011) ou manutenção de vantagens simbólicas a partir da acumulação de diferentes formas de capital (BOURDIEU, 2007).

Ainda assim, o presente estudo parte da perspectiva de que a produção subjetiva do marcador de gênero é constituída a partir da experiência coletiva. Isso porque os diferentes grupos de mulheres - que neste estudo estamos categorizando pelos marcadores sociais de classe e raça - estabelecem relações mútuas na reprodução do fator de gênero, sendo assim, participam com reciprocidade da constituição do todo. Neste sentido, as experiências individuais podem precariamente estabelecer uma relação de privilégio. No entanto, a distinção positiva surge a partir de negociações marcadas pela interseccionalidade, mas não é uma garantia pleiteada pelo fator de gênero. Isso porque o modelo de funcionamento da matriz de dominação gera e distribui sistemicamente poder, opressão, resistência e privilégios (HILL-COLLINS, 2019; COSTANZA-CHOCK, 2020). Logo, para entender a realidade das mulheres, é preciso investigar o que constrói o fator de gênero em sua existência coletiva e atravessada pelos contextos micro e macropolítico. A partir disso, este capítulo busca, no tópico seguinte,

compreender a condição subjetiva e objetiva da mulher ocidental no mundo do trabalho em contexto neoliberal.

2.2 PESOS E OPRESSÕES DE SE CONSTITUIR COMO MULHER NO MUNDO DO TRABALHO MARCADO PELO CONTEXTO NEOLIBERAL

Revisitar a história do trabalho na sociedade capitalista pelo prisma feminista é entender as amarrações da construção da atividade produtiva considerando as dimensões do sistema heteropatriarcal, supremacista branco, capitalista e colonizador que, a partir de um disciplinamento violento e secular, organizou, de modo sistêmico, os papéis sociais de homens e mulheres. Em vista disso, cabe aqui debater porquê e como as mulheres ainda são encaixadas nos mesmos lugares de subalternidade e opressão, bem como quais práticas da ordem reprodutiva são (re)produzidas na divisão de gênero do trabalho, sendo assim vetores de desigualdades sistêmicas que fortalecem antagonismos de gênero no mercado de trabalho.

Para isso, um primeiro movimento desta pesquisa, que estuda a trajetória profissional de estagiárias mulheres em Jornalismo no Rio Grande do Sul pelo prisma interseccional, é rejeitar o uso do termo “ordem competitiva” para descrever o funcionamento do mercado de trabalho, uma vez que no contexto neoliberal o conceito de competição carrega inexoravelmente a ideia de liberdade (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2018). Ou seja: a racionalidade neoliberal é a de que todas/os as/os trabalhadoras/es são livres para disputar o ponto mais alto da competição neoliberal, que corresponde à oportunidade de obter lucro (DARDOT; LAVAL, 2016). No entanto, em primeiro lugar, a liberdade nas relações capitalistas é contraditória, pois coloca a/o trabalhador/a como livre em duplo sentido. Isso significa que ela/e é livre porque “é o único proprietário da sua capacidade de trabalho”, mas ainda sim é “livre das condições necessárias à realização da sua força de trabalho” (PRADO, 2011, p. 122). E um segundo ponto que ultrapassa a fronteira de analisar o processo produtivo somente pelo prisma da classe é que nenhuma competição é livre (SAFFIOTI, 1976; HILL-COLLINS; BILGE, 2020), e no contexto do mercado de trabalho isso significa que:

Os homens entram na luta com diferenças de raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros contingentes igualmente constituídos por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo (SAFFIOTI, 1976, p. 57-58)

Para Saffioti (1976), o ecossistema do ambiente de trabalho é planejado para que as mulheres percam a suposta competição profissional. E perder, neste sentido de relações sociais organizadas pelo neoliberalismo, refere-se, entre outras coisas, à desvalorização ainda maior da

mão de obra. Portanto, pesquisadoras como Virgínia Ferreira (2010), Magdalena McIntyre (2019), Gabriella Lukács (2020) e Ursula Huws (2020) entendem os arranjos de trabalho em contexto neoliberal como novas formas de extrair lucro do trabalho remunerado e não-remunerado das mulheres ao mesmo tempo que promovem a desvalorização da mão de obra feminina. No entanto, como observa Saffioti (1976), para essa engrenagem de submissão funcionar é preciso que a mulher também elabore uma visão insegura e desvalorizada sobre si mesma. Portanto, o disciplinamento capitalista, patriarcal e colonial, debatido no tópico acima, concebe uma racionalidade sobre o fator de gênero ao promover agenciamentos de feminilidade baseados no ideal de dona de casa tradicional em todas as esferas da vida em sociedade (MCINTYRE, 2019). Apoiando o estudo na perspectiva marxista, identificamos que é durante as manifestações objetivas e subjetivas do processo produtivo que se inscreve a autoprodução, a autocriação e a auto objetivação do devenir-para-si-mesmo do ser humano (SOUSA; BOMFIM, 2020).

Neste sentido, a presente pesquisa compreende a dinâmica de agenciar a produção de subjetividade do trabalho executado por mulheres como uma forma ativa de elaborar o valor natural²², de produção e estrutural em conformidade com o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo, moldando a percepção das mulheres para si mesmas (SAFFIOTI, 1976), e dos outros (homens e instituições onipotentes) sobre o que é produzido e reproduzido por elas.

Para entender a produção de subjetividade do trabalho, nos apoiamos no estudo de Roseli Figaro (2018), no qual expressa que o ambiente de trabalho é atravessado por especificidades de linguagem verbal, estética e outros fatores que se materializam em condições e práticas de trabalho. A partir da perspectiva marxista, Figaro (2018) salienta que é através do labor que as pessoas são levadas a se comunicar, interagir e se relacionar com as demais. Neste sentido de relações sociais formuladas no ambiente organizacional, o humano se autoproduz e encontra a sua totalidade na sociedade. Em vista disso, mostra-se pertinente entender a “multiplicidade de relações, saberes, ações, poderes e disputas” (FIGARO, 2018, p. 179) que se materializam nas redações jornalísticas, uma vez que entendemos esses territórios como vetores de relações de poder de gênero, raça e classe, criando assim situações concretas de desigualdade e privilégios normatizadas na cultura jornalística. Esse ponto será aprofundado no tópico seguinte, mas aqui podemos abordar brevemente que no jornalismo ao gênero feminino é agregado menos valor simbólico. Essa medida se materializa em menor acesso a pautas

²² Como natural, o estudo entende a atribuição de “destino natural” associado às funções, habilidades e posições sociais de homens e mulheres (SOUSA; GUEDES, 2016).

estratégicas, posições de lideranças, salários equivalentes, bem como um comportamento de homossexualização masculina que privilegia comportamentos considerados masculinos, submetendo às margens homens e mulheres que performem condutas relacionadas ao feminino.

Voltando ao debate sobre o que é existir e ser percebida como mulher no mercado de trabalho em contexto neoliberal, surgem condições objetivas para a submissão do marcador de gênero. Logo, quando as mulheres deslocam a sua existência do ambiente privado para o público, passam a (re)existir enquanto pessoas produtivas capazes de apreender capital político-econômico, a estrutura do organismo construído pela matriz de dominação se rearranja para (re)criar “as desigualdades ao nível do desenvolvimento de carreira das mulheres” (SANTOS, 2010, p. 99).

Gina Gaio Santos (2010) exemplifica que, na prática, isso representa que as instituições esperam das profissionais uma gestão de pessoas e resultados fundada no imaginário de “cuidado materno” e “sem esperar nada em troca” (SANTOS, 2010, p. 108). Com isso, segundo a autora, a liderança agenciada por esse organismo pauta o trabalho das mulheres para o bem-estar coletivo, associando-as à esfera privada ao mesmo tempo que a mentalidade sexista, em conformidade com o neoliberalismo, produz um discurso de que tal comportamento representa vantagens competitivas. A intersecção desses fatores torna complexo o reconhecimento das manobras estruturais de desvalorização da mão de obra feminina, inclusive em propostas que se embasam na perspectiva feminista, como é o caso do livro *Clube da luta feminista*, escrito pela jornalista norte-americana Jessica Bennett (2018). Mesmo expondo as mazelas de ser mulher no mercado de trabalho, enquanto profissional da alta gestão de *big techs*, Bennett (2018) ainda esbarra na justificativa de que as mulheres tornam as empresas mais cooperativas, portanto podem ser consideradas melhores líderes. Mesmo se apoiando em uma série de pesquisas, o argumento pode ser considerado falacioso, uma vez que o fato de as mulheres promoverem a cooperação e o trabalho em equipe nas empresas vai ao encontro justamente de serem estimuladas a desenvolverem uma liderança “pós-heroica”²³ que se coloca a serviço de cuidar das/os lideradas/os (SANTOS, 2010), antagônica à liderança “heroica” geralmente exercida por homens por privilegiar a satisfação profissional de modo individual. De qualquer modo, contextualizamos que narrativas do pós-heroísmos podem servir de instrumento de afirmação sobre o trabalho entregue daquilo que se espera de uma profissional. Em outras palavras, as mulheres têm menos autonomia de desenvolver um perfil distante desta

²³ A liderança “pós-heroica” é relacionada ao conceito de coletivismo, uma vez que se afasta de atributos individuais para focar em interações e relações estabelecidas com os demais (SOBRAL; FURTADO, 2019).

expectativa, por isso pode descrever-se dessa maneira, mas agir de modo oposto, atuando com foco em interações e relações com objetivos individuais (SOBRAL; FURTADO, 2019).

Na prática, essa condição pós-heroica se manifesta e se (re)constrói a partir da intersecção de três esferas, segundo Santos (2010): a do **âmbito individual**, em que os marcadores sociais da diferença, capital cultural e político negociam a socialização nas dinâmicas de poder; a da **estrutura das organizações** neoliberais como gêneses de desigualdades e opressões sistêmicas; e, por fim, a dos **valores patriarcais** que sustentam o conceito de cultura organizacional pelo prisma de gênero. Neste sentido, até no âmbito individual as mulheres gozam de certo grau de autonomia para desenvolver estratégias de crescimento profissional. Para Maria Silveirinha e Rita Simões (2016), essas táticas (que podem ser lidas como a aquisição de competências e capital cultural) servem como uma forma de “compensar o gênero”. Ou seja: são apropriações de vantagens simbólicas já que o gênero em si representa uma desvantagem estrutural. No entanto, ainda assim as mulheres enfrentam barreiras inscritas na estrutura organizacional. De acordo com Santos (2010), o âmago da organização é composto por três dimensões:

A estrutura de oportunidades na organização, sendo esta relativa, por exemplo, às oportunidades de promoção associadas a uma função ou de formação e desenvolvimento para aquisição de competências; o poder detido no interior da organização e consequente capacidade de mobilização de recursos organizacionais; e, finalmente, a proporção numérica de indivíduos demograficamente similares nas posições hierárquicas mais elevadas da organização (SANTOS, 2010, p. 103, grifo da autora).

Portanto, diante da perspectiva da autora, as/os trabalhadoras/es não são atores independentes que conseguem influenciar a própria realidade de modo desassociado das oportunidades e opressões da estrutura organizacional. Além dessa condição objetiva, a divisão de gênero no trabalho sofre interferência da cultura organizacional que agencia um ideal subjetivo de profissional a partir de valores e práticas generificadas. Esse processo envolve um conjunto de “representações simbólicas de masculinidade e feminilidade” (SANTOS, 2010, p. 104) que mantêm as assimetrias de poder a partir de símbolos, imagens, regras, convenções e interações sociais existentes entre gestoras/es, empregadas/os, colegas e clientes. Para a autora, as relações sociais de gênero são parte importante da identidade organizacional, pois informam como homens interagem com outros homens e com mulheres, bem como as mulheres se relacionam com outras mulheres e homens. No entanto, as relações sociais de raça também são elemento-chave para compreender como as assimetrias de poder organizacional são afetadas,

uma vez que qualquer diferença gera relações pautadas em dominação, poder e desigualdade (ROSA, 2016).

Mesmo com a realidade de submissão das relações sociais de gênero gerada a partir da intersecção dessas três esferas, existe uma recusa em acreditar na desvalorização sistemática do feminino. Virgínia Ferreira (1998) endossa essa visão ao cunhar a condição de “mulheres-álibi”. O termo designa exemplos de mulheres que servem para comprovar que discriminações de gênero não existem e que, por meio da meritocracia, é possível conquistar ascensão profissional, mesmo em carreiras hegemonicamente masculinas. Sofia Marques da Silva (2010) aponta que a prática de usar mulheres como álibis para ocultar desigualdades vem a serviço de provar para as diferentes gerações de mulheres que essas discriminações não existem, acobertando assimetrias entre homens e mulheres.

Diante das relações sociais de gênero, Santos (2010), Maria da Gloria Bonelli (2010) e Aline Leite (2017) ponderam que as mulheres exercem táticas de apagamento da feminilidade para silenciar o gênero. “Há todo um conjunto de regras de vestuário e apresentação que as mulheres [...] devem respeitar: apresentar um corpo indistinguível, o cabelo preso, a maquiagem discreta” (SANTOS, 2010, p. 106). Esses artifícios, no entanto, reproduzem a relação de dominação entre homens e mulheres por meio da negação das desigualdades, segundo Bonelli (2010), indicando ainda que o apagamento é “uma forma ativa como algumas dessas profissionais interpretam experiências da diferença com igualdade, contestando a reprodução da relação de dominação e sujeição pela sua negação” (BONELLI, 2010, p. 278). Em outras palavras, é uma tentativa de neutralizar as experiências fisiológicas e sociais de ser mulher, buscando formas de demonstrar ser “séria e comprometida” (LEITE, 2017, p. 63).

Ainda de acordo com Bonelli (2010, p. 278), a procura por reconhecimento e valorização na profissão tensiona o enquadramento das mulheres à identificação profissional que em áreas masculinas pode custar o “(...) pertencimento a outra comunidade, como a de gênero”, sendo que esse marcador passa a ser vivenciado somente na intimidade e não na profissão. Contudo, elementos como vestimenta e licença maternidade são exemplos clássicos que obrigam as mulheres a lidar de maneira pública com as submissões do marcador de gênero. De qualquer forma, é nítido que quando as autoras falam sobre “neutralizar” e “apagar” o gênero a partir de comportamentos e vestimentas, entram em jogo as fronteiras da sexualidade. Isso porque, em uma cultura empresarial cisheteronormativa, indivíduos que desviem os padrões de conduta ficam às margens das interações sociais (VEIGA, 2010; SOUZA;

PEREIRA, 2013). Portanto, um corpo que performa heterossexualidade garante privilégios sociais que negociam maior distribuição de poder na lógica empresarial.

Bárbara Castro (2016) analisa justamente as características do corpo trabalhador ideal na lógica neoliberal de trabalhadoras/es da área de tecnologia. Para ela, as atribuições são aquelas associadas à jovialidade, à saúde e ao corpo não-lactante, uma vez que o mercado exige da força de trabalho um nível de produtividade, espoliação do bem-estar e flexibilidade incompatíveis com a realidade fisiológica dessas pessoas. Da mesma forma, Fernanda Carrera (2021) propõe analisar as negociações de pessoas com os marcadores de peso, idade e deficiência, já que esses eixos se vinculam a estereótipos e ascendem discursos que se materializam em diferenças. Ainda assim, Isabel Rosa (2016) e Andréia Louback (2018) complementam que o corpo trabalhador também é idealizado como branco, uma vez que mulheres negras e homens negros são compelidos a silenciar a cultura e os traços da negritude para não serem preteridas/os em oportunidades profissionais e/ou estereotipadas/os. Traçando um paralelo com o que Cláudia Nonato e Roseli Figaro (2014) compreendem por censura de expressão no jornalismo, identificamos que o silenciamento da negritude se inscreve em um processo de autocensura, uma vez que pode ocorrer de modo indireto, mas ser efetiva ao provocar o medo de expor pensamentos e modos de existir que, neste caso, são diferentes do padrão da branquitude.

Diante desses desdobramentos sobre o corpo do profissional ideal, a matriz de dominação se manifesta de diversas formas na estrutura organizacional, por isso ainda cabe debater como as lógicas de poder, opressão e privilégios são organizadas e distribuídas na especificidade do mundo do trabalho das/os jornalistas brasileiras/os. Os retornos econômicos, o acesso a pautas e recursos para executar as funções exemplificam como as mulheres e os homens se autoproduzem e são percebidos nas lógicas jornalísticas, conforme debateremos no tópico seguinte.

2.3 FEMINILIZAÇÃO DO JORNALISMO: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA PROFISSÃO

O jornalismo, historicamente, não costuma ser uma profissão economicamente rentável, mas, sim, estratégica para a manutenção de capital social e cultural (ROXO, 2011). O relatório de 2012 do *National Council for the Training of Journalists* (NCTJ)²⁴ mostrou que 72% dos recém-chegados na profissão têm dívidas. Já Mark Deuze e Tamara Witschge (2015, p. 11) complementam que “quase metade dos jornalistas *freelancers* holandeses dependem da renda de seu parceiro e 60% têm rendimentos mensais bem abaixo do salário-mínimo”. Ou seja, mesmo na Holanda a rentabilidade econômica dos jornalistas está em crise, país em que a renda *per capita*²⁵ é de mais de 52 mil dólares²⁶ (a título de comparação, no Brasil o mesmo indicador corresponde a cerca de 6 mil dólares²⁷).

No entanto, a ascensão financeira em jornalismo se torna ainda mais complicada para as mulheres. Isso porque elas têm mais dificuldade de ocupar cargos de chefia – consequentemente, os mais bem pagos. De fato, as jornalistas têm essa percepção, conforme mostra a pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro*²⁸, realizada, em 2017, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com a organização Gênero e Número. A pesquisa contou com a participação de 477 jornalistas, sendo que 53,4% afirmaram acreditar que as mulheres têm menos oportunidades de ascensão profissional comparado aos homens.

Para Karen Ross (2017, p. 64), por mais que a profissão atualmente seja composta majoritariamente por mulheres, “elas ficam presas nos quadros médios de gestão e raramente conseguem os cargos cimeiros”. Segundo a pesquisa da autora, em 159 empresas de radiodifusão e comunicação da União Europeia²⁹ e da Croácia, 30% das posições de tomada de

²⁴ Disponível em: <https://www.nctj.com/downloadlibrary/jaw_final_higher_2.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

²⁵ Indicador que mede o grau de desenvolvimento econômico de um país. A renda *per capita* é obtida a partir da divisão da Renda Nacional ou PIB (Produto Interno Bruto) pelo número de habitantes do país.

²⁶ Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicador/netherlands/gdp-per-capita>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

²⁷ Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicador/brazil/gdp-per-capita>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

²⁸ Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

²⁹ No período da pesquisa, em 2014, data original da publicação em língua inglesa, o Reino Unido ainda integava a União Europeia.

decisão são ocupadas por mulheres, o que corresponde a 1.037 de um total de 3.376 cargos. De acordo com a autora, a feminização do jornalismo pode ser explicada pelo fato de os homens terem migrado para profissões mais bem pagas, enquanto as mulheres assumiram essa área. De acordo com Maria da Glória Bonelli (2010), Gabriella Lukács (2020) e Ursula Huws (2020), as mulheres costumam encontrar oportunidade de crescimento na hierarquia profissional em cargos que são mais facilmente controlados por outros gestores, concedendo menos autonomia de decisão a elas. Ao assumirem posições que deixaram de ser estratégicas para a manutenção de capital econômico e/ou político essas, conseqüentemente, passaram a ser menos rentáveis do que eram quando estavam sob a chefia de homens.

André Thibes e Janara Nicoletti (2017) mostram que, na realidade brasileira, há um crescimento gradativo de mulheres ocupando postos de alto escalão no jornalismo, como em cargos de direção e edição. Porém, ainda segundo a pesquisa dos autores, mesmo assumindo cargos de gestão ainda não há paridade salarial entre homens e mulheres. As jornalistas também cumprem jornadas de trabalho mais longas e corresponderam à maior parcela de jornalistas demitidas/os em diferentes cargos, no triênio 2013 a 2015, período em que se intensificaram as demissões na área (THIBES; NICOLETTI, 2017; PONTES; MICK, 2018).

Silveirinha e Simões (2016) apontam que o gênero pode ser compreendido como um capital simbólico, e, na cultura jornalística, o feminino é o que tem menos valor (VEIGA, 2010; SANTOS; TEMER, 2016; SILVEIRINHA e SIMÕES, 2016; LELO, 2019). Desta maneira, para se manter na profissão, as mulheres buscam por oportunidades que elas conseguem controlar, sendo um dos exemplos o diploma na área, o que explica o número superior de mulheres com formação superior³⁰. De acordo com uma pesquisa³¹ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) sobre o contexto socioeconômico das/os graduandas/os em Jornalismo, em 2012, das/os 10.477 alunas/os participantes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), 62,7% eram mulheres.

O gênero feminino só ganha certo prestígio no jornalismo quando relacionado a habilidades e temas considerados femininos, como nos segmentos de alimentação, bem-estar e

³⁰ Na análise de Rocha (2004) é observado o crescimento da participação feminina nos cursos de Comunicação Social no período de 1948 a 1987 (em 1947 é que surge a primeira turma de Jornalismo no país na Cásper Líbero, em São Paulo). Sendo que, em 1948, dos 354 alunos matriculados no curso de comunicação, 17% eram mulheres. Em 1950, a turma dos primeiros formados era constituída por 133 alunos e apenas 24% correspondiam ao gênero feminino. Já em 1987, quando se formaram 5.175 jornalistas, 60% eram mulheres.

³¹ Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_comunicacao_social_jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

estética (SANTOS; TEMER, 2016; BANDEIRA, 2019). Por outro lado, a intersecção entre gênero e raça mostra que a experiência feminina negra não necessariamente está atrelada ao conceito de feminilidade, como no caso de mulheres brancas. Como explica Louback (2018, p. 32), o racismo estrutural dispara sobre pessoas de pele negra e/ou com fenótipos afro-descendentes “uma cadeia de estereótipos” que dizem respeito à beleza, à sexualidade e à incapacidade intelectual e de liderança.

No entanto, estudos sobre a presença de mulheres negras e homens negros no jornalismo não costumam fazer um recorte editorial (FURTADO; NOVAES, 2019; LONGA; WEINSTEIN, 2019). Por isso, mapear onde estão pessoas negras no trabalho jornalístico se torna um desafio. Identificamos apenas o levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), realizado em 2015, que analisou 555 perfis de jornalistas e suas respectivas editorias nos jornais O Globo, Folha de São Paulo e Estadão. Deste total, uma média de quatro a seis jornalistas negras/os trabalhava em cadernos de esporte, automóvel ou cobriam carnaval. Além disso, as mulheres negras raras vezes ocupavam uma posição de colunista. A presença delas nesse cargo, na época da pesquisa (2015), era: nenhuma na Folha de São Paulo; 1% no Estadão; e 4% no jornal O Globo. Ser colunista é ter a liberdade de expressar opiniões, mesmo que essas não estejam relacionadas ao tema central da coluna. Na fala de uma das entrevistadas de Rosa (2016, p. 204), é visto como esse posto pode ser estratégico: “(...) minha coluna, mesmo sendo de negócios, engessada, mas, na medida do possível, introduzia alguns debates sobre questão de gênero, orientação sexual, e de raça, no mercado de trabalho, na educação, na qualificação profissional”. De qualquer forma, Rosa (2016) demonstra que a trajetória das mulheres negras é marcada pelo imaginário de que certas posições no mercado de trabalho não estão ao seu alcance, enquanto outras profissões são:

(...) lugares possíveis e comuns das mulheres negras numa sociedade com desigualdades estruturadas pelo racismo, pelo sexismo e pela pobreza, cujo imaginário social desencadeia ações, as quais podem desviar trajetórias em momentos decisivos, a exemplo da escolha profissional (ROSA, 2016, p. 196).

Portanto, seguimos com a definição basilar de que as mulheres estão mais presentes nas áreas de *soft news* (no jargão jornalístico, correspondem às “notícias brandas”), enquanto as *hard news* (entendidas como “notícias sérias”) são escritas com mais frequência por jornalistas homens (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016; LEITE, 2017; FIGARO, 2018; BANDEIRA, 2019). Um dos reflexos dessa divisão de gênero no trabalho jornalístico diz respeito à ascensão

profissional das/os repórteres que trabalham em editorias mais prestigiosos. Consequentemente, a visibilidade nas táticas de apuração e o furo jornalístico das *hard news* facilitam a mobilidade da/o jornalista para outros veículos (BASTHI, 2011; BRAGA et al, 2014; SANTOS; TEMER, 2016).

Além da distribuição de matérias afetadas pelo marcador social de diferença, essa divisão também é impactada pelo comportamento homossocial masculino que constitui a cultura jornalística (VEIGA, 2010; SANTOS; TEMER, 2016; LELO, 2019). A partir da pesquisa de Márcia Veiga (2010) ressaltamos que na cultura do mundo das/os jornalistas circulam atributos considerados masculinos, como verticalidade, imposição e centralização. Desta forma, as mulheres que performam esses comportamentos também são favorecidas, em certa medida, nas redações jornalísticas. Por outro lado, homens que não reproduzem tais condutas de poder unilateral podem ser preteridos nas alianças entre colegas, mesmo ainda gozam do privilégio de gênero, diferenciando assim substancialmente das experiências de mulheres. E segundo, Thales Lelo (2019), os favorecimentos e desigualdades promovidas pela homossocialidade masculina são:

Inclinação deles [jornalistas homens] em atribuírem as pautas de maior destaque a colegas do mesmo gênero, bem como partilharem contatos e informações exclusivamente entre si. Ademais, as mulheres repórteres eram constantemente julgadas por supostas características intrínsecas à sua “condição feminina” que trariam prejuízos à sua atuação profissional (LELO, 2019, p. 7).

No entanto, segundo o autor, essas marcas desiguais na divisão de gênero do trabalho são misturadas ao tom paternalista da distribuição de tarefas com menos valor agregado. Além disso, nas falas dos entrevistados de Silveirinha e Simões (2016) e de Bandeira (2019) – ambos interlocutores ocupavam cargo de editor no período das pesquisas – é identificado que os homens estão inclinados a ler a rotina da redação pelo viés meritocrático, ignorando a interferência do gênero na delegação de pautas e no poder dentro das organizações.

Eu não distingo homens de mulheres do ponto de vista da qualidade profissional, não consigo fazer essa distinção. Se eu tiver uma mulher que seja boa jornalista a executar uma determinada tarefa, é ela que vai fazer aquela tarefa. (...) Se eu tiver um homem que seja melhor a fazer aquela tarefa, é ele que vai fazer aquela tarefa (SILVEIRINHA; SIMÕES, 2016, p. 41).

Eu nunca vi a questão do ganhar menos porque é mulher. Nas empresas em que eu trabalhei, os salários eram [equivalentes ao cargo]. Se amanhã eu tô fora e uma colega assume, ela vai ganhar o salário de editor. É o salário de editor, não é o meu salário. (...) No nosso mundo nunca vi, talvez exista nos maiores jornais (BANDEIRA, 2019, p. 134).

O pressuposto de que a estrutura organizacional das redações não é impregnada pela desigualdade sistêmica de gênero desloca para as margens os debates de dominância e poder masculino na engrenagem do jornalismo. Em vista disso, as mulheres lidam com a assimetria de gênero sozinhas na tentativa de equilibrar as circunstâncias em que são obrigadas a trabalhar com a condição de gênero de maneira pública. Logo, as jornalistas elaboram essas vivências em consonância com táticas que demonstram profissionalismo, compensando, assim, os pesos do feminino na cultura e estrutura do jornalismo. Um exemplo é visto no relato de uma entrevista de Noemi Bueno (2018):

A minha filha nasceu eu fiz 39 anos, você espera uma vida inteira, aí quando você tem um filho, o que você quer? Você quer ficar com a criança, mas também não quer perder tudo o que você construiu ... então é muito difícil, eu amamentei até os 8 meses e meio e **eu voltei a trabalhar com 3 meses e meio porque tinha Olimpíadas. Eu calculei, vai ter Olimpíadas então eu vou ter de voltar nessa semana, eu saí 15 dias antes dela nascer**, aí fiz Olimpíadas aqui no estúdio mesmo, não fui pro Rio. Foi uma loucura, tive de tirar leite, tive de trazer bombinha pra cá, fiquei até os 8 meses e meio dela com isso. (...) Mas só decidi nesse momento, porque estou num momento mais tranquilo também, já estava com uma pseudo organização de horário, como eu estava apenas apresentando e fazendo matérias para o Esporte Fantástico, estava em uma rotina mais tranquila, porque se fosse anos antes, eu acho que eu não teria tido a coragem, porque você viaja muito, acho que o pior é viajar, porque quando você está fazendo e está amarradona fazendo, é incrível ir viajar, mas se você tem filhos é mais difícil, com quem deixara criança e você não vai com 100% de entrega ou se vai tem que estar em um outro estágio que ainda não é o que eu estou porque ela ainda está muito pequenininha, precisa muito de mim (BUENO, 2018, p. 375-376, grifo nosso).

É possível perceber nas estratégias do relato acima que o período materno teve um impacto esperado no âmbito privado da jornalista, mas a profissional “trabalhou duro” para que esse momento não prejudicasse o fluxo de trabalho. Da mesma maneira, a escolha de engravidar também estava condicionada a um estágio “mais tranquilo” da sua carreira. Posto assim, a maternidade é que se torna flexível para se encaixar na rotina produtiva do jornalismo, e não o contrário. Em vista disso, na profissão há uma evasão de mulheres que se tornam mães para outras áreas da comunicação. De acordo com os dados da pesquisa *Mães jornalistas e o contexto da pandemia*, realizada pela Comissão Nacional de Mulheres e divulgados pela Federação

Nacional dos Jornalistas (Fenaj)³², em 2020, das 629 profissionais ouvidas (que são mães), 40,06% trabalhavam na área de assessoria de imprensa; apenas 15,9% atuavam como repórter; e 7,6% estavam desempregadas.

No entanto, táticas como essa apresentada pela interlocutora de Bueno (2018) ilustram o processo de apagamento de gênero em nome do profissionalismo. É preciso ressaltar o quão conveniente essa conduta é para as empresas jornalísticas, afinal, as mulheres se tornam “superfuncionárias” (LEITE, 2017, p. 65) com qualificações educacionais e trabalho duro. No entanto, esse comportamento representa mais produtividade e rentabilidade para as organizações – e não necessariamente ascensão profissional para as jornalistas, visto que as mulheres estão inclinadas a mudar de área por não conseguirem conciliar a maternidade com a produtividade exigida delas. Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009, p. 278, grifo das autoras) complementam que “os empregadores também podem *recrutar pessoas superqualificadas que serão pagas como uma pessoa menos qualificada*, fazendo de conta que não percebem a contribuição real dessa superqualificação”. Ainda assim, esses confrontos podem ocorrer de modo indireto, delegando às mulheres a responsabilidade de resolver esse impasse, o que geralmente as leva a abandonar a profissão ou optar pela vida de *freelancer* por conta da flexibilidade de horário (GROHMANN, 2012).

A partir das reflexões tecidas neste tópico compreendemos que há uma quantidade ainda não mapeada de trabalho reprodutivo e não-pago necessário para fazer a engenharia das redações noticiosas funcionarem de modo rentável e estratégico para empresa e cliente (DEUZE; WITSCHGE, 2015). Mesmo olhando as relações de trabalho no jornalismo a partir de histórias e dados das jornalistas, reconhecemos que a precarização e desvalorização da categoria afeta tanto homens quanto mulheres. A partir das pesquisas de Cristiane Reimberg (2013), Adriana Braga et al. (2014) e Michelle Roxo e Rafael Grohmann (2014), podemos citar casos como: alta rotatividade de profissionais em início de carreira e uma massa de jornalistas veteranos desempregados; capacidade hiperbólica de operar em diferentes projetos e rápida adaptação; desvalorização dos antigos saberes em detrimento à incorporação de práticas nativas digitais; carreira profissional fragmentada em busca de “janelas de oportunidades”; automação e rotinas produtivas que visem aumento constante de rentabilidade e produtividade da mão de obra; e alta competitividade entre os jornalistas que resulta em movimentos de vigilância sobre os saberes e práticas que as/os outras/os dominam, fomentando dinâmicas que ceifam a

³² Disponível em: <<https://fenaj.org.br/maes-jornalistas-sao-mulheres-esgota-das-pela-sobrecarga-de-trabalho-na-pandemia/>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

cooperação na categoria. Em suma, as/os jornalistas se tornam agentes das relações capital-trabalho ao serem convocadas/os a responder com eficiência e criatividade aos processos de globalização e flexibilização estruturados pelo espírito do capitalismo.

Ainda assim, entendemos que os homens são a maioria em cargos de gestão (ROSS, 2017; THIBES; NICOLETTI, 2017) e que as funcionárias são agenciadas a internalizar comportamentos reprodutivos na sua atuação profissional (SAFFIOTI, 1976; SANTOS, 2010; MCINTYRE, 2019; HUWS, 2020; LUKÁCS, 2020), enquanto a carga de trabalho não-pago e não-mapeado estaria localizada tanto no escopo de tarefas delas quanto na de pessoas recém-chegadas na profissão (estagiários e assistentes).

Outro ingrediente estrutural dessa equação desproporcional no fluxo de trabalho é que, na avaliação de Deuze e Witschge (2015), as/os jornalistas precisam elaborar maneiras inovadoras de fazer as coisas acontecerem, e acontecerem com sucesso. Essa lógica tem um peso específico para as mulheres, pois transborda para o âmbito pessoal, obrigando-as a lidar com assuntos íntimos relacionados ao corpo (maternidade e assédio) em um modelo compensatório buscando minimizar o impacto de tais circunstâncias de gênero no fluxo de trabalho (LEITE, 2017; FIGARO, 2018; MORAIS, 2018; LELO, 2019), o que as leva a performar masculinidade e supostas condutas imparciais na relação com colegas de trabalho, na vestimenta e na interpretação da cultura jornalística para conseguir penetrar nas redações e ascender profissionalmente (SANTOS; TEMER, 2016; SILVEIRINHA; SIMÕES, 2016; LEITE, 2017; LELO, 2019). Por consequência, esse comportamento culposo acaba por aumentar as assimetrias de gênero no jornalismo.

Para resumir as contribuições deste capítulo para a pesquisa, a partir das teorias levantadas e relacionadas observamos que as assimetrias de poder de gênero se localizam tanto nas subjetividades quanto nas práticas produtivas objetivas de produção e são engendradas antes da efetiva entrada no mundo do trabalho. Portanto, a trabalhadora assume suas funções produtivas com inseguranças e expectativas sobre o papel do feminino já formuladas. Na empresa, por conta das estruturas organizacionais e valores patriarcais que ali circulam, essas visões se materializam em práticas que subjagam o feminino em detrimento a atributos relacionados ao masculino. No jornalismo, podemos resumir essas ações em: orientar a vestimenta para evitar a atribuição de signos de sexualidades; ocultar os traços da vida particular (maternidade, família) nas lógicas de trabalho para que aquela não afete esta, o que leva muitas mulheres a envergarem para a vida de *freelancer* ou buscarem oportunidades fora das redações para conciliarem os horários da dupla jornada; se responsabilizar pelo bem comum dos demais

colegas tanto quanto pela própria ascensão profissional; e podemos citar também acessar pautas, editoriais e temas menos estratégicos nas lógicas de produção do jornalismo. De qualquer forma, nossas reflexões carregam a inquietação sobre o real espaço que as mulheres têm para se defender de maneiras empoderadas no mercado de trabalho colonial, patriarcal e capitalista? Em outras palavras, se as expectativas sobre ser uma mulher produtiva já estão agenciadas nos imaginários delas e deles, existem desafios sistêmicos para as profissionais assumirem outras posturas sem serem postas a margem do mercado de trabalho.

Apesar dessas importantes reflexões sobre mulheres no mundo do trabalho, algumas dessas noções ainda não permeiam a realidade das estagiárias em jornalismo que cooperaram com o estudo. Por exemplo, o acesso a cargos de alta gestão, a maternidade e, de certa forma, a aproximação a assuntos mais oportunos nas lógicas do jornalismo ainda não são imperativos realmente pertinentes a elas. Por isso, a partir do próximo capítulo visamos nos debruçar sobre quem são as estagiárias de jornalismo e os desafios que permeiam a construção de suas carreiras em contexto neoliberal.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Para a construção do objeto de pesquisa que é entender a construção da carreira ainda na fase de estágio no jornalismo diante de um mercado de trabalho neoliberal, a proposta metodológica deste estudo se sedimentou a partir de uma triangulação teórico-metodológica (FIGARO, 2014) que serviu para operar métodos flexíveis diante dos desafios da pandemia. Sem deixar de lado o rigor na coleta e verificação das informações recolhidas na pesquisa qualitativa, a triangulação serviu como um caminho para a validação da pesquisa, uma vez que é “a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao trabalho” (FIGARO, 2014, p. 127).

Diante disso, o escopo metodológico contém direcionamentos de estudos de plataformas – Thomas Poell et al. (2020) – e de etnografia virtual – Adriana Amaral et al. (2008) e Beatriz Polivanov (2013). Isso permitiu reconfigurar a interação com a rede social digital Facebook, para que fosse nosso laboratório de pesquisa (CAMPOS, 2020b). Esses movimentos permitiram a aproximação com o campo, por meio da análise do grupo privado de rede digital *Vagas de Comunicação no RS*³³ e da interação com as colaboradoras-participantes da pesquisa a partir de formulários *online* disponibilizados na página, o que representou a principal porta de acesso às interlocutoras (mas não a única).

O estudo se baseia na colaboração de cinco estudantes de Jornalismo com idades entre 21 e 25 anos e residentes de Porto Alegre e Sapucaia do Sul, municípios do Rio Grande do Sul, que participaram de quatro a cinco entrevistas individuais e semiestruturadas, de outubro de 2020 a junho de 2021. Para esta parte da pesquisa, a metodologia acionada foi a intersecção de estudos de plataformas com elementos da etnografia tradicional, guiada pelas premissas de Isabel Travancas (2012) e Marilyn Strathern (2017). Essa articulação se mostrou necessária para cobrir as lacunas do distanciamento social, uma vez que as entrevistas em profundidade ocorreram de maneira remota, o que limita a observação sobre aspectos ditos e não ditos pelas colaboradoras-participantes (STRATHERN, 2017). Neste sentido, o escopo das informações coletadas para a análise das informações se fundamenta em diário de campo, transcrição dos áudios, documentos enviados (currículo e portfólio) e dados disponíveis nas redes digitais (*posts* e descrição dos perfis).

³³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/159426794181656>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

3.1 APROXIMAÇÕES E IMERSÕES NO CAMPO DE PESQUISA

As estratégias metodológicas desta pesquisa foram desenvolvidas em paralelo aos desafios do distanciamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19, desde meados de 2020. Diante disto, para o movimento exploratório do campo, o primeiro passo foi reconfigurar a minha³⁴ relação com o grupo privado *Vagas de Comunicação no RS* (do qual eu já fazia parte desde 2015), na rede social digital Facebook, para torná-lo um laboratório de pesquisa. A página virtual, criada em 2014, representa um reduto de vagas na área de indústria criativa no estado do Rio Grande do Sul (CAMPOS, 2020a). O termo “indústria criativa”³⁵, neste trabalho, é usado enquanto sinônimo de comunicação. Mesmo que aquele englobe setores criativos como artes performáticas, moda e arquitetura (MONTARDO et al., 2018), dos quais não estamos interessados em alcançar nesta análise, o uso da expressão comunicação reduziria a compreensão para áreas de conhecimento diretamente ligadas a ela, como publicidade e jornalismo, sendo que os anúncios identificados no grupo de Facebook (tanto os de regime de estágio, CLT e *freelancer*) abrangem um leque de profissionais capazes de produzir e editar conteúdo.

A proposta de observação das postagens e discussões do grupo levou em conta táticas de etnografia virtual, que, conforme explicam Adriana Amaral et al. (2008, p. 66), “preservam as características centrais do método etnográfico”, pois “elas não poderiam ser simplesmente transpostas do meio off-line para o online”. Beatriz Polivanov (2013) pontua que as especificidades das redes sociais digitais não representam uma barreira para a metodologia, afinal, os métodos são adaptados às peculiaridades de cada site de rede social que se aplica ao estudo. Segundo Amaral et al. (2008, p. 36):

³⁴ Neste capítulo, optamos por utilizar a primeira pessoa do singular no detalhamento dos passos empíricos para não soar uma linguagem antinatural.

³⁵ O termo indústria criativa surge com força devido a uma política do governo do Rio Grande do Sul nos anos 2000 (na época Olívio Dutra, do PT, ocupava o cargo de governador), importando o termo do Reino Unido para fortalecer os setores de cultura e comunicação no Estado. Uma pesquisa elaborada pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE/Seplag), em 2019, apresentou que mais de 130 mil empregos formais estavam vinculados às áreas de cultura, criatividade, conhecimento e inovação, superando assim setores tradicionais da economia gaúcha (agricultura e agropecuária). Glenn Savage (2017, p. 157, tradução nossa) indica que há uma tendência global para o “declínio das indústrias manufatureiras e à crescente competitividade do ingresso em profissões de colarinho branco”. Por fim, o mesmo estudo indica que o Estado registrou mais de 48 mil microempreendedores individuais (MEI) em publicidade, artes visuais, ensino da cultura, design e moda, entre outras atividades da indústria criativa. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03180542-nt-economia-criativa.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022).

A partir da inserção do pesquisador na comunicação mediada por computador para a observação e investigação de práticas culturais e de comunicação, troca-se o campo não por um “não-lugar” como a *feria Augé* (1994) nos anos 90, mas por um território contíguo ao off-line que tanto constitui um meio de comunicação, um ambiente de relacionamento e um artefato cultural.

Após a coleta, realizada no mês de abril de 2020, das vagas de estágio publicadas no mês de fevereiro de 2020 no grupo de Facebook – o que totalizou 62 posts, buscamos identificar, de maneira quantitativa, os benefícios oferecidos, formas de candidatura, pré-requisitos e principais áreas destas vagas. Enquanto jornalista, os anúncios de vagas de estágio na área de comunicação já me eram familiares, mas a proposta deste mapeamento é justamente ir além do meu conhecimento empírico da comunidade de indústria criativa do Rio Grande do Sul a partir de um desenho teórico e analítico da experiência de ser estagiária que se inicia no encontro das vagas.

Em seguida, entrevistei um dos administradores do grupo por *e-mail*, com perguntas que permearam suas percepções sobre o mercado de trabalho em comunicação e a criação e moderação do grupo. Na sequência, publiquei um formulário, hospedado no *Google Forms* que circulou na página entre os dias 22 e 27 de abril de 2020, para buscar interessadas em participar da pesquisa. Um segundo formulário circulou no grupo, entre os dias 1º e 6 de julho, com questões basilares, como: 1) Quantos estágios realizou?; 2) Como entrou em contato com as vagas?; 3) Os estágios, de alguma maneira, influenciaram a área que gostaria de atuar?; 4) O que leva em conta na hora de se candidatar a vagas? A publicação deste segundo formulário se deu pela necessidade de aumentar o escopo de estudantes interessadas no estudo. Conforme regra do grupo, pesquisas deste teor podem circular por, no máximo 24h; mas, para coletar mais respostas, foi solicitado o período total de sete dias.

Para explicar resumidamente as dinâmicas das redes sociais digitais, é preciso “(re)conhecer as suas arquiteturas de interação para, enquanto, pesquisador/a ter uma performance satisfatória de acesso aos grupos estudados” (CAMPOS, 2020b, p. 4). Nesse sentido, por mais que as plataformas digitais ofereçam “(...) a oportunidade de agir, conectar ou falar de maneiras poderosas e eficazes” (POELL et al., 2020, p. 3), para que a pesquisa publicada tenha abrangência, ou seja, alcance o maior número possível de *feeds*, depende-se principalmente de interações, como comentários, curtidas e compartilhamentos.

A partir das informações disponibilizadas e do número telefônico ou contato de *e-mail* deixados pelas/os respondentes destes dois formulários, fiz uma seleção de quais perfis se

relacionavam com a proposta da pesquisa. As fichas, que circularam por sete dias em um grupo privado, resultaram em 31 respostas (entre mulheres e homens). Destas, selecionei seis para entrevistas pré-teste. Esse movimento representou uma fase de testar hipóteses (com perguntas estruturadas) e conhecer possíveis experiências a serem aprofundadas no desenvolvimento da pesquisa. Apesar dos nossos esforços de divulgação dos formulários virtuais, não alcançamos a diversidade de perfis como almejávamos.

As entrevistas individuais foram realizadas pelo site de videoconferência *Jitsi Meet*³⁶. A plataforma de código aberto, desenvolvida pela Universidade de Estrasburgo, na França, mostrou-se prática para as necessidades desta pesquisa, uma vez que é gratuita, gera endereços virtuais amigáveis para as reuniões e não exige *login* ou *download* (exceto no caso de uso *mobile*). Durante as interações por videoconferência, nenhum *screenshot* (captura de imagem estática de telas virtuais) ou gravação de vídeo foram feitos, apenas o áudio foi registrado por um aplicativo de gravação do *smartphone*, após permissão das entrevistadas, e foram feitas anotações em um diário de campo. Em pesquisas etnográficas, a elaboração de um diário funciona “como um registro descritivo de tudo o que ele [pesquisador/a] vir e presenciar” (TRAVANCAS, 2012, p. 102). Portanto, em relação à ambientação, anotei o horário que a interlocutora ingressou na sala de vídeo, se estava usando o celular ou *notebook* para acessar a reunião virtual, a qualidade da imagem e do som (essa observação pode indicar *internet* de boa ou má qualidade) e o que eu via ao fundo.

Já sobre os desdobramentos das respostas, o trabalho foi artesanal e semelhante ao de entrevistas jornalísticas, pois anotei expressões, palavras e frases que mais chamaram a atenção, questões para perguntar posteriormente e experiências que se articulavam entre duas ou mais colaboradoras-participantes. De qualquer forma, este movimento já era “natural” para mim enquanto jornalista. Karina Fraga (2013) aponta justamente aproximações entre o exercício do etnógrafo e do jornalista, no sentido de que os dois têm as mesmas ferramentas básicas de trabalho: “O olhar e a escuta. Só através desses sentidos, ou melhor, do aguçamento deles, é que ele teve a habilidade de enxergar para além dos fatos” (FRAGA, 2013, p. 42).

Depois dessas entrevistas pré-teste, optei também por entrar em contato via *e-mail* com as/os coordenadoras/es dos cursos de Jornalismo de Porto Alegre e região metropolitana, em 15 de julho de 2020, explicando sobre a pesquisa e pedindo a indicação de estudantes que poderiam se interessar em participar do estudo. Das universidades contatadas (ESPM-RS, IPA,

³⁶ Acesso em: <<https://meet.jit.si>>. Acesso em: 06 de junho de 2021

UFRGS, Ulbra, Unisinos e PUCRS), obtive resposta apenas dos responsáveis da UFRGS e da ESPM-RS, mas apenas com esta última o diálogo se desdobrou em uma conversa por videoconferência e divulgação da pesquisa para as alunas.

Além de explicar a proposta, na conversa, realizada no dia 22 de julho de 2020, com o supervisor acadêmico do curso de Jornalismo da ESPM-RS, Leandro Olegário, busquei compreender as iniciativas da universidade para divulgar vagas de estágios, como funcionam os projetos experimentais, qual é a percepção do professor sobre o papel de estágios na formação das/os estudantes e se as/os alunas/os da ESPM-RS costumam estagiar.

Outro passo empírico desta pesquisa foi o contato com a agência de empregos, a Estagiar³⁷, sediada em Porto Alegre. Solicitei às recrutadoras da empresa de Recursos Humanos a permissão de acompanhar entrevistas de estágio na área da comunicação. O pedido foi aceito após contextualização da metodologia e objetivos do estudo. Assim, participei de uma entrevista *online* no dia 9 de setembro de 2020 conduzida com um estudante de Jornalismo para uma vaga na assessoria de imprensa de um hospital da Capital. Nenhum tipo de material foi capturado e a minha câmera e meu áudio permaneceram desligados durante a conversa. A recrutadora abriu espaço para fazer perguntas, mas me absteve para não influenciar de qualquer forma o processo seletivo.

Para contextualizar, o candidato é um homem branco, estudante de uma universidade privada de Porto Alegre e residente da mesma cidade. Tem um pouco mais de vinte anos, representa a heterogeneidade, com um marcador de classe expressivo, uma vez que pratica esgrima, uma arte marcial elitizada e de difícil acesso no Brasil. A construção do perfil profissional que o candidato elabora de si transita entre elementos pessoais e profissionais que foram anunciados principalmente nas falas do entrevistado. Em suma, essa experiência proporcionou, mesmo que brevemente, um contato com um estudante homem de jornalista.

Além da visibilidade desses eixos, outro ponto que me chamou a atenção foi a capacidade do candidato de falar sobre suas habilidades com autonomia e arguição. O entrevistado comentou sobre a sua primeira graduação, Jogos Digitais, na qual cursou apenas um semestre, mas mencionou que adquiriu conhecimentos com os quais é capaz de desenvolver projetos digitais, como criação de *sites* e outras infraestruturas que dependam da linguagem em

³⁷ Disponível em: <<https://www.estagiar-br.com.br/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

*HTML*³⁸. Tal destaque das habilidades transportou minha análise para a “dificuldade” que as entrevistadas da pesquisa têm em expor suas competências e experiências. Essa reflexão foi ganhando cada vez mais força ao longo do estudo; mais vivências escondidas nas lembranças das participantes surgiam, mas quando emergiam em suas narrativas eram acompanhadas de justificativas, em alguma medida, depreciativas que estavam a serviço de explicar por que as experiências não eram relevantes o suficiente.

Após a saída do candidato da sala virtual, comentei com a recrutadora: “Homens vendem bem suas habilidades, né?”. Ela rapidamente respondeu: “Sim, também sinto isso, as mulheres são mais acanhadas, os homens se vendem melhor”. A observação, amparada pela recrutadora, exigiu de mim uma postura mais ativa ao questionar e procurar as experiências das colaboradoras-participantes, pois passamos a considerar que elas escondiam nas suas narrativas. Além disso, retorno esse ponto para a consideração feita no capítulo anterior sobre o real espaço que as mulheres têm para demonstrar posturas empoderadas visto que o organismo do mundo do trabalho já projeta a imagem esperada delas em todas as dimensões possíveis.

Logo, o comportamento não se torna controverso, pois as profissionais estão mais inclinadas a elaborar uma representação insegura de si mesmas (SAFFIOTI, 1976). O que me parece novo, comparando a desenvoltura do entrevistado com as colaboradoras-participantes, é que as profissionais são mais exigentes consigo, revelando somente aquilo que têm certeza de que são capazes de executar com autonomia e deixando à margem aquilo que acreditam não ter conhecimento suficiente para relevar. Mesmo quando levam para a superfície essas competências, a narrativa geralmente ganha um tom de aprendizagem, destacando se tratar de um conhecimento básico ou interesse em determinada função.

³⁸ Abreviação para *HyperText Markup Language* (Linguagem de Marcação de Hipertexto, em português) é uma linguagem utilizada para a construção de *websites* e a inserção de conteúdos, como imagens e vídeos, por meio dos hipertextos nessas páginas digitais.

3.2 ESCOLHA DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES E ANDAMENTO DAS ENTREVISTAS

Após essas idas a campo, selecionei cinco estudantes para participar da pesquisa como colaboradoras. Com aquelas que ainda não haviam cooperado na fase pré-teste, realizei uma conversa piloto, que seguiu a mesma estrutura de perguntas³⁹ e interação por videoconferência. Os critérios de seleção das colaboradoras-participantes se deram a partir da diversidade racial, dos semestres cursados, de universidades, dos benefícios ou formas de pagamento das mensalidades e dos interesses no e pelo jornalismo. Apesar de não ser um dos critérios estar vinculada a uma universidade privada todas as colaboradoras-participantes estudam nesse modelo de ensino. Utilizamos esse elemento em comum ao nosso favor ao nos debruçarmos também aos impactos da mercantilização do ensino superior. Segundo Viviane Carvalho (2019), a transformação da educação em um modelo de negócio rentável embaralha o senso de bem público do ensino e, conseqüentemente, altera os critérios de democratização da educação. No entanto, cabe ressaltar que a grade de horário flexível das universidades privadas se mostra para as entrevistadas um diferencial importante para conciliar a rotina de estudos com o estágio.

De acordo com Jorge Duarte (2011), para gerar maior confiabilidade das informações coletadas, é essencial relacionar critérios, para ter um leque de interlocutoras/es diversas/os, pois justamente o “encadeamento consistente na etapa de análise, ajuda a garantir a validade dos resultados suportados por entrevistas em profundidade” (DUARTE, 2011, p. 68). Além de diversos, os perfis precisam despertar o interesse da/o pesquisador/a, mostrando-se “(...) capazes de ajudar a responder sobre o problema proposto” (2011, p. 68). Portanto, a delimitação destas colaboradoras-participantes se mostrou estratégica para a investigação, uma vez que: **Aurora** tem uma forte necessidade básica de trabalhar, por isso elabora estratégias de sobrevivência enquanto mantém o entusiasmo pela profissão; **Camila** também precisa se manter empregada, mas sua trajetória é menos estável, foi angariando experiência em vários setores da comunicação, às vezes de modo informal, principalmente para uma estudante, e é a única que tem um familiar formado em Jornalismo; **Helena** planejava mudar de universidade quando iniciamos a pesquisa e justamente a sua crítica ao ensino e impactos da mudanças de instituição eram uma fonte frutífera para o estudo; **Olívia** veio de outra cidade (Ivoti) para cursar a graduação e ainda estava em busca de um estágio, o que possibilitou acompanhar as táticas de colocação no mercado de trabalho; e **Virgínia** tinha cinco estágios no currículo e estava

³⁹ Disponível no capítulo de Anexos, na página 173.

preste a se formar, assim conseguimos registrar os anseios e angústia da transição de graduanda para diplomada em Jornalismo.

Optamos em utilizar nomes fictícios, que puderam ser escolhidos pelas próprias colaboradoras-participantes. Claudia Fonseca (2007) tem críticas a esse recurso, considerando que o anonimato mascara as identidades das pessoas e conseqüentemente transmite a impressão de que os sujeitos têm algo a esconder. O artifício foi definido ponderando a segurança das colaboradoras-participantes em lançar críticas sobre seus estágios e universidades sem serem impelidas a constrangimentos futuros. Da mesma maneira, o nome das empresas e setores de órgãos públicos também foram mantidos em sigilo.

Pesquisar em colaboração com uma pessoa a qual já se tenha alguma proximidade pode ocasionar constrangimentos e encurtamentos da narrativa (LAHIRE, 2002; ROXO, 2005). Colher depoimentos pela primeira vez exige da/o interlocutor/a uma história completa. Sem atalhos. O que aconteceu precisa ser detalhado e a/o pesquisador/a tem mais facilidade em identificar se alguma informação está inconsistente, já que não conta com a armadilha da lembrança para revisitar o ato narrado. Ainda assim, relatar acontecimentos, sentimentos e impressões para alguém que pertence ao mesmo grupo de amigos, por exemplo, pode ser um exercício mais difícil de ser executado conforme visto nas experiências de Bernard Lahire (2002) e Michelle Roxo (2007). No relato das autoras, acessar uma memória a qual a/o pesquisador/a não integra dá mais autonomia para a/o entrevistada/o explicar os fatos. Para não idealizar o método, a/o pesquisador/a precisa estar consciente que existe um limite sobre até onde a/o entrevistada/o vai querer explorar. Logo, haverá lacunas no relato que não serão completamente preenchidas.

As entrevistas semiestruturadas e individuais iniciaram no mês de outubro de 2020. Cada conversa levou de 30 minutos a 1 hora e 20 minutos. Apenas os áudios foram gravados por um aplicativo e, em seguida, transcritos. Além das transcrições, o escopo de informações analisadas contou com as minhas anotações do diário de campo, os documentos enviados pelas interlocutoras (currículo e *portfólio*) e informações públicas disponíveis aos seguidores (Instagram e Twitter), amigos (Facebook) e conexões (LinkedIn), em seus perfis em sites de redes sociais.⁴⁰

Duarte (2011) esclarece que a estrutura da entrevista em profundidade se dá a partir de tópicos fixos, que norteiam o tema do encontro, e de perguntas auxiliares, que ajudam a

⁴⁰ Solicitei permissão para acessar as informações públicas dos perfis das interlocutoras.

responder o problema da pesquisa. Neste sentido, no primeiro encontro, os tópicos norteadores foram questões ergonômicas do trabalho remoto ou híbrido (alternar entre dias presenciais e remotos), impressões das aulas a distância e a entrada no ensino superior. Em novembro, fizemos uma análise conjunta de seus currículos, entrada no mercado de trabalho, habilidades de uma jornalista, o que é trabalho para elas e como avaliam ser mulher no mercado de trabalho. Já em dezembro, a conversa permeou os *portfólios* enviados por elas, para que serve o jornalismo e o que é ser jornalistas na concepção delas.

Em janeiro de 2021, por questões de disponibilidade de horário, entrevistei duas das cinco colaboradoras-participantes – Virgínia e Helena. Neste encontro, propus uma atividade em que, de três vagas de estágio⁴¹ enviadas por mim, elas deveriam escolher uma para se candidatar e explicar o porquê. As respostas se tornaram gatilhos para seguir a entrevista sobre exemplos de estágios coerentes com a experiência de um/a estudante e quais exigem habilidades de profissionais formados. Após três entrevistas com Olívia, Camila e Aurora e quatro com Helena e Virgínia – mais os diálogos teste –, as conversas, entre maio e junho de 2021, tornaram-se específicas às trajetórias individuais das interlocutoras, com perguntas extraídas a partir dos próprios relatos trazidos.

A partir das idas e vindas ao campo, organizamos o material coletado no próximo capítulo, que apresenta o perfil das entrevistadas de maneira individual e coletiva, com os recursos de biografias, quadros e diagramas expositivos. Para a produção dos diagramas nos embasamos no método de diagrama por afinidades, assim o nosso propósito é fornecer uma visão mais fácil e objetiva sobre a trajetória das colaboradoras-participantes sem que seja necessário retornar aos quadros para conferir as informações. Tal método também se mostrou útil na demonstração da pauta de trabalho dos respectivos estágios das colaboradoras-participantes, apresentados no capítulo 5, mas neste caso o propósito foi a praticidade de distribuir as informações nos diagramas.

⁴¹ O *screenshot* das vagas está disponível no capítulo Anexos, a partir da página 170.

4. PERFIL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES

O que pode ser considerado informação relevante para a construção de um perfil biográfico? Marilyn Strathern (2017) lança respostas a essa questão indicando que na exposição das informações deve pesar primordialmente o que a/o leitor/a deve saber. Considerando o objetivo do estudo de abordar a trajetória de cinco estagiárias em Jornalismo residentes do Rio Grande do Sul com idades entre 21 e 25 anos, pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2001), com diferentes orientações sexuais (homossexual, bissexual e heterossexual) e raças (branca e negra), apresentamos na primeira parte deste capítulo uma biografia individual das colaboradoras-participantes por meio de um breve resumo da trajetória de vida e as informações socioeconômicas e profissionais de cada entrevistada organizadas de maneira visual com o recurso diagrama⁴².

Em seguida, no segundo tópico, optamos por organizar as informações em quadros contemplando o percurso das cinco colaboradoras-participantes inscritos no âmbito pessoal educacional (desde antes da entrada da graduação). Após apresentamos e discutimos os marcadores sociais da diferença. Por fim, contextualizamos o percurso profissional (ocupações, estágios e habilidades desenvolvidas).

Essa organização das informações facilita a análise dos acontecimentos, percepções e condições a serem analisadas já neste capítulo. Além disso, os quadros e diagramas oferecem o panorama das trajetórias e eixos da diferença que permeiam a experiência profissional das colaboradoras-participantes.

⁴² Os diagramas foram produzidos na plataforma de lousa digital Miro. Disponível em: <<https://miro.com/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

4.1 QUEM SÃO AS COLABORADORAS-PARTICIPANTES?

A entrevista em profundidade é um poderoso recurso para construir perfis como as pessoas gostariam de ser representadas, uma vez que a/o pesquisadora/o tem acesso ao vocabulário da/o entrevistada/o, detecta comportamentos, inclinações e disposições que orientam quem é esta/e sujeita/o. Além disso, o contato nesta pesquisa não se limitou ao período das entrevistas, mas abrange a comunicação mantida por mensagens de texto, *e-mails* e o acompanhamento de *posts* em redes sociais digitais (Facebook, Instagram e LinkedIn mais precisamente).

Em vista disso, abordamos nessas breves biografias a relação das entrevistadas com suas famílias, com a classe social e com as trajetórias educacionais mesmo antes do ingresso na graduação de Jornalismo. A delimitação serve para apresentar as colaboradoras-participantes a partir de fatores que medeiam a relação delas com o mundo social, criando assim chaves de compreensão da vida, a partir do conceito de Bernard Lahire (2002), que negocia as suas táticas de desenvolvimento profissional.

Inspiradas por Lahire (2004), entendemos o núcleo familiar como o primeiro mediador importante da pessoa com a sociedade. Desta maneira, observamos que o apoio familiar representa uma base para que as colaboradoras-participantes se fortaleçam em direção aos seus primeiros passos na carreira, conforme os seguintes relatos:

Meu pai sempre foi a pessoa que me incentivou completamente. Quando eu fiz o primeiro Enem estava no auge da adolescência e tinha Oktoberfest⁴³ em Igrejinha e eu fui um dia antes, fui fazer o Enem de ressaca. Fui conferir o gabarito e tinha ido super bem, mas depois vi que tinha esquecido de marcar as respostas no cartãozinho. **Foi nessa época que o meu pai pagou para mim [a graduação de História], porque ele não queria que eu ficasse parada. Pagou 2 semestres na Unisinos, e eu vi que estava ruim para pagar, então não quis deixar ele sofrer muito [...]** A pessoa que mais me incentivava a fazer minhas coisas era meu pai, também não ficava me cobrando para escolher um curso que me dê dinheiro, porque rolava muito isso na minha família. Dinheiro para eles é sei lá, Medicina. **Mas a única e exclusivamente pessoa que me incentivou foi o meu pai** (Aurora).

A partir do relato de Aurora observamos vestígios sobre o “auge da adolescência”, que, em certa medida, se materializa em uma hierarquia de prioridades na qual o desenvolvimento profissional se manifesta como secundário em detrimento ao lazer. É neste cenário que o pai

⁴³ Festival de tradições germânicas (comidas, bebidas, danças e cultura) que ocorre em várias cidades do Brasil durante o mês de outubro. A celebração surgiu em Munique, na Alemanha.

organiza um rumo provisório para Aurora, arcando com os estudos de uma graduação que ela tinha interesse em cursar na época. Não recai sobre ela a pressão de ganhar dinheiro, o que qualquer posto de trabalho supriria, pois o pai a auxilia aproximando-a da formação acadêmica, o elemento de ganhos econômicos baseados em investimentos educacionais passa a orientar suas próximas ações, ao passo que um trabalho formal talvez a permitisse permanecer no curso, mas Aurora, por outro lado, preza por conseguir uma bolsa de estudos (Prouni) e depois encontrar meios de sobreviver. Por mais que tenha citado “Medicina” como o que a sua família entende por ganhar dinheiro, é importante ressaltar que Aurora é uma das primeiras pessoas do seu núcleo familiar de primeiro grau a ingressar no ensino superior. Por isso, inferimos que Aurora buscou na memória uma profissão de cunho acadêmico que a família valoriza. Contudo, tal construção discursiva não parece refletir as reais inclinações das/os parentes de Aurora, mas uma reorganização dos fatores a partir das próprias percepções dela.

Não sei como a Faders conseguiu meu número, mas eles me ligaram e perguntaram se eu não queria fazer vestibular lá, que eu ia ganhar um desconto e eu acho que na época era 50% de desconto por um ano, era um desconto grande. E aí eu entrei. **Eu posso pagar, então vai. Mas aí o desconto acabou e eu perdi o emprego, aí a minha mãe ficou pagando um semestre**, mas aí eu consegui o Fies, aí deu tudo certo (Virgínia).

Já no relato de Virgínia, encontramos uma pessoa que não está mais na fase adolescente. Possui uma estabilidade financeira proporcionada por um emprego integral e arca com as mensalidades da faculdade. No entanto, este cenário de constância cai por terra e cria frustrações na trajetória de Virgínia que rapidamente são amparadas pela matriarca da família. Neste sentido, observamos o diferencial de possuir amparo econômico familiar evitando o recomeço a cada obstáculo. Logo, a mãe de Virgínia materializa seu apoio financeiro em uma ponte que une a adversidade do momento à solução para que a filha estruturasse seu percurso profissional.

Por isso, além do núcleo familiar também organizamos as informações da trajetória de vida das colaboradoras-participantes a partir dos privilégios e opressões de classe, podendo esta categoria representar uma gestão da sobrevivência (ABÍLIO, 2011) ou manutenção de vantagens simbólicas (BOURDIEU, 2007) e, portanto, têm efeito sobre as ações das/os sujeitas/os. Todavia, nossa perspectiva analítica é de utilizar a classe para contextualizar as vivências narradas e não as reduzir a reflexos das estruturas sociais (GROHMANN, 2016). Por fim, apresentamos elementos da trajetória educacional para além do contato com as escolas de

Jornalismo, informando assim com quais saberes e habilidades as colaboradoras-participantes ingressam no curso.

Ainda assim, ressaltamos que as memórias acessadas nas entrevistas em profundidade são revisitadas pela consciência atual das interlocutoras (LAHIRE, 2004). A possibilidade de contar acontecimentos passados percebendo-os com os olhos do “eu” atual alcança a fronteira da realidade e do cenário ideal (ficcional). A ficção tecida pela memória não deve ser lida como uma mentira. Ela é a consequência do tempo que a/o interlocutor/a tem para refletir sobre o ocorrido e logo olhá-lo de outras maneiras. Além disso, os acontecimentos não são atos estéreis e fixos no passado, estão em constante reformulação a partir da intersecção dos conceitos éticos e estéticos que carregamos.

4.1.1 AURORA

A trajetória de Aurora sofreu muitas transições. Aos quatro anos, saiu da casa dos pais, em Taquara, região metropolitana de Porto Alegre, para viver com os avós maternos, em Tramandaí, litoral gaúcho. Residiu no município até os 14 anos, quando o pai decidiu buscá-la. Lembra que o avô, sempre descrito como reservado, foi para o quarto chorar pela partida da neta.

Essas mudanças também impactaram o âmbito socioeconômico de Aurora, já que os avós, donos de um restaurante, a proporcionaram um conforto financeiro de classe média, como descreve. Morando com eles, fez acompanhamento psicológico, viajou para o Rio de Janeiro e recebia tudo o que pedia, pontua. Mas, com os pais, servidores públicos, a renda era baixa e era acumulada apenas no início dos meses. Com um olhar resiliente, Aurora avalia que a situação a preparou para as dificuldades da vida.

Aos 17 anos, saiu novamente da casa dos pais, para viver com o então namorado. Desde que se mudou, consegue contar nos dedos quantas vezes conversou com a mãe. Passou no vestibular da UFRGS para Museologia, mas não pode assumir a vaga por não ter condições de morar na capital. O pai se preocupou com o futuro da filha e tentou pagar um curso na mesma área, em História. Ela, vendo as dificuldades financeiras, desistiu do curso e buscou uma bolsa integral. Ainda não pensava em Jornalismo. A opção ganhou forma quando uma tia a aconselhou a seguir na área, já que é bem comunicativa.

Durante a graduação, dividiu o apartamento duas vezes com colegas de faculdade. Atualmente, mora com o namorado e usa a bolsa do estágio para bancar as despesas de casa. É filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), nas zonas de Juventude, Mulheres, LGBT e Direitos Humanos.

Na figura 2, podemos ver de maneira individual os marcadores sociais da diferença, trajetória educacional e profissional de Aurora.

Figura 2 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Aurora



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.2 CAMILA

Filha de uma jornalista que deixou a carreira para se dedicar à música, Camila sempre se imaginou atuando no jornalismo. Justifica essa inclinação à influência da mãe. De qualquer forma, teve experiências diversas. Ainda na infância, praticou patinação. No entanto, as competições a desestimularam a continuar patinando profissionalmente – hoje, patina apenas por diversão.

Começou a trabalhar aos 16 anos como recepcionista e, para se manter na graduação, atuou na área de captação e seleção de funcionários em duas imobiliárias. Em nenhuma das três experiências teve a carteira de trabalho assinada.

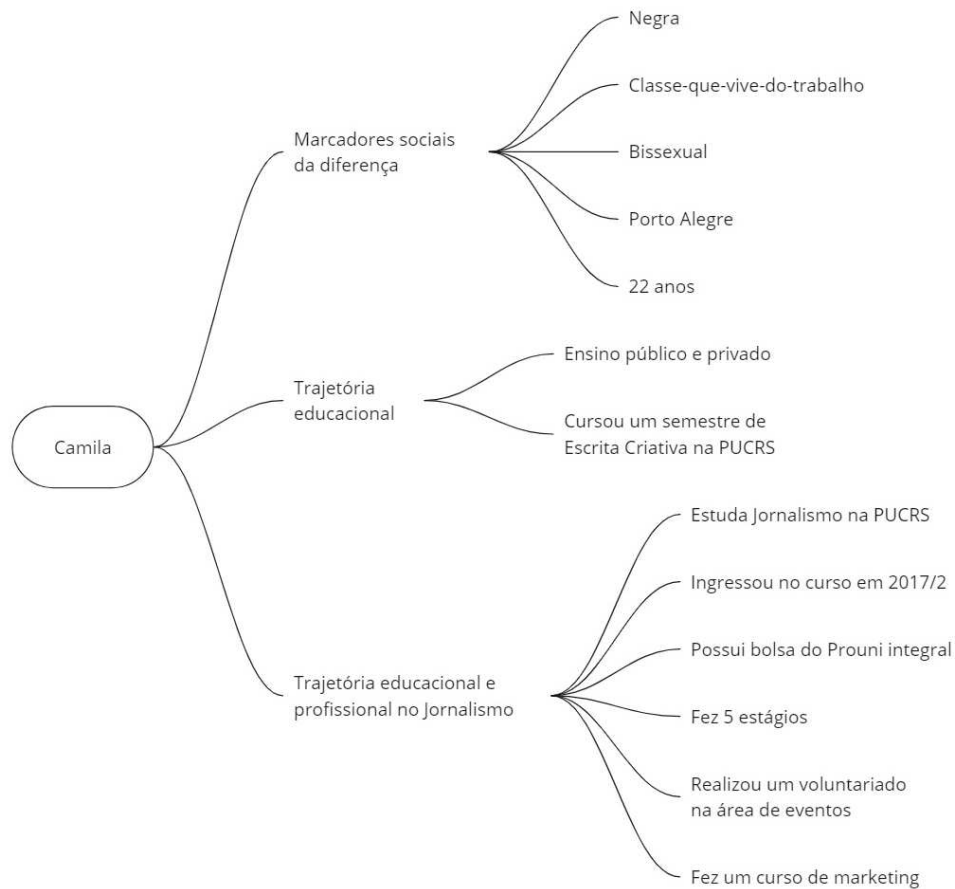
Os pais não se casaram; por isso, nunca morou junto com o pai, apesar de ele se manter próximo durante sua criação. Na infância, sofreu *bullying*, e devido a isso os pais decidiram protegê-la atuando como monitores no recreio. Observando que a situação não melhorava, a matricularam em uma escola particular. Essa mobilidade foi possível por conta de uma bolsa de estudos parcial oferecida pela instituição. Mas, para Camila, tal condição culminou em uma sensação de deslocamento de classe social. Ainda no ensino fundamental, retornou para o ensino público, em uma instituição federal, o que, segundo ela, permitiu a união de um ensino de qualidade à sensação de pertencimento e acolhimento.

Durante a graduação, saiu da casa da mãe para morar com uma amiga e, depois, em uma pensão. Pagava as contas com a bolsa do estágio, mas recebia ajuda financeira de um tio e da avó materna. No início da pandemia, retornou para a casa da mãe.

Camila usufrui de comodidades de classe média, como ter uma casa própria em uma região bem localizada, conforme pontua. Mas, ela acredita que a sua renda seja de classe média baixa. Além de dúvidas sobre a qual classe pertence, pairam incertezas sobre a questão da definição de raça. Declara-se atualmente parda, mas, quando mais nova, questionava se era branca e agora, adulta, se pergunta se pode ser considerada preta.

Na figura 3, podemos ver de maneira individual os marcadores sociais da diferença, trajetória educacional e profissional de Camila.

Figura 3 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Camila



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3 HELENA

“Quem sempre investiu nos teus estudos e no teu futuro?”. Helena responde rapidamente: “Meus pais e eu”. Ser independente e arcar com as próprias necessidades é um traço marcante na trajetória de Helena – o que anda em consonância com o desejo de crescimento profissional. Para isso, ela sempre investiu tempo e dedicação para ser admitida em instituições públicas e projetos sociais de educação de referência.

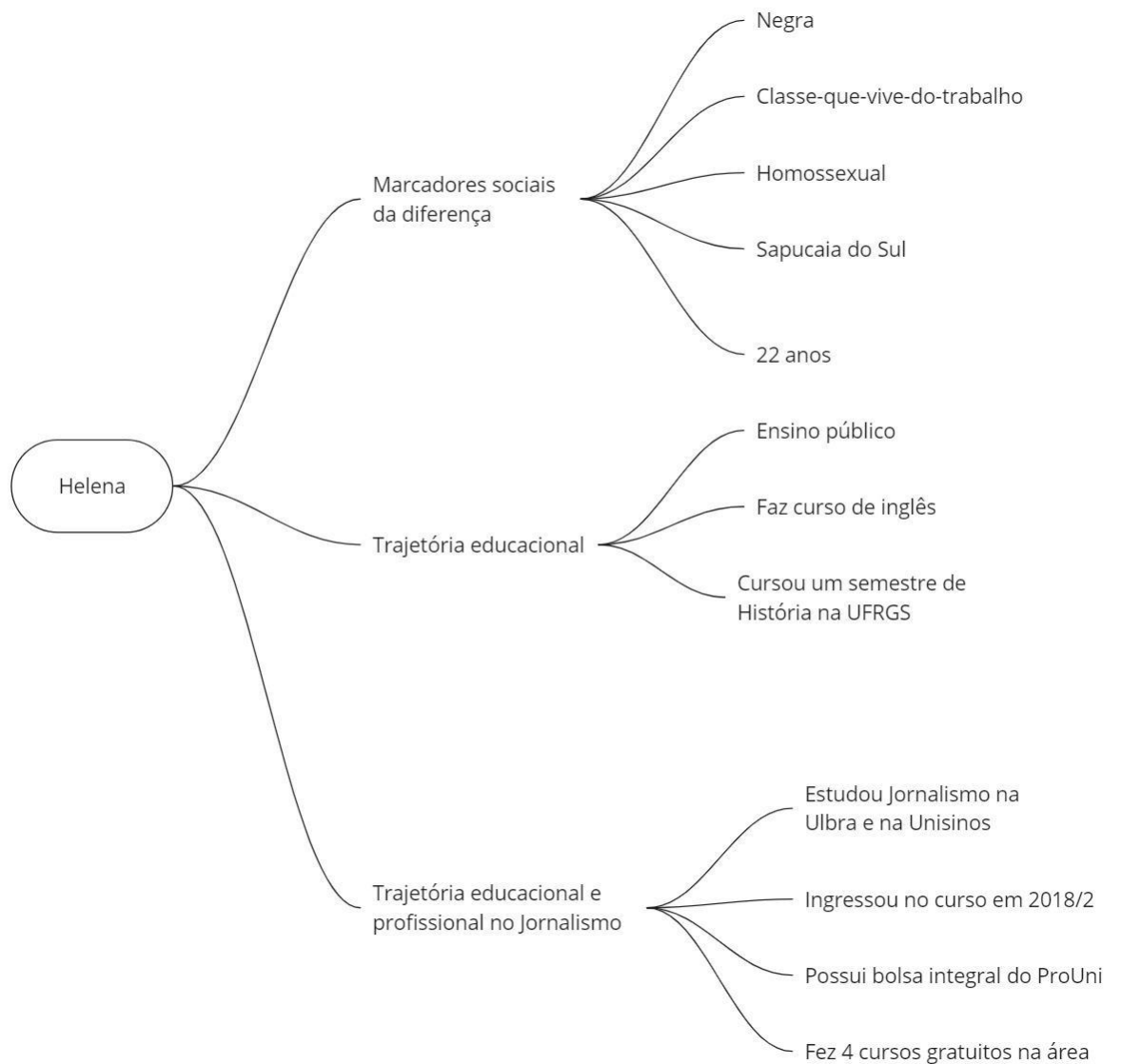
Filha de uma gestora comercial, cujo salário é a principal fonte de renda da família, e de um mecânico aposentado, Helena recebe apoio emocional e financeiro dos pais. Por isso, a inclinação pela busca da autonomia surge – segundo ela, por analisar o trabalho e as questões

de classe pelo prisma marxista. Aproveita o conforto econômico que a família proporciona para se dedicar aos estudos, mas reconhece que isso é o mínimo que alguém poderia ter.

O jornalismo se inscreve em sua jornada como uma maneira de dar evidência às causas sociais que são caras a ela, militante LGBTQ+ e engajada na pauta do sistema prisional. Outro tema que permeia sua vida é a raça. Filha de um homem negro e uma mulher branca, a identificação de parda gera dúvidas.

Na figura 4, podemos ver de maneira individual os marcadores sociais da diferença, trajetória educacional e profissional de Helena.

Figura 4 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Helena



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.4 OLÍVIA

Para Olívia, a balança entre o sucesso ou fracasso profissional é medida pelo quanto ela está aprendendo coisas novas. Descrevendo-se como curiosa, ela é a primeira pessoa da família a ingressar no ensino superior. Deseja seguir na área acadêmica e já dá seus primeiros passos

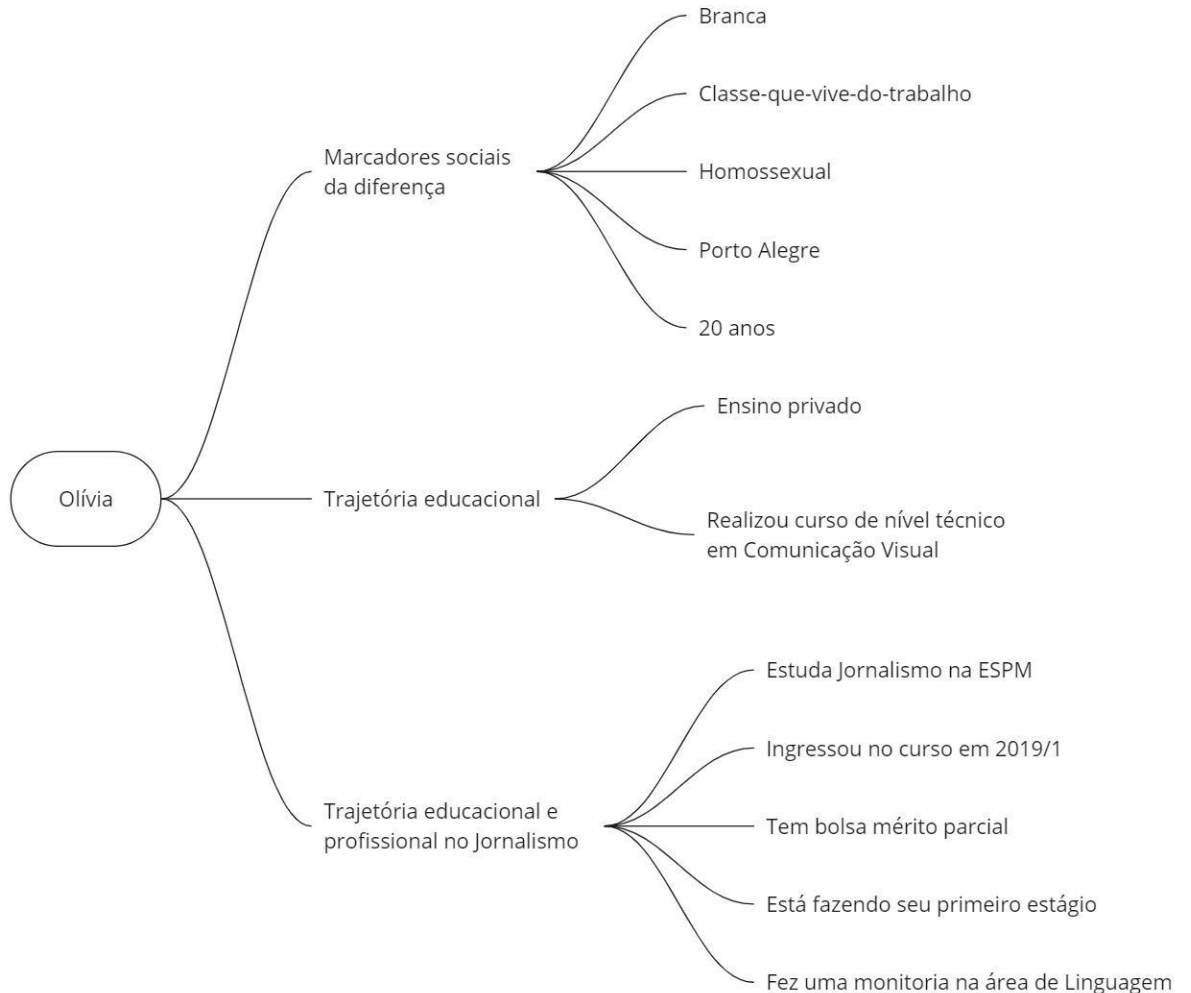
para trilhar essa carreira: no quarto semestre do curso, realizou uma monitoria na área de linguagem.

Natural de Ivoti, região metropolitana de Porto Alegre, saiu da cidade para morar na capital (município onde se encontra a universidade em que estuda) junto com a namorada. Foi criada por mulheres trabalhadoras, que tiveram de priorizar as finanças antes dos sonhos. A avó cursou magistério e chegou a dar aula, mas se voltou para uma profissão mais rentável na época, a costura. A mãe fez o mesmo curso, porém também não seguiu na área. Trabalhou em uma seguradora, o que consumia grande parte do seu dia. Com isso, Olívia passava as tardes sob os cuidados dos avós, mas compreendia a ausência da mãe, que, mesmo cansada, ainda dedicava um tempo à filha quando chegava em casa à noite.

Os pais se divorciaram quando ela tinha dois anos, o que a fez transitar entre a classe social da mãe e do pai, que é empresário. Dentre as experiências diversas que isso gerou, está a de estudar em uma escola particular e fazer atividades extracurriculares oferecidas pela prefeitura, por conta do custo. Outro antagonismo que permeou a sua trajetória de vida foi o de raça, já que o cabelo encaracolado foi motivo de ofensas racistas por parte da comunidade de descendência germânica de Ivoti, que tem colônia alemã. Mesmo se identificando como branca, tais eventos a fizeram questionar se podia ser considerada parda.

Na figura 5, podemos ver de maneira individual os marcadores sociais da diferença, trajetória educacional e profissional de Olívia.

Figura 5 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Olívia



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.5 VIRGÍNIA

“O que veio antes: a vontade de contar histórias ou o Jornalismo?”. Virgínia titubeia na resposta, mas conclui que é: “contar história”. Formada em Jornalismo no segundo semestre de 2020, conheceu a profissão ainda na infância, por intermédio da amiga da mãe, que possuía um gravador de áudio igual ao seu, o que despertou o interesse pela voz e, na sequência, pelo jornalismo. Mas foi a escrita que guiou sua escolha.

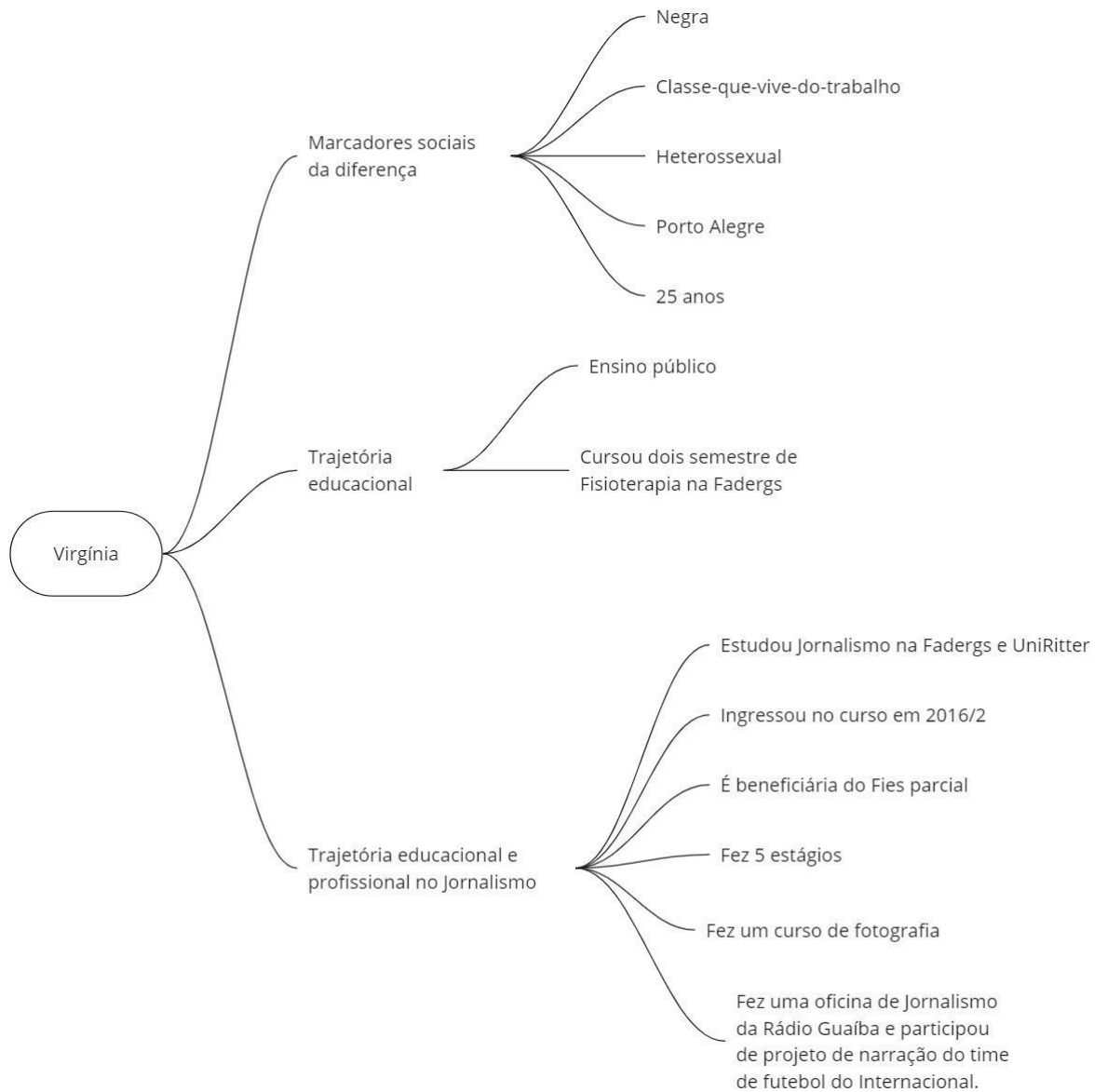
Filha de professora de Português, já na adolescência criou um *blog* sobre cultura negra e, a partir de seus textos, foi indicada à primeira vaga de estágio na área. Porém, a decisão sobre a profissão não foi tão linear. Primeiro, cursou dois semestres de Fisioterapia, pois estava desiludida com a rentabilidade do jornalismo. Trabalha desde os seus 15 anos, quando ingressou em um estágio pelo programa nacional Jovem Aprendiz. Antes de entrar na primeira faculdade, teve outras experiências em regime de estágios, CC (cargo de confiança)⁴⁴ e em trabalho integral. Já na graduação de Jornalismo, Virgínia começou a estagiar desde o primeiro semestre.

Ela não precisa arcar com as contas domésticas e sua renda foi completada pela pensão do pai, ex-motorista de ônibus com quem nunca morou junto. Mesmo sendo engajada e tendo a escrita elogiada, não chegou a ser indicada a um processo seletivo pelos professores, relembra. No entanto, sua rede de *networking* é fortalecida, a ponto de permitir acesso a pautas, fontes e vagas.

Na figura 6, podemos ver de maneira individual os marcadores sociais da diferença, trajetória educacional e profissional de Virgínia.

⁴⁴ Na administração pública, esses cargos são ocupados por funcionários nomeados pelos chefes do poder executivo. Diferente da estabilidade dos concursados, os CCs podem ser exonerados a qualquer momento.

Figura 6 - Marcadores sociais da diferença e percurso educacional e profissional de Virgínia



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES

No quadro 1, um panorama da trajetória educacional das cinco colaboradoras-participantes antes de ingressarem na graduação de Jornalismo, ou seja, ensino fundamental, médio, técnico, curso de idiomas e outras formações superiores que tenham realizado. Abaixo do quadro discutimos cada um dos tópicos.

Quadro 1 - Trajetória educacional das colaboradoras-participantes antes de ingressar na graduação de Jornalismo

Nome	Ensino fundamental	Ensino médio	Curso de inglês	Curso técnico	Onde cursou	Graduação não concluída	Onde cursou
Aurora	Ensino público	Ensino público	Não	Meio Ambiente	Cimol	História	Unisinos
Camila	Ensino público e privado ⁴⁵	Ensino público ⁴⁶	Não	Não se aplica	Não se aplica	Escrita Criativa	PUCRS
Helena	Ensino público	Ensino público ⁴⁷	Sim	Não se aplica	Não se aplica	História	UFRGS
Olívia	Ensino privado	Ensino privado	Não	Comunicação Visual	Instituto Ivoti	Não se aplica	Não se aplica
Virgínia	Ensino público	Ensino público	Não	Não se aplica	Não se aplica	Fisioterapia	Fadergs

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à trajetória educacional que antecede a entrada na graduação de Jornalismo, três interlocutoras frequentaram apenas escolas públicas, no ensino fundamental e médio; uma só estudou na rede privada e uma mesclou o ensino em escola pública e privada. No entanto, Camila e Helena estudaram em instituições federais, que costumam oferecer experiências de

⁴⁵ Camila cursou o ensino público da primeira à segunda série; da terceira à quinta série, em uma escola particular e concluiu o ensino fundamental na rede pública.

⁴⁶ Camila cursou o ensino médio no Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp-UFRGS), que desenvolve atividades de pesquisa e extensão.

⁴⁷ Helena se formou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), uma instituição pública que requer processo de seleção, possibilita acesso à pesquisa e cursos de extensão.

pesquisa e extensão às/aos alunas/os. “Nessa fase de Ensino Médio a gente literalmente molda o que a gente é. O instituto [federal] foi muito importante para mim e para a minha carreira profissional, porque fez muito do que eu sou hoje, me sinto bastante privilegiada” (Helena). A declaração da colaboradora-participante aproxima práxis e percurso educacional ao sintetizar que é na escola que os primeiros passos da etapa profissional se estabelecem.

Portanto, se esse é um agente ativo do mundo do trabalho, a ele é preciso atribuir pesos e medidas de opressão e privilégio. Em outras palavras, a brecha da desigualdade se situa quando alguém é desfavorecida/o por ter frequentado determinada escola. A partir deste ponto temos um marcador social da diferença. Por exemplo, um elemento que capturamos do possível acesso ao ensino regular são os desafios que envolvem disciplinas básicas (em especial vírgula, crase e concordância em português). Logo, a entrada na vida acadêmica guarda assimetrias que acabam estando amparadas pela gestão de conteúdo das universidades. Pedro Campos e Eliane Rocha (2011) pontuam justamente que os programas de ensino da graduação de Jornalismo são encadeados para que primeiro possibilitem a superação de deficiências de nível básico (como ortografia e gramática). Contudo, em geral, isso corresponde a uma disciplina na grade curricular.

Em relação a idiomas, quatro nunca fizeram curso de inglês, mas todas revelaram que adquiriram conhecimento na língua estrangeira a partir das aulas da escola e no consumo de produtos de entretenimento, como séries e músicas. Optamos por apresentar esta informação, pois detectamos em um estudo anterior que um leque de vagas de estágio em indústria criativa exige o conhecimento em inglês (CAMPOS, 2020a). Além disso, Andreu Casero-Ripolles et al. (2014, p. 60, tradução nossa) sinalizam que as/os alunas/os espanholas/óis avaliam como essencial a habilidade do domínio do idioma inglês para “alcançar melhores perspectivas de futuro”. Olívia também tem conhecimento em alemão, mas não frequentou aulas do idioma fora da escola.

Aurora e Olívia realizaram cursos de nível técnico, mas apenas o de Olívia é dentro da área de indústria criativa. Essa dupla jornada educacional, em certa medida, revela elementos de classe, uma vez que há um número restrito de alunas/os com condições de frequentar o Ensino Médio concomitantemente com outro curso (DELUIZ, 2001). Avaliando por este prisma, Helena realizou um voluntariado aos 15 anos na Associação Casa de Passagem de

Sapucaia do Sul (Acapass), ONG que acolhe crianças de zero a 16 anos de forma provisória⁴⁸. Ainda no Ensino Médio a colaboradora-participante estagiou na própria escola, onde teve a oportunidade de participar do núcleo de gênero e diversidade criado e desenvolvido dentro do próprio instituto federal. Já Camila revelou que estágio ou trabalho estava fora de cogitação por conta dos horários da escola, manhã e tarde. A única que - apenas - trabalhou durante o Ensino Médio foi Virgínia, que participou do programa Jovem Aprendiz.

Seguindo a realidade brasileira, as/os estudantes escolhem um curso de graduação pouco tempo depois de completarem o Ensino Médio, portanto entre seus 18 e 19 anos (PEREIRA et. al., 2016). Por um conjunto de fatores, o ingresso em jornalismo costuma ser truculento: já passaram por outras graduações (Aurora, Camila, Helena e Virgínia, sendo que Helena cursou uma universidade federal e Camila já era beneficiária do Prouni) e/ou se interessam tanto quanto por outra graduação, mas não puderam cursar no momento (Aurora, Helena, Olívia).

[...] eu estava no Ensino Médio, eu fazia estágio num negócio de fisioterapia. E quando eu terminei o Ensino Médio eu pensei em ir pra área de fisioterapia, porque eu pensava que jornalismo não dá dinheiro, algumas pessoas falavam que não tinha mais vaga de emprego. Aí, eu comecei a ficar confusa. Eu acho horrível a gente ter que escolher essas coisas com 18 anos. Aí, eu comecei a fazer fisioterapia por um ano, mas depois larguei (Virgínia).

Tem algum ponto forte que tu não incluiu [no currículo] porque achou que não tem a ver com jornalismo? Eu acabei não colocando produção audiovisual, que é a minha paixão na verdade, né. Eu queria fazer esse tema, mas acabei indo para o jornal por não ter emprego no cinema (Olívia).

O contraste das duas declarações evidencia que a escolha da graduação se dá para e por fins econômicos de longo prazo, o que de certa forma já é esperado. No entanto, observamos que Virgínia, em um primeiro momento, visou apenas esse fator. A hipótese neste caso é que seu desejo era jornalismo, mas, já que não pode fazê-lo, qualquer outra graduação supriria a necessidade de bem-estar social. Estando próxima a um trabalho na área de fisioterapia - um local de produção de capital - então Virgínia se conecta com o tema e a rentabilidade do setor e toma a sua decisão. Do outro lado, há Olívia que renunciou ao curso que é a sua “paixão verdadeira”, mas de certa forma sua escolha pelo jornalismo foi estratégica, já que trabalhando em uma área multifacetada tem a possibilidade de se aproximar do audiovisual. Em vista desses cenários de contradições, observamos que Virgínia abandonou a oportunidade de trabalhar em

⁴⁸ A atuação fazia parte do Programa Access (English Access Microscholarship Program), desenvolvido pelo Departamento de Estado Norte Americano, que oferece bolsas de estudo de inglês para alunas/os da rede pública. Em contrapartida, é necessário realizar um voluntariado, desejo que Helena já possuía.

um setor supostamente mais lucrativo, enquanto Olívia renunciou ao cinema. São duas vias, mas a ação é a mesma e consideramos que elas são impulsionadas pelo mesmo marcador: a classe. No entanto, existem privilégios e opressões que tornam a aproximação menos conspícua.

No quadro 2, organizamos a trajetória educacional das colaboradoras-participantes na graduação de jornalismo e os fatores que se inscrevem nessa vivência. Em seguida, discutimos cada um dos tópicos apresentados.

Quadro 2 - Trajetória educacional das interlocutoras na graduação de Jornalismo

Nome	Onde cursa Jornalismo	Ano/semestre que iniciou Jornalismo	Mudança de universidade durante o curso	Forma de pagamento
Aurora	Ulbra	2018/1	Não se aplica	Prouni ⁴⁹ integral
Camila	PUCRS	2017/2	Não se aplica	Prouni integral
Helena	Unisinos	2018/2	Ulbra	Prouni integral
Olívia	ESPM-RS	2019/1	Não se aplica	Bolsa mérito parcial
Virgínia	UniRitter	2016/2	Fadergs	Fies ⁵⁰ parcial

Fonte: Elaborado pela autora.

Atualmente, todas estudam em universidades privadas. De diferentes modos, todas usufruem de programas de fomento a estudos: três têm bolsa integral do Prouni, uma financiou parte da graduação pelo Fies e outra tem bolsa mérito parcial (paga metade da mensalidade) por

⁴⁹ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um projeto do Governo Federal que concede bolsas de estudo integrais e parciais de cursos de graduação em instituições privadas. A classificação do programa funciona de acordo com a média do candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

⁵⁰ O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições privadas e que tenham realizado o Enem, alcançando a média mínima de 450. Não há nota de corte para as/os solicitantes.

ter passado em primeiro lugar no vestibular. Nenhuma ingressou no Jornalismo no mesmo semestre: uma começou no ano de 2016, outra, em 2017, duas, em 2018 e uma, em 2019. Duas mudaram de universidade em algum momento do curso de Jornalismo. A transição de Helena foi planejada; no caso de Virgínia, foi mais truculenta, sendo motivada pelo encerramento da graduação na antiga universidade.

Em geral, as colaboradoras-participantes não são pressionadas pelos pais a buscarem uma profissão que “dê dinheiro”, há o incentivo para que trabalhem com o que gostem. Neste sentido, o jornalismo se mostra como uma profissão atrativa por possibilitar uma vivência flexível, não-rotineira e de cunho social, ligando-se assim tanto às motivações intrínsecas quanto às extrínsecas. De qualquer forma, nos questionamos se essa perspectiva não surge porque tratasse de mulheres enquanto os homens podem ser mais pressionados a escolherem profissões que supram as necessidades financeiras de maneira mais imediatista. Apesar disso, os dois comportamentos expressam opressões e privilégios em diferentes dimensões.

O que tu mais gosta no jornalismo? Eu sempre fui uma pessoa muito curiosa. Eu gosto muito de aprender coisas novas, coisas que as pessoas podem achar inúteis, mas na verdade podem ser bem úteis no dia a dia. Gosto muito mais de ouvir as pessoas do que falar. Então, sempre que eu posso ouvir e anotar as histórias de alguém eu acho muito legal. Gosto muito de escrever, de vídeo, audiovisual. É uma coisa que eu gostaria muito de trabalhar, escrevendo ou produzindo audiovisual (Olívia).

O que tu mais gosta no jornalismo? Eu gosto de muita coisa no jornalismo, mas eu gosto mais do jornalismo voltado para questões sociais, porque eu acho que esse é o meu lugar. Além de eu ter escolhido o jornalismo por ser mais falante e querer saber as coisas. Mas mais que a curiosidade, eu gosto de deter a informação e também acessibilizá-la e fazê-la democrática, coisa que não existe no Brasil e no mundo [...] E depois de eu entrar na faculdade, eu gosto muito da apuração, da reportagem, jornalismo investigativo. Essa coisa de saber dos fatos e ter a certeza que os outros vão saber também (Helena).

O que tu mais gosta no jornalismo? Eu acho que essa coisa da gente poder falar de vários assuntos, de frequentar diferentes meios e acessar diferentes lugares que se eu não estivesse no jornalismo não acessaria e não teria conhecimento. Conheço muita gente diferente, conheço muitas histórias e gosto muito de contar histórias. Eu acho que todo mundo tem uma história para contar e que merecem ser ouvidas, merecem ser contadas. Eu acho que isso é o que eu mais gosto no jornalismo, tu ver e ouvir as pessoas. Eu amo o jornalismo e acho que ele tem um grande papel social (Virgínia).

De certa forma as narrativas se conectam, pois em suas justificativas são levantados traços da personalidade e estilo de vida para o interesse no jornalismo. Assim, a área se torna uma possibilidade de levar o “eu” para o campo profissional. Também há a presença marcante da conduta pós-heroica (debatida no capítulo 2) de se preocupar com o coletivo. É possível detectar o impacto desse comportamento quando notamos a presença de diferentes capitais

culturais em suas declarações, mas que não remetem ao retorno econômico. Ganhos financeiros são o exemplo mais nítido do individualismo (conduta heroica), pois é improvável que se compartilhe o salário com os demais membros da equipe, por exemplo. Já quando nos referimos a aperfeiçoamento intelectual existem maneiras ativas de redistribuir esse capital cultural, como as citadas por elas: escrita, contação de história, democratização do conhecimento acessado, produções audiovisuais etc. Portanto, o desejo pelo jornalismo embaralha onde inicia as necessidades delas e a dedicação à/ao outra/o. Não inferimos nesta pesquisa que essa conexão deva acontecer, mas sim nos interessa entender os impactos para a escolha da profissão, bem como para o desenvolvimento profissional em consonância com o disciplinamento patriarcal, capitalista e colonial debatido no capítulo 2.

4.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES

Este tópico visa apresentar os marcadores da diferença que interseccionados geram privilégios e desigualdades na realidade das colaboradoras-participantes. Partimos do pressuposto que os eixos de gênero, raça, classe e sexualidade integram as vivências das cinco estagiárias do Rio Grande do Sul. Por isso, localizamos a posição de cada uma nas categorias para investigar os privilégios e opressões independentemente de qual grupo elas pertençam.

Ainda assim, o conjunto dos eixos possibilita enxergar subordinações e resistências a partir das suas intersecções, indicando que uma pessoa pode, ao mesmo tempo, transitar entre um grupo oprimido e privilegiado e manter esses antagonismos em harmonia na sua trajetória (HALL, 2009; CARRERA, 2020). De qualquer forma, é válido ressaltar que mesmo buscando a diversidade do escopo empírico, uma pesquisa sempre se tratará de um olhar “localizado e, portanto, parcial e limitado” (BONETTI, 2011, online). Como exemplo, não entrevistamos mulheres grávidas ou lactantes, na terceira idade, deficientes físicas, com sobrepeso, mulheres transgênero, estudantes de universidades públicas entre outros marcadores da diferença que distribuem privilégios e opressões.

De qualquer forma, entrevistar apenas alunas de universidades privadas nos permitiu enxergar os impactos da mercantilização do ensino superior a partir da perspectiva de classe das colaboradoras-participantes. Segundo Viviane Carvalho (2019), a transformação da educação em um modelo de negócio rentável nubla o senso de bem público do ensino e, conseqüentemente, altera os critérios de democratização da educação. A nossa perspectiva parte do princípio de que o acesso ao ensino superior tal qual acontece não se conecta em sua plenitude a propósitos de justiça social, mas sim está ligado à promoção da educação enquanto bem social para fins de produtividade econômica do país (SAVAGE, 2017). Diante disso, coube à pesquisa entender os cenários de ingresso, as necessidades de flexibilidade e expectativas de conteúdo das colaboradoras-participantes e relacionar essas percepções de educação e carreira à racionalidade neoliberal.

Em vista desse objetivo, podemos detectar alguns desses elementos nos seguintes diálogos. Aurora ao explicar sobre quando e como passou a gostar de jornalismo enquanto profissão, relembra de um fato de contraste entre o ensino público e o privado:

Eu lembro que uma vez eu peguei um Blablacar⁵¹, para ir para a casa dos meus avós [em Tramandaí], com um cara da Ufrgs. E ele disse que tem uma grande diferença entre estudantes de universidades privadas e públicas. **O aluno da universidade pública pode ser que esteja mais preparado do que o que entra em uma universidade privada, mas o aluno da universidade privada está mais preparado para seguir no mercado de trabalho** do que o da universidade pública, porque o aluno da universidade pública não tem tanto estágio e prática (Aurora).

O relato de Aurora apresenta um conjunto de signos sobre mercado de trabalho e a atuação da universidade pública, que tem esse imaginário de ser voltada apenas para a teoria e por isso não alcançar as necessidades do mercado (SAVAGE, 2017). O diálogo ganha ainda mais potência, porque parte de uma discussão com um universitário de instituição pública, que demarca ainda mais a dualidade entre teoria e prática. Para Deluiz (2001), no modelo de acumulação do capitalismo flexível, as competências apreendidas no processo educacional devem atender aos critérios de qualidade do sistema produtivo da empresa de forma imediata e prática, bem como serem requalificadas (mobilizadas) assim que se mostrarem obsoletas.

Em contrapartida, Hugo Brandão e Carla Patricia Bahry (2005) lançam uma perspectiva aos olhos da empresa e confirmam que as competências das/os funcionárias/os são constantemente mapeadas levando em conta o futuro que se almeja alcançar. Portanto, as/os trabalhadoras/es são convocadas/os ao aprendizado contínuo e prático, pois só têm emprego enquanto suas funções geram capital (ENGELS; MARX, 2009). Neste sentido, as preocupações de Aurora em torno da empregabilidade ganham eco e potência, uma vez que não se encontrar desempregada/o em um mercado desregulado e instável exige da força de trabalho adaptação às formas e condições de trabalho (DELUIZ, 2001; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Por isso, em suma, observamos o sucateamento da educação universitária com vistas a atender as excessivas exigências dos estágios, que além de não garantirem segurança social e empregabilidade, se apresentam apenas como uma medida necessária para a gestão da sobrevivência da classe-que-vive-do-trabalho.

Além de tudo, a lembrança de Aurora ocorre em um momento específico da entrevista. Ela ingressou com dúvidas sobre o interesse e a capacidade de atuar na profissão, mas entendeu que gostaria de construir sua carreira no jornalismo a partir da experiência do primeiro estágio, na área de assessoria de imprensa. Logo, ela reflete que se essa vivência não a alcançasse, talvez mantivesse suas incertezas. Pereira et al. (2014) reconhecem que, embora as/os alunas/os de jornalismo já ingressem na graduação possuindo um contato prévio com a profissão, é a partir da vivência universitária que se conectam com a cultura jornalística. Neste sentido, o diferencial

⁵¹ Plataforma que conecta pessoas que querem viajar a condutores que estão indo para a mesma rota rodoviária.

do ensino são as oportunidades que ele pode oferecer à/ao estudante. Essa visão é reforçada na pesquisa de Casero-Ripolles et al. (2014), na qual aponta que na perspectiva de estudantes e profissionais espanholas/óis há baixo valor agregado à excelência no desenvolvimento acadêmico para alcançar sucesso profissional. Em vista disso, estágios, experiências de voluntariados e trabalhos colaborativos são compreendidos como mais essenciais do que o domínio da teoria. É neste sentido que observamos a universidade perdendo espaço como mediadora das/os alunas/os com o mercado de trabalho para as concorridas vagas de estágio.

De qualquer forma, no diálogo acima há o elemento da qualidade do ensino que se apresenta em maior intensidade nos relatos de Helena e Virgínia.

Nesse tempo, eu queria fazer fisioterapia, e a minha mãe me disse “se tu for atender alguém, ninguém vai te perguntar em qual faculdade tu estudou e se perguntar não vai falar que não quer ser atendida por ti”. E aí minha mãe também estava meio ansiosa, porque ela estava com medo que eu me desviasse do caminho do estudo. Porque tipo, aí começa a parar, arranja filho e não sei o que. Aí eu acho que ela tava ansiosa pra eu entrar na faculdade de uma vez, tipo qualquer uma. Qualquer uma também não, mas entrar logo. Até ela mesmo me falou, quando eu tava vendo as faculdades e estava com medo, porque é uma dívida grande, né. Aí ela falou que não é um gasto é um investimento que eu ia tá fazendo para o meu futuro (Virgínia).

Em seu depoimento, Virgínia expressa que em termos de empregabilidade a instituição na qual estaria ligada representava um peso, podendo ele ser positivo ou negativo. O que, em certa medida, abre brechas para questionamentos sobre o que é estar mais bem preparada/o para o mercado de trabalho. Por que a universidade influenciaria nesse processo em termos subjetivos e não apenas na objetividade de construir habilidades em torno da profissão? Essas são perguntas que discorreremos no próximo capítulo.

Já as frases da mãe - figura muito presente nos relatos de Virgínia - dão pistas sobre a intersecção de gênero e classe. A matriarca assume uma posição ativa e motivadora para que Virgínia siga o “caminho do estudo” - o mesmo que percorreu - e não interpreta os elementos que engendram o período da graduação como um fim em si mesmo, pois a visada analítica da mãe de Virgínia é de investimento a longo prazo que nos parece não estar restrito ao cunho econômico da questão. Por mais que Virgínia tenha citado a dívida financeira, acreditamos que sua mãe vai além e pensa em: investimento econômico, cultural, intelectual e político. Esse entendimento ganha fôlego quando colocamos lado a lado as frases “caminho do estudo” e “arranjar um filho”. De sua maneira, as duas representam uma trajetória de vida que se entrelaça com oportunidades, responsabilidades, opressões e privilégios.

A partir deste conjunto de fatores, compreendemos que o “caminho do estudo” - independentemente de qual instituição ele inicie - representa para a mãe de Virgínia uma

apropriação de investimentos subjetivos e objetivos que se materializam ao longo da vida. Acrescentemos ainda que pelo contexto de classe, raça e localidade de Virgínia o acesso ao ensino superior por si só já representa um símbolo de resistência, mesmo que sua mãe também já possua diploma do mesmo nível educacional.

*Por que que tu prefere o [campus da Unisinos] de Porto Alegre do que o de São Leopoldo? Porque eu acho que eu tive um contato maior com o campus de Porto Alegre até agora. E eu gosto bastante das estruturas de lá. E eu penso que eu sou muito filha de educação pública, sabe. Então, **se é para eu estudar em uma universidade privada, eu quero uma que me dê muitas condições**, sabe (Helena).*

Por fim, Helena é outra colaboradora-participante que dá pistas sobre o debate da universidade pública versus privada. Em certa medida, Helena levanta a mesma discussão que Virgínia em torno do peso que a instituição tem para a vida profissional. Ela, no entanto, toma uma posição mais ativa de buscar uma universidade que supra suas exigências. No entanto, essa procura - de dentro para fora - parece ter sido elaborada ao longo da vida a partir de vivências que informaram o que Helena pode ser e se apropriar. Pensamos assim por que a sua trajetória é marcada por acessos e oportunidades de diferentes formas de capital que nem por isso a tornaram menos politizada. Ao contrário, a intersecção desses fatores a colocaram em uma posição de refletir dialeticamente sobre qual é o mínimo que ela pode pleitear. Neste sentido, nos deparamos novamente com um movimento de resistência.

No quadro 3, organizamos os marcadores sociais da diferença das colaboradoras-participantes, delimitados como gênero, raça, classe, localidade, sexualidade e idade - este último serve, no entanto, para desenhar de maneira mais precisa o perfil delas, mas não recebe o mesmo tratamento dos demais. Em seguida discutimos cada um dos eixos apresentados.

Quadro 3 - Marcadores sociais da diferença das colaboradoras-participantes

Nome	Raça	Sexualidade	Localidade	Idade	Classe social
Aurora	Branca	Bissexual	Porto Alegre	21	Classe média baixa
Camila	Negra	Bissexual	Porto Alegre	22	Classe média
Helena	Negra	Homossexual	Sapucaia do Sul	22	Classe média
Olívia	Branca	Homossexual	Porto Alegre	20	Classe média alta
Virgínia	Preta	Heterossexua l	Porto Alegre	25	Classe média baixa

Fonte: Elaborado pela autora.

Em um país que vive sob o mito da democracia racial (CAMPOS, 2013), definir as categorias de raça para além das polares (branca ou preta) é um campo de disputas. Em um primeiro contato (formulário quantitativo) partimos das definições de raça e cor do IBGE⁵², que utiliza branca, preta, parda, indígena ou amarela. Luiz Augusto Campos (2013), no entanto, assegura que a definição de cor e raça das/os brasileiras/os é muito mais abrangente. “Uma sondagem feita em 1998 pelo IBGE perguntou a uma amostra de brasileiros qual termo eles usariam para definir sua cor ou raça. A questão aberta compilou 136 categorias diferentes” (CAMPOS, 2013, online). Segundo o autor, as categorias mais comuns foram: “branca”, “morena”, “parda”, “negra”, “morena clara”, “preta”, “amarela”, “brasileira”, “mulata”, “mestiça”, “alemã”, “clara”, “italiana” e “indígena”.

Ainda assim, reservamos um espaço nas entrevistas para que as colaboradoras-participantes justificassem/refletissem sobre suas escolhas. Neste momento de escuta,

⁵² Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.htm>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

observamos que a definição está sujeita a uma avaliação sobre o que elas estão acessando. “Quando vem alguma coisa que eu tenha que escolher e que vai me favorecer se eu for parda ou negra, eu prefiro não colocar [negra], porque eu não estudei o suficiente para aquilo, então não tenho certeza” (Camila). “Claramente eu tenho uma descendência negra forte. Acredito que eu tenha traços muito marcados, mas a minha pele é clara [...] *Mas tu costuma colocar parda mesmo não sabendo direito?* Geralmente, sim. [...] Quando eu preciso me denominar alguma coisa, sim” (Helena). Em certa medida, a definição de Camila e Helena caminham na fronteira de justiça social, por isso temem passar a barreira da raça não tendo plena certeza se têm o que é preciso para se definirem como negras.

Campos (2013), que se dedica ao estudo de ações afirmativas no Brasil, observa que a introdução de terminologias que contradiziam as definições de preta/o ou branca/o, tais como mestiça/o, estavam ao serviço de denominar um estado de ascensão socioeconômica, e tal definição apoiada nos termos de acesso e privilégios sociais representa “o principal ‘obstáculo epistemológico’ para a compreensão das relações raciais brasileiras” (CAMPOS, 2013, online). Neste ponto de reflexão, passamos a utilizar a nomeação de negra para definir as colaboradoras-participantes Camila e Helena, que se identificam como parda, assim como Virgínia, que se identifica como negra.

*Tu já sofreu algum preconceito racial no mercado de trabalho? Eu acho que a pressão que tu tem que se vestir melhor pra ir trabalhar. Tipo eu vejo as minhas colegas brancas indo trabalhar de um jeito bem mais desleixado e meio que não importando muito, sabe. E eu sinto uma pressão muito grande. Então, eu sempre me arrumo bem pra ir trabalhar. Porque eu acho que eu tendo a passar uma imagem de mais pobre por essa questão. E eu já conversei com pessoas pardas e negras, e elas falaram que passam pela mesma coisa e que tem a mesma lógica. *E essa pressão de se arrumar melhor, da onde ela surge?* Não sei, acho que uma visão geral do que eu já passei na vida, sabe. Tipo tem uma tendência, eu vejo, eu e as minhas amigas a gente vê como a sociedade viria uma mulher branca, uma mulher mais delicada, mais doce, tranquila. E mulheres negras é mais o corpo, sabe. Até mesmo em relacionamento, quantas vezes tu já foi chamada para jantar ou pra outra coisa. E aí entra essas questões de quanto tu vai se arrumar, quanto tu vai prezar a fem inilidade. **Para algumas pessoas é bom se desprender da estética, mas pra outras é ruim porque a estética representa muita coisa, o teu eu tá naquele padrão** (Camila).*

Por mais que, em seu relato, Camila se defina como parda, ela com frequência mobiliza o termo “negra” para localizar sua vivência de desigualdade em relação à estética. Inclusive, apontando que a discriminação que a acomete também atinge pessoas autodeclaradas negras. Existe, assim, um movimento de descrever a ação sofrida tanto pelos olhos das mulheres brancas (neste contexto gozam de certo grau de privilégio) e a partir da percepção de pessoas negras, da qual Camila se reconhece mais próxima.

Ainda assim, na primeira parte do diálogo, podemos observar que a colaboradora-participante desloca sua vivência da categoria de gênero para a de raça, acionando a expressão “pessoas pardas e negras”. Logo, a pressão por prezar pela aparência é um obstáculo compartilhado pelo contingente de pessoas não brancas por remeter a uma condição de classe vulnerável. Já na segunda parte da narrativa, ela intersecciona os eixos de gênero e raça demonstrando que a condição da mulher negra surge a partir desta relação, não podendo ser amparada somente por um ou outro eixo. Tal intersecção neste contexto culmina em uma experiência de solidão e hipersexualidade na qual a mulher negra brasileira se encontra exposta (PACHECO, 2013; VIEIRA, 2021). Pensando o ambiente de trabalho como um local sociomaterial que engendra práticas subjetivas e objetivas sobre nós e as/os outras/os (FIGARO, 2018), a estética neste contexto simboliza acessos, desigualdades, resistências e privilégios que podem ser materializados em oportunidades ou obstáculos estruturais. Diante deste cenário complexo, entendemos que a intersecção de gênero, raça, classe e sexualidade gera uma vivência específica com mais ou menos opressão. Portanto, apesar do debate levantado sobre relações raciais, não enxergamos a experiência das mulheres brancas somente pelo prisma do privilégio neste contexto, pois (além da intersecção de classe e sexualidade tensionar especificidades) o ideal de privilégio que a colaboradora-participante manifesta ao olhar a distinção pela vivência da mulher branca, ainda é uma experiência inserida no “mito da beleza” (WOLF, 2018) que submete o feminino a parâmetros hiperbólicos de aparência e estética. Ou seja: não está em debate a resistência de ser e estar, mas sim a liberdade feminina em contexto patriarcal.

Já sobre a questão de sexo e sexualidade, todas são mulheres cisgênero; duas são lésbicas; duas bissexuais e uma heterossexual. Já quatro das colaboradoras-participantes residem em Porto Alegre e uma na região metropolitana (Sapucaia do Sul). Contudo, Aurora e Olívia moram com a/o namorada/o, em cidades diferentes da de seus pais. Três interlocutoras nasceram no ano de 1999, uma nos anos 2000 e outra em 1996.

Em relação à classe social, todas as colaboradoras-participantes estão no conjunto de “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme definição de Ricardo Antunes (2001). O que identificamos são mutações na experiência de classe que geram privilégios e opressões na vida em sociedade. Em geral, para elas existem aspectos nítidos que informam suas condições de classe. Entre eles, podemos elencar o tipo de acesso escolar (particular ou público) e o local onde moram (referente tanto às estruturas da residência quanto à localização dela em termos de micropolítica da localidade). Residir em bairros privilegiados, por exemplo, se materializa no

fato de estarem próximas ao local de trabalho e por isso não precisarem de ônibus para ir até o estágio. Logo, a vida laboral organiza e impacta a relação das colaboradoras-participantes com o tecido urbano, mas, ao mesmo tempo, é preciso salientar que buscar respostas para a condição de classe nesses aspectos pode deixar o olhar menos crítico para as circunstâncias de privilégio e opressão.

Outro fator que impacta na leitura de pertencimento de classe é o poder aquisitivo dos pais. Percebemos que elas analisam os próprios aspectos de classe associados à influência da família. Debateremos brevemente a questão acima. Em vista disso, nos apropriamos da matriz bourdieusiana - a partir das perspectivas da obra *A Distinção* (2007) - para tecer as análises referentes à classe das colaboradoras-participantes, ou seja, avaliando tanto os elementos que remetem à cultura quanto ao aspecto econômico que permeiam a realidade delas. O modo como as colaboradoras-participantes se nomeiam significam frações de classe dentro da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) apontam que desde a década de 1960 (no que tange a realidade da França), o pertencimento de classe social passou a ser uma definição nebulosa, na qual pesquisadoras/es sociais observaram a inclinação massiva das pessoas em se denominarem como pertencentes à classe média. Em vista disso, as autoras observam que o entendimento de classe na contemporaneidade se dá através do percurso pessoal. Ou seja, lugares frequentados, nível escolar, capital cultural, deixando de estar necessariamente atrelado à condição econômica. No entanto, observamos que as colaboradoras-participantes desenvolvem reflexões ativas para analisar seus contextos de classe a partir da intersecção de capital econômico e cultural, no sentido de um complemento e não isolamento dos fatores.

De qualquer forma, mesmo havendo proximidades na nomenclatura atribuída por elas, o percurso reflexivo que elas desenvolvem demonstra confrontos, antagonismos e complementos para justificar a definição. Observamos, portanto, que mesmo se ancorando em vivências e bens materiais objetivos, o pertencimento de classe (ou a uma fração de classe) pode ser uma identificação bastante subjetiva e flexível. Contudo, as análises das colaboradoras-participantes são mais politizadas do que a perspectiva de Boltanski e Chiapello (2009) sobre como a classe trabalhadora se autodenomina. Assim como Friedrich Engels e Karl Marx (2009, p. 41) entendem a burguesia moderna como o “produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e circulação”, compreendemos que a definição de classe atualmente também precisa ser enxergada a partir de disputas, negociações e transformações.

Qual é a sua classe social e por quê? Classe média baixa. Quando a minha mãe trabalhava e ganhava minimamente bem, o meu pai não trabalhava, então era ela que sustentava a casa. Hoje é diferente, meu pai que está trabalhando e minha mãe, não. Meus pais sempre trabalharam muito e eu sempre tive uma vida minimamente confortável, mas acho que o que eu tenho é o mínimo que todo mundo deveria ter. Então, é classe média baixa. *Me fala um pouco desse mínimo?* Eu entendo que o que as pessoas têm no geral, não é o mínimo. Tu não teras condições para viver minimamente, só sobreviver, para mim isso não é nem o mínimo. É por isso que eu acredito tanto em movimentos que tentam mudar essa realidade que a gente vive do capitalismo. Por isso que eu sou marxista. O que eu tenho hoje, que é uma casa confortável, comida é o mínimo que qualquer pessoa deveria ter. Não só para sobreviver, mas para viver feliz. A vida confortável que eu tenho, é o que eu esperava que todo mundo tivesse, o que eu gostaria que todos tivessem. Eu acho que é o mínimo para viver feliz, para seguir os sonhos e ser o que quiser. É por isso que eu digo que tenho o mínimo e o que me revolta é as pessoas não terem nem isso (Helena).

Provavelmente Helena seja a colaboradora-participante mais enfática e reflexiva na hora de denominar o pertencimento de classe, que para ela passa necessariamente por um filtro marxista sobre como a vida deveria ser vivida. Neste relato, no entanto, não é possível captar o que seria esse “mínimo” que ela menciona para compreender sob qual perspectiva de privilégios e opressões de classe ela se refere. Apesar disso, ao longo das conversas pudemos mapear alguns desses elementos: acesso a aulas de inglês, ensino médio e superior de qualidade, terapia, estrutura residencial satisfatória (escrivania, cadeira, materiais de estudo), quarto particular, equipamentos tecnológicos funcionais, viagem e rede de apoio familiar. O depoimento de Helena se torna ainda mais interessante quando observamos que as demais colaboradoras-participantes também transitam entre esses acessos e exclusões, mas que ainda assim não as condicionam à mesma definição de classe.

De qual classe social tu pertence e por quê? Pertencço a classe pobre. Embora tenha vivido em meio à classe média, porque eu e minha mãe temos feito faculdade. Mas eu estudei em escola pública, não tenho carro, moro na periferia. Mas claro, viajo, não significa que quem mora na periferia não tenha cultura. Não me vejo acessando coisas da classe média, não fiz curso de inglês, embora esteja querendo investir. Por esses pontos me considero pobre (Virgínia).

Virgínia é mais contida em sua reflexão em comparação à Helena, mas nem por isso menos potente. Direta e sem autocensuras, ela utiliza o termo “classe pobre” para representar sua condição de classe. O resultado leva em questão à soma de elementos econômicos, políticos e culturais. Essa equação acaba por não ser uma definição tão linear, afinal as negociações e transformações da realidade podem alterar o seu entendimento de classe sem de fato estarmos falando de uma renda *per capita* de vários dígitos. Neste sentido, observamos de fato o peso que as experiências individuais têm para o pertencimento de classe. Além disso, a consciência

de classe, na perspectiva de Virgínia, entra em intersecção com outros movimentos identitários que negociam o senso de acesso livre e aquilo que ainda precisa ser conquistado. No entanto, observamos a contradição de ela (mesmo sendo filha de uma mulher com formação superior) considerar o ensino superior um elemento que representa outra classe social. Neste ponto, nos questionamentos se esse entendimento levaria em conta o sistema de acesso ao ensino superior brasileiro. Logo, ter uma figura que simboliza ascensão de classe por meio do nível educacional não se conecta automaticamente ao sentimento de ocupar espaços e posições, pois paira sobre esse sentimento também as preocupações de arcar com os custos de uma graduação, equilibrar os estudos com a prática laboral e outros desafios que se somam ao acesso universitário brasileiro. Debateremos em maior profundidade esse ponto a seguir.

Qual a sua classe social e por quê? Acho que pela minha estrutura familiar, classe média. Mas a minha renda financeira eu acho pobre. Me acho pobre, mas talvez a estrutura que eu tenho não seja. *Qual a estrutura que a sua família tem?* Moro com a minha mãe, é uma casa própria, moro no Centro, meu tio paga as contas da minha casa, então não tenho nenhum esforço. Quando eu morava sozinha era diferente, mas agora eu tenho conforto. *Por que tu se sente pobre?* Porque eu tenho pouco dinheiro, estou sempre sem dinheiro, é muita coisa para comprar (Camila).

Camila, por outro lado, avalia sua classe social em dois contextos: articulada à rede de apoio familiar e sozinha. No primeiro caso, ela goza de certo conforto, o que a faz enxergar sua classe como média - o que para Virgínia e Helena ainda seria encaixado como classe média baixa ou “classe pobre”. A principal diferença neste caso, em comparação às anteriores, é a localização da residência de Camila, que representa acessos imprescindíveis ao capital cultural, como proximidade a centros de cultura, universidades, parques e outros pontos que vão de lazer à profissão. Se compararmos com o relato de Virgínia, que defende: “não significa que quem mora na periferia não tenha cultura”, tal constatação não precisa ser articulada por Camila. Contudo, o pouco dinheiro para suprir suas necessidades básicas ainda é uma constante tão marcante quanto para Virgínia e Helena, que não trazem essa opressão em seus relatos. Ainda assim, no depoimento de Camila observamos que ela se vê isolada da família, pois foi a única que fez esse movimento de olhar em duas perspectivas. A partir disso, podemos refletir sobre os desafios de se estruturar no mundo do trabalho sem uma rede de apoio sólida.

A que classe social tu pertence e por quê? Depende. Quando eu morei com a minha avó e eles tinham restaurante. Eles saíram de Taquara e foram para Tramandaí muito fodidos de dinheiro, pegaram empréstimo para ir. Montaram uma churrasceria e por uns 5, 6 anos foi muito bem, então, eles tinham dinheiro. Era tipo classe média, mas não podiam pagar escola particular para mim. Quando eu saí de lá já tinha decaído bastante, estava bem complicado a situação. Quando fui morar com os meus pais, os dois eram funcionários públicos, mas não ganhavam bem, acho que com o salário dos

dois juntos dava uns R\$ 2.000 e poucos. Aí foi outra realidade para mim, eu não sabia o que era chegar da escola e jantar pão com mortadela, e eu fiz isso o meu ensino médio todo [...] A gente estava lembrando [ela e o pai] que quando eu era criança, no primeiro governo do Lula [2003 a 2006], eu fui lá para a casa dos meus pais e estava de aniversário. De presente, meu pai me deu 100 reais, acho que nunca tinha visto uma nota de 100 reais. Aí anos depois, em 2014, ele não tinha 100 reais para me dar, o que era muito louco. Foi uma migração complicada, claro que a realidade da minha avó não era tão diferente, mas tinha diferença. Como minha avó tinha restaurante, não é que entrava muito dinheiro, mas entrava por dia. Então eu pedia o que eu queria pelo mês e com os meus pais tinha que durar o mês inteiro. Então no final do mês não tinha dinheiro. Então acho que eu sou classe trabalhadora, classe média baixa [...] Meu namorado é músico, então na pandemia às vezes tem e às vezes não. Então é classe média baixa e quando ele tem trabalho, chega à classe média (Aurora).

Aurora exercita o olhar sobre pertencimento de classe, pois na época da infância e adolescência as contradições se fizeram presente de modo intenso. Ainda assim, não estamos falando sobre rendas muito distantes uma da outra. Assim o pertencimento de classe, na perspectiva de Aurora, é constituído através das negligências e acessos ao capital cultural e necessidades básicas (como alimentação). De qualquer forma, quando ela dá os primeiros passos para construir uma família, o fato de o namorado ter ou não dinheiro se torna o único balizador de transição classe. Tal inconstância por si só já poderia enquadrá-los como classe média baixa, ponto. Com isso, observamos a subjetividade em definir uma classe mesmo condicionando a fatores objetivos. Apesar disso, refletimos que Aurora, em certa medida, estruturou sua vida de tal forma que ela tem livre acesso a fatores que representam ascensão de classe: ensino superior, apartamento bem localizado (bairro Menino Deus) com dois quartos e há elementos trazidos por seu estágio, como debateremos à frente.

A qual classe social tu acha que tu pertence e por quê? Isso depende, porque minha mãe e meu pai têm classes muito diferentes. Agora nem tanto porque meu pai acabou criando uma empresa bem no meio da pandemia. Tipo antes da pandemia, e agora ele perdeu muito dinheiro, eu imagino. Mas eu acho que é considerado classe média alta (Olívia).

Olívia é a única que se define como classe média alta, porque o conforto propiciado principalmente pelo pai a permite gozar de privilégios que se materializam em conforto, estabilidade e uma construção de carreira mais tranquila (experimentar oportunidades; escolher um estágio; não colocar a bolsa do estágio em primeiro plano etc.). No entanto, definimo-la como uma fração da classe-que-vive-do-trabalho por conta do contexto socioeconômico materno e dos relatos de opressão e privilégio de Olívia apresentados em sua biografia individual. Logo, entendemos que não seria verossímil atribuir unicamente *status* de riqueza econômica à sua realidade. Conforme Engels e Marx (2009), no interior das classes polares

(burgueses e operários) existem mutações que distribuem mais ou menos privilégios e opressões. Portanto, é a partir desta perspectiva que compreendemos a condição de classe de Olívia.

Contudo, o que de fato nos inquietou na resposta de Olívia é a sua objetividade. Ela não justifica a definição, é isto e pronto. Não há questões a serem revistas, não há negligências a serem supridas, não há nem o esforço da reflexão. Sua energia pode ser atribuída ao seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. A resposta representa por si só os privilégios de classe. Isso não significa que ela não tenha consciência de classe, mas as problemáticas da questão não interferem ou mesmo se materializam na sua realidade.

Como a interseccionalidade é uma epistemologia importante para esta pesquisa, consideramos importante apontar os achados deste subcapítulo, em especial. Mesmo que a intersecção dos eixos tenha sido observada ao longo da discussão, reconhecemos que ela não é um fim em si mesma, pois se articula ativamente com contextos e demais agentes que impactam no cenário ôntico observado. Nessas conjunturas complexas e multifacetadas se inscrevem ainda as necessidades, anseios e aflições construídas em conjunto com o significado dos acessos, oportunidades, pertencimentos e barreiras, sendo improvável penetrar as “chaves de compreensão da vida” (LAHIRE, 2002; 2004) sem articular biografia pessoal com os marcadores sociais.

4.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS COLABORADORAS-PARTICIPANTES

No quadro 4, apresentamos a trajetória profissional das colaboradoras-participantes relacionadas ao jornalismo. Assim, outras ocupações realizadas no período da graduação, mas que não estejam diretamente vinculadas ao jornalismo, foram descartadas. Ademais, incluímos não apenas estágios, mas também outras formas de aperfeiçoamento, como monitorias, grupos de estudos e cursos.

Quadro 4 - Trajetória profissional das interlocutoras no Jornalismo durante a graduação⁵³

Nome	Estágios	Voluntariado	Monitoria	Pesquisa/Grupo de estudos	Cursos na área	Projetos /concursos
Aurora	2	0	0	1	5	1
Camila	5	1	0	1	0	0
Helena	3	0	0	2	4	2
Olívia	1	0	1	1	0	0
Virgínia	5	0 ⁵⁴	0	0	1	2

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a trajetória profissional no período da graduação, duas fizeram cinco estágios; uma, três; outra, dois; e outra, um, até o momento deste levantamento (maio de 2021). Além de estagiar, uma fez voluntariado e outra monitoria. Já três integraram um projeto de pesquisa ou

⁵³ Contabilizados somente as experiências realizadas no período da graduação.

⁵⁴ Após concluir a graduação, Virgínia iniciou um voluntariado na Associação Satélite Prontidão, clube social porto-alegrense, com mais de 100 anos de história, que se firmou como polo de preservação da cultura negra gaúcha.

um grupo de estudos. Três participaram de projetos ou concursos na área, oficinas que foram oferecidas por empresas de comunicação da região.

Em relação ao aperfeiçoamento de habilidades, três fizeram cursos na área de Comunicação já durante a graduação, sendo que Aurora e Helena realizaram de quatro a cinco cursos gratuitos. No caso de Aurora, os cursos estão ligados à área de *marketing*, tendo sido oferecidos pelos sites RD Station⁵⁵ (plataforma brasileira de automação em *marketing* digital e vendas) e Rock Content⁵⁶ (empresa de serviços e produtos de *marketing*). Já Helena realizou cursos vinculados ao jornalismo, como os oferecidos pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Com isso, observamos que elas têm em média 4,2 experiências na profissão. Segundo Michelle Roxo (2011), as empresas de comunicação investem na construção de saberes e socializações (como esses treinamentos) para estabelecer como o ambiente produtivo e práticas jornalísticas devem acontecer. Para Fábio Pereira et al. (2014) e Pereira (2015), as socializações no período da graduação são tão significativas quanto o próprio curso para internalizar a cultura jornalística.

Em consequência do empenho em buscar cursos extracurriculares, observamos o distanciamento do comportamento *self-made man*, ou seja, a ideia de que a pessoa “(...) ascende profissionalmente a partir de noções como talento e competência” (PEREIRA et al., 2014, p. 49), que na cultura jornalística está ligada à destreza quase que biológica para a escrita, análise crítica dos fatos e habilidades comunicacionais. Invés do comportamento *self-made man* há a tentativa de materializar as competências “comprovando-as” por meio do acionamento em estágios, cursos e outros tipos de qualificações. De certo modo, nos questionamos se a preocupação em materializar as competências pode ser uma das formas de compensar o gênero, uma vez que pesquisadoras como Maria da Glória Bonelli (2010), Maria Silveirinha e Rita Simões (2016) e Aline Leite (2017) elucidam que as mulheres buscam por outras vantagens já que o seu gênero nas relações de trabalho não as coloca em posição de privilégio.

No diálogo abaixo, por exemplo, observamos que, para conseguir outra vaga de estágio, Helena começou a realizar cursos de *marketing*, que se distanciam de seus desejos iniciais pelo jornalismo (investigativo e de cunho social) e se aproximam das exigências do mercado de trabalho.

⁵⁵ Disponível em: <<https://rduniversity.com.br/>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

⁵⁶ Disponível em: <<https://university.rockcontent.com/>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

[...] eu ainda não consegui outro estágio, mas no começo desse ano eu decidi que queria trocar mesmo de estágio. Comecei a procurar mais vagas de estágio e me candidatar com mais rapidez, mas tem sido difícil, porque tudo que aparece é vaga de *marketing*. *Tu queria assessoria ou redação?* Sim. **Tô tentando uns cursinhos de marketing, umas coisas nada a ver, mas o que der eu estou indo.** Inclusive, tenho uma entrevista segunda-feira. Em fevereiro, vai fazer 5 meses que eu estou lá [na redação de uma revista], já aprendi umas coisas legais (Helena).

Helena avaliou que a experiência em assessoria de imprensa e redação jornalística em conexão à suposta falta de conhecimentos específicos em *marketing* representam uma desvantagem na busca pela recolocação. No entanto, a expressão “umas coisas nada a ver” representa as contradições da mudança de foco no jornalismo e seus impactos para o sentimento de pertencimento à comunidade jornalística. Avaliamos que é neste momento que, para Helena, o jornalismo deixa de ocupar espaço significativo na perspectiva de área aliada ao estilo de vida e passa a ser compreendido como uma profissão. Diante das inseguranças do momento, o objetivo da colaboradora-participante era encontrar outra vaga que mantivesse seu estado de bem-estar social. Isso significava renunciar a certa construção estratégica da carreira que vinha elaborando: passagem por assessoria de imprensa na qual permitiu acesso a pautas de cunho social; cursos na área de jornalismo *hard news*; ingresso em uma redação jornalística. Em maior ou menor grau, as colaboradoras-participantes têm um momento de epifania sobre os desafios e oportunidade de construir uma carreira no jornalismo.

A hipótese ganha mais fôlego quando reencontramos Helena, já recolocada em uma empresa de *marketing* digital, articulando seu tempo entre trabalho, faculdade e participação em outros projetos, sendo um deles um grupo de pesquisa sobre abolicionismo penal. O contato com o tema social pode apaziguar alguns desejos de Helena. No entanto, esses movimentos têm um custo: a sobrecarga.

Eu estou sentindo essas questões do macro, eu sempre sinto muito o que a gente vive. Mas ultimamente eu não tenho conseguido lidar muito bem com essas coisas, **falta terapia**. Porque eu só estou sobrevivendo, não consigo desenvolver as coisas muito bem, me sinto mal emocionalmente. Estou tendo aula normal, mas estou fazendo as coisas muito por fazer, muito obrigada. Tem dias que eu quero desistir da faculdade, por mais que seja a coisa mais importante para mim, mas tem dias que estou tão esgotada que penso: “meu Deus, o que estou fazendo” [...] Eu fui entrando [nos grupos de estudo] e quando eu vi, pensei: **“meu Deus, eu vou surtar de tanta coisa que eu estou fazendo”**. Sabe aquele meme “faço várias coisas, nenhuma direito” às vezes é assim. O voluntário periférico [outro projeto social que faz parte] está totalmente parado, mas **não só por minha culpa**, é o projeto que está um pouco parado. A ideia é a gente conseguir voltar com ele, mas vivendo a situação que estamos, todo mundo com um monte de coisas para fazer. Está bem difícil, mas a ideia é que o grupo volte. Eu ainda não consegui fazer nada lá, mas estou esperando a gente voltar a ativa (Helena).

Nesta etapa da entrevista, é possível identificar com mais clareza os impactos emocionais do que significa entender mais o jornalismo como profissão e menos como estilo de vida. Desistir da faculdade e estar fazendo as coisas por fazer são elementos novos no percurso de Helena, ela é uma colaboradora-participante que sempre se mostrou estratégica em suas decisões. Logo, isso demonstra o quão emocional e fisicamente esgotada ela se encontrava. Mas em sua narrativa não pesa apenas a rotina sobrecarregada: a desvinculação com um jornalismo *hard news* ainda está sendo mastigada. Para digerir melhor o gosto amargo da decepção, Helena buscou em outros lugares suprir suas expectativas ao mesmo tempo que a sobrecarga de tarefas a permitia justificar a exaustão pela rotina agitada e menos pelo sentimento de desencanto com o jornalismo. A necessidade de reflexão sobre esse momento fica aparente com a colocação “falta terapia”, demonstrando que precisa de um lugar para debater e entender o que está sentindo. O espaço oportunizado pela nossa entrevista parece preencher um pouco dessa necessidade, mesmo que incipientemente, pois não é este o objetivo dos nossos encontros.

Contudo, não está em jogo apenas a insatisfação com a profissão que foi idealizada. Ao longo das entrevistas, reconhecemos que as colaboradoras-participantes identificam uma adversidade substancial de transitar entre as áreas do jornalismo, pois o acúmulo de habilidades e experiências as encaminha para determinado(s) ramo(s) do(s) qual(is) têm dificuldade de se desvincularem.

Eu queria estar em um trabalho mais jornalístico, mas no momento **foi o que surgiu, que é mais ou menos o que eu fazia nos meus outros estágios. Que são coisas que eu sei fazer**, mas que não estão tão ligadas como o jornalismo [...] *No período da faculdade, os teóricos dizem que é um período de experimentação. Tu acha que quando já chega com experiências, mesmo sendo um estágio, o próprio mercado te direciona para um tipo de vaga?* E é mais difícil tu ir para outro lado. Acho que sim, porque eu **vejo alguns colegas que não tinham experiências e agora estão na RBS, na Band.** Que eu gostaria de estagiar lá, mas eu nunca tive essas oportunidades, porque eu sempre agarrei essas oportunidades que viam mais, porque como eu precisava trabalhar, e a vaga que mais tem hoje em dia é essa que eu estou fazendo. E **eu sei fazer isso, então eu ia mais nessas coisas.** Acho que **quando tu tem experiência, tu vai se acomodando nas coisas que tu já conhece, já tem as habilidades** (Olívia).

Olívia sempre esteve mais próxima de habilidades do *marketing* por conta de seu curso técnico em Comunicação Visual. Mas justamente o que poderia facilitar a sua adesão à comunidade jornalística se apresenta como um empecilho no que tange as especificidades da área, em sua visão. No entanto, a partir das articulações de Helena - que realizou cursos rápidos para não ser preterida em vagas do mesmo setor - entendemos que o desafio narrado por Olívia

surge a partir de um privilégio. Afinal, como ela possui tais conhecimentos, não precisa desempenhar aperfeiçoamentos, logo sua entrada nesse ramo é mais fácil, mais rápida. Mas, em se tratando de oportunidades “ligadas ao jornalismo” ela não parte dessa mesma posição de privilégio. De certa maneira, ela compartilha um lugar comum com as/os demais alunas/os que não se destacam por suas competências anteriores relacionadas ao jornalismo. Tal cenário é confirmado por sua percepção de que estudantes sem prévias experiências alcançam essas oportunidades com tanta facilidade quanto ela.

Contudo, quando olhamos pela perspectiva de limitação em circular por experimentações no período da universidade, partimos do ponto de que esse acesso comum e autônomo encontra barreiras edificadas, de algum modo, pelas habilidades que as/os estudantes passam a dominar, como observamos no diálogo com Virgínia.

*Tu já está no final da faculdade, por isso queria saber a sua opinião. A partir dos estágios e das experiências que vai tendo, isso muda as escolhas de estágio? Sim, porque eu **tenho muito medo quando eu vejo que tem uma coisa que eu não sei fazer na vaga, eu já não me candidato**. E, por isso, **eu sempre acabo indo para assessoria**. Porque **têm outras vagas que eu acho legal, mas não tenho experiência**. A menos que não precise ter experiência, mas agora virou moda pedir experiência em estágio. *E tu acha que a experiência de estágio não serve para conhecer outras coisas ou tu acha que é perda de tempo quando tu já tem experiência?* Não, eu acho válido, mas eu também não tiro muitas oportunidades em outras vagas, porque assessoria de imprensa é o que tem mais oportunidade, tanto no estágio, quanto no mercado de trabalho. Mas eu acho válido, acho que a faculdade é muito isso, **aproveitar dentro do possível e tentar arriscar fazer outras coisas**. Outra área que tu nunca pensou e que de repente tu pode gostar. E também se tu não gostar, mesmo assim tu aprende outra coisa. E acho que depois de formado pode fazer isso também, por exemplo, eu faço assessoria, mas também penso em ir para o rádio. *E falando nisso, depois de formada, para fazer um movimento para conhecer outra área. Quais são os movimentos que tu acha que precisaria fazer para conseguir trocar de área?* Acho que **coisas que eu não consegui fazer durante a faculdade, porque não tinha tempo e nem dinheiro**. Acho que eu **deveria fazer mais cursos, até de edição**. Mas ao mesmo tempo não sei a lógica disso, porque tem gente que não faz isso e consegue (Virgínia)*

Possuir habilidades no período da graduação é o que permite maior autonomia em dar o primeiro passo para se candidatar. Mas acreditamos que na narrativa de Virgínia existem rastros de intersecção de gênero, raça e classe. Os eixos de gênero e raça concebem uma experiência profissional pautada na exigência de conhecimento completo e amplo. A falta deles, mesmo nesta posição de estagiária, liga-se automaticamente à concepção de incapacidade. Na perspectiva da mentalidade empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016), o bloqueio de Virgínia seria representado por “não sair da zona de conforto”, uma vez que permanece na área de domina (assessoria de imprensa). Entretanto, em seus relatos sobre os estágios, ela apresenta episódios ásperos em que erros eram apontados com hostilidade por suas/seus gestoras/es. Quando Virgínia lança esse movimento de “manter-se em um local confortável” também se

inscreve nesse autocuidado de evitar uma experiência profissional pautada na coerção - tais experiências serão mais bem trabalhadas no capítulo a seguir.

Por fim, há a intersecção dos marcadores de classe, gênero e raça, pois a colaboradora-participante apresenta que não conseguiu experimentar tanto quanto gostaria, porque não tinha “tempo e nem dinheiro”. Ou seja, mesmo que diga que o período da graduação é para experimentar, sua percepção real é de que para tal movimento é necessário que os investimentos econômicos andem junto com as novas vivências. Podemos considerar que mesmo que pesquisadores como Pereira et al. (2014, p. 51) defendam, que a universidade serve para ampliar o leque das/os estudantes por meio das experimentações, existem de fato “as distinções entre currículos [universitários], disciplinas e a própria trajetória dos estudantes”.

A partir dessas três categorias de diferença e os marcadores das colaboradoras-participantes apresentados, no próximo capítulo partimos para a análise desses fatores em uma observação interseccional sobre os desafios e oportunidades de se constituir como jornalista em um mercado de trabalho neoliberal.

5. AUTONOMIA, SOBRECARGA E RETORNO FINANCEIRO: AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MULHERES EM ESTÁGIOS DE JORNALISMO

Surpreendia-nos muito o uso dos termos “desempregada”, “emprego”, “salário”, “agilidade” e “produtividade” lançados pelas colaboradoras-participantes para representar suas experiências e percepções em torno dos estágios em jornalismo. Após as idas e vindas ao campo de pesquisa - que perdurou por cinco meses - com entrevistas em profundidade e individuais, assumimos a tônica a partir dos indícios mapeamos de que, para as estudantes, um estágio se assemelhava (e muito) à concepção de emprego. Isso passa inclusive por questões internas, afinal elas dependem da bolsa auxílio para custear suas despesas e têm a necessidade de assegurar a empregabilidade a longo prazo, diminuindo ao máximo o tempo ocioso (improdutivo). E há também motivos externos para essa perspectiva, que surgem a partir de demissões, pressão por produtividade e rotinas que podem soar tão autônomas quanto sobrecarregadas.

Estagiar nos exemplos apresentados pelas colaboradoras-participantes é como caminhar em uma corda bamba. O cabo é representado por todas as ações de autocriação e cocriação que as/os estudantes precisam acessar para concluir a travessia. Não à toa, um dos tópicos deste capítulo se chama: “Não se forma jornalista sem prática”. Isso porque o ecossistema do mundo do trabalho em contexto neoliberal exige que a/o trabalhador/a bem-sucedido tenha pessoas que falem bem dela/e (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Para a classe-que-vive-do-trabalho esse capital é construído diretamente no ambiente laboral. É durante a prática que as/os estagiárias/os são avaliadas/os, vigiadas/os e sua performance naquelas horas pagas de trabalho garante a indicação/efetivação.

Apesar da relevância que o estágio assume para o percurso profissional em sintonia com as articulações neoliberais, consideramos a partir do cruzamento de informações mapeadas que, em geral, as/os estudantes já deram alguns passos nessa corda bamba quando entendem o que ela realmente representa. Iludidas/os com a imagem da/o jornalista na redação e com a necessidade de ter uma fonte de renda batendo à porta, as/os alunas/os ingressam nessa caminhada com o mínimo de perspectiva sobre como o mundo do trabalho funciona. De fato, não podemos (nem desejamos) reduzir a complexidade do assunto, mas, por ora, consideramos que, antes de embarcar nessa jornada, é válido ter como perspectiva que, no atual contexto capitalista, as informações que a/o trabalhador/a tem acesso e a partir de quais agentes esse conjunto de informações é acessado representa vantagens no contexto neoliberal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Em outras palavras, as empresas que as colaboradoras-

participantes têm no currículo, as habilidades que podem desenvolver e os temas os quais teve acesso colocam a/o estagiária/o em maior ou menor grau de competitividade.

A maneira encontrada pelas colaboradoras-participantes para se manterem competitivas neste mercado de trabalho volátil e imprevisível é a constante atualização de suas habilidades em direção às necessidades dos empregadores. Tais competências são informadas pelos estágios e momentos de *benchmark* com os colegas. Sabendo do que o mercado da comunicação espera delas, correm atrás de experiências que comprovem tais habilidades (estágios, cursos, monitorias, voluntariados). Observamos que há pouco espaço para elas desenvolverem as competências que querem, pois precisam estruturar um portfólio que vá além de apresentá-las, mas também as vendas, ou seja, demonstre o que elas podem fazer.

Neste sentido, as métricas da eficiência se tornam parâmetros de produtividade (quanto) e qualidade (como). Não queremos esvaziar a relevância de possuir dados sobre a eficiência no trabalho, mas para nós é importante perceber a dependência que os processos produtivos ganham ao obter métricas para representar os resultados.

Diante dessas diferentes dimensões sobre os estágios, estruturamos o presente capítulo em sete tópicos: habilidades (BARNETT, 2000; DELUIZ, 2001; SAVAGE, 2017); centralidade da prática para a formação jornalística (ROXO; 2011; VEIGA, 2015; PEREIRA et al, 2014; 2015; GROHMANN; OLIVEIRA, 2014; DEUZE; WITSCHGE, 2020); estágio enquanto questão de classe e conseqüentemente a redação perdendo espaço nas perspectivas de futuro para a classe-que-vive-do-trabalho (HANUSCH et al, 2015; DEUZE; WITSCHGE, 2020); processos de demissão prematuros e suas reflexões para o desenvolvimento profissional (CALDAS, 1999; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009); métricas da eficiência da rotina e do trabalho entregue (PITHAN et al, 2018; GROHMANN, 2020); como é ser uma estagiária mulher no jornalismo; e por que pesquisar estágio é relevante para os estudos de jornalismo (HANUSCH et al, 2015; DEUZE; WITSCHGE, 2020).

5.1 “O PORTFÓLIO É UMA APRESENTAÇÃO, MAS TAMBÉM É SE VENDER”

Este tópico tem como principal propósito oferecer descobertas teóricas e empíricas a partir das entrevistas individuais com as cinco colaboradoras-participantes sobre a anatomia e a apresentação de seus currículos. Em um primeiro momento, a solicitação dos currículos teve como principal objetivo registrar de maneira prática as experiências delas, mas dada a riqueza das construções discursivas e performáticas desses documentos oficiais, dedicamos um encontro para entender o porquê certas informações apareciam e outras não.

Importante ressaltar que essa entrevista marcava a terceira vez que a pesquisadora encontrava as colaboradoras-participantes, logo, já era do nosso conhecimento habilidades, vivências e experiências que elas tiveram para além do jornalismo. Por isso, além da informação expressa nos currículos, também apoiamos nossas perguntas em suas declarações anteriores.

Antes de apresentar as habilidades das colaboradoras-participantes, é válido estabelecer o que entendemos por currículo⁵⁷. Esse arquivo formal que Márcia Veiga (2014) compara a um documento de identidade por abrigar discursos autobiográficos, criando um território de poder sobre a trajetória individual, é construído a partir de um conjunto de estratégias intencionais que produz subjetivamente e objetivamente o indivíduo.

Na perspectiva de Ronald Barnett (2000), na contemporaneidade, importa menos o que as pessoas sabem fazer e mais o que elas podem fazer. Em termos práticos, isso significa a demonstração da capacidade de executar habilidades técnicas e sociais. A primeira proporciona a operação de ferramentas e condução do trabalho, enquanto a segunda indica como as ações serão executadas. Pesquisadoras/es do campo de competências⁵⁸ (BARNETT, 2000; DELUIZ, 2001; SAVAGE, 2017) entendem essas mudanças como fruto da transformação do sistema de produção fordista (acumulação) para o toyotista (flexível). Logo, ao invés de dominar habilidades em torno de uma disciplina, as/os trabalhadoras/es tornam suas competências

⁵⁷ É preciso estabelecer que esta pesquisa não tem como foco o estudo de currículo e habilidades, mas acionar estes saberes para a elaboração deste capítulo empírico, uma vez que tais temas permearam o escopo do estudo.

⁵⁸ Os termos competência e habilidade não são tratados como sinônimos na literatura do devido campo, uma vez que competência seria um conjunto de saberes e capacidades em torno de uma área de conhecimento, enquanto habilidade se localiza como uma partícula menor podendo ser atribuída à capacidade de execução de uma única ferramenta ou processo. Contudo, nesta pesquisa, acionamos as palavras competência e habilidade para o mesmo fim: a capacidade de fazer, entender, conhecer determinada ação, seja ela reflexiva ou operacional. No entanto, não tratamos o termo conhecimento como sinônimo, uma vez que as colaboradoras-participantes distinguem o valor competitivo dessa palavra, como abordaremos à frente.

flexíveis aprendendo constantemente a reaprender aquilo que os empregadores precisam incorporar em seus modelos de negócios.

Mas como demonstrar possuir habilidades? É exatamente esse debate que levantamos tendo como base empírica a decomposição e análise dos currículos das colaboradoras-participantes. Em vista disso, estruturamos os arranjos de habilidades distribuídos por estágios e o *screenshot* do campo de habilidade dos currículos das colaboradoras-participantes. Os atributos que surgiram a partir das entrevistas podem ser distinguidos entre aspas nos diagramas. Desta forma, o trabalho de estruturação das habilidades foi artesanal para conectar as informações apresentadas nas narrativas das colaboradoras-participantes com as “formalmente” registradas em seus currículos.

Além disso, ressaltamos que as tentativas de mapear e relacionar as habilidades a partir das funções desempenhadas nos respectivos estágios foram frustradas, uma vez que, enquanto o setor de atuação pode ser delimitado com precisão (por conta da estrutura organizacional), as atribuições e habilidades necessárias para a execução do trabalho transitam entre práticas jornalísticas, de audiovisual, relações públicas, *design*, *marketing* e publicidade.

Mark Deuze e Tamara Witschge (2020) compreendem a fusão de capacidades de comunicação em um mesmo cargo como um redesenho da profissão, que passa a esbarrar em fronteiras (*boundary work*) de (re)negociação e flexibilidade sobre o que o jornalismo está se tornando. Adriana Braga et al. (2014) sinaliza que as expectativas para o futuro do mundo do trabalho dos jornalistas é existir cada vez mais pessoas nas redações com domínios variados do que estamos chamando nesta pesquisa de indústria criativa. A título de exemplo dessas transformações, Carlos Camponez (2018) busca nomear quais seriam essas novas ocupações: “*producers* (mistura entre utilizadores e produtores da informação), *publireportagens* (miscigenação entre o discurso jornalístico e a estratégia publicitária), *infoentertainment* (conteúdos de informação e entretenimento), *native advertising*, *corporate Journalism*” (CAMPONEZ, 2018, p. 26, grifos do autor).

No entanto, com exceção de Helena e Virgínia, as demais colaboradoras-participantes não têm passagem por redação jornalística. Logo, esse cenário de habilidades multifacetadas não diz respeito apenas ao ecossistema do jornalismo de redação, mas sim é um impacto ao *ethos* do jornalismo. Não obstante, é preciso destacar que o fato de atuar em áreas extramídia (SCHMITZ, 2017) não representa para as colaboradoras-participantes ser “menos jornalista”. De fato, elas passam por questionamentos e reflexões sobre trabalhar em outro campo da comunicação, mas em algum momento elas têm uma epifania de que é possível e relevante

levar as habilidades jornalísticas para essas ocupações. Nesta perspectiva, quanto mais competências jornalísticas elas dominam, mais qualificadas elas se enxergam.

Na figura 7 apresentamos as atribuições de Aurora em cada um de seus estágios, em seguida discutimos as atividades e nas narrativas levantadas sobre a colaboradora-participante em torno de suas rotinas.

Figura 7 - Atribuições dos estágios de Aurora



Fonte: Elaborado pela autora

Na imagem 1 apresentamos o campo de habilidade expressas no currículo de Aurora.

Imagem 1 - Habilidades indicadas no currículo de Aurora

Conhecimento Intermediário: Inglês, Espanhol e Pacote Adobe

Conhecimento Básico: Pacote Office

Fonte: Captura de tela

Aurora permaneceu por quase dois anos em seu primeiro estágio de jornalismo - a duração máxima dessa modalidade de contratação é de exatos dois anos⁵⁹. A prática de assessoria de imprensa, segundo ela, foi permeada por uma experiência diária que simulava a rotina de uma redação por conta da trajetória profissional da supervisora, anteriormente repórter e editora de jornais da região.

*Eu achei os textos [do teu portfólio] bem cara de jornal, não parecia ser institucional. Um pouco devia ser do direcionamento que ela [a gestora] dava, né? Sim, muito. Ela costumava dizer que **ali era mais uma redação do que uma assessoria** [...] E as pautas eram 1 ou 2 por dia e tu entregava no outro dia. Alguém ia de fotógrafo para tirar as fotos. E também tinha muito isso de capturar o máximo a informação, porque a ideia dela sempre foi emplacar em jornal, né. Essas questões institucionais são muito mais difíceis de emplacar. E é por isso que ela tem esse pensamento mais de redação (Aurora).*

No relato de Aurora, observamos que, em sua experiência, as práticas jornalísticas nascem na redação e são ressignificadas para outros setores da comunicação. Desta forma, simula-se as técnicas jornalísticas em vez de entender estar acionando as de assessoria de imprensa. Em certa medida, está posto que o bom texto surge na redação e isso representa também evocar um conjunto de práticas culturais presentes nesse ambiente. Na narrativa no diagrama, podemos entender as seguintes: os direcionamentos da gestora, o uso do termo “pauta”, a alta produtividade, o fluxo de entrega e a distribuição das tarefas (fotógrafo e repórter). Identificamos ainda que Aurora, a partir dessa experiência, interpreta suas habilidades como de cunho jornalístico e inclusive parte dessa etimologia para pensar o *ethos* do jornalismo.

Mesmo que a experiência tenha promovido um conjunto de habilidades técnicas e comportamentais já presentes na descrição da função em seu currículo, elas não ganham espaço no campo de competências de Aurora. Pelo contrário, ali se localizam as capacidades

⁵⁹ BRASIL, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

aprendidas pré-graduação. Por que a prática de quase dois anos não foi registrada neste campo? Por que a Aurora, antes e após o ingresso ao ensino superior, não se consubstancializa na elaboração de competências? A resposta é tão simples quanto complexa: Aurora não enxerga ainda essas habilidades como competências, ela as entende como parte de uma rotina roteirizada de como precisa ser operacionalizada. Somente quando ela se desloca desse ambiente preditivo e passa a integrar uma nova empresa, na qual essas habilidades se tornaram diferenciais, ela consegue ver (ainda que parcialmente) o seu perfil profissional de modo mais completo.

E tu escreve texto nesse teu novo trabalho? Sim, mas **é mais artigo, não chega a ser muito jornalístico**. Ali é um artigo por semana, então não chega a ser tão puxado. Mas tem bastante atividade de vídeo, edição de vídeo, e a gente vai começar agora com *podcast*. Eu que dou a ideia e eu que sofro também, porque eu que vou ter que gravar e editar o *podcast* também (Aurora).

[...]

E eu até tava dando ideias pra eles, porque eles estavam falando que queriam criar *podcasts*. E aí a gente até teve uma reunião sobre isso, sobre como que pode começar, né, no sentido de “ah, a gente tá em *home office*, então não é tão mais fácil assim, a gente tem que usar algum aplicativo pra conversar”. E aí eu dei algumas ideias. No *blog* deles eles falam sobre assuntos bem diversos sabe, tipo vai de guia alimentar até criptografia. E aí umas das ideias que eu sugeri foi tentar trazer uma coisa mais interessante do que só um *audiobook*⁶⁰ [que eles haviam sugerido para implementar], porque eles estavam com uma ideia de fazer uma *audiobook* sobre um artigo. E eu falei que se eu fosse ouvir um *audiobook*, eu leria o artigo. Tipo eu não sei se eu pararia o meu tempo pra ouvir sabe. E daí eu pensei: “ah, que tal uma entrevista pra **poder se vender melhor em outros lugares**, sabe?”. Tipo, um professor de faculdade, traz ele pra falar sobre algum artigo daquele *blog* e a **faculdade vai fazer uma matéria sobre o professor que tá indo no teu *podcast***. Então, já tem um pouco mais de abrangência. (Aurora).

Podemos notar que o termo “pauta” é suprimido e a expressão “artigo” é mobilizada para exemplificar o tipo de conteúdo produzido pela empresa. Há um conjunto de fatores que culminam nessa mudança de perspectiva: o ambiente virtual onde o texto será publicado é nomeado agora de *blog*, não é mais um espaço de imprensa no qual Aurora estava habituada; o foco também se desloca do alcance da imprensa para a atração de *leads*⁶¹. No entanto, avaliamos que os dois modelos textuais guardam mais semelhanças do que distinções no âmbito empresarial, uma vez que, para ambos, está em jogo o cunho rentável de atrair clientes.

Contudo, para Aurora, existem diferenças imprescindíveis no núcleo individual, pois as habilidades desenvolvidas e aperfeiçoadas no primeiro estágio se tornaram capital competitivo no mercado de trabalho. Tanto é que ela aciona as vivências no interior da assessoria de

⁶⁰ Uma gravação do conteúdo de um livro narrado, no contexto de *blog*, o conteúdo textual do artigo é narrado.

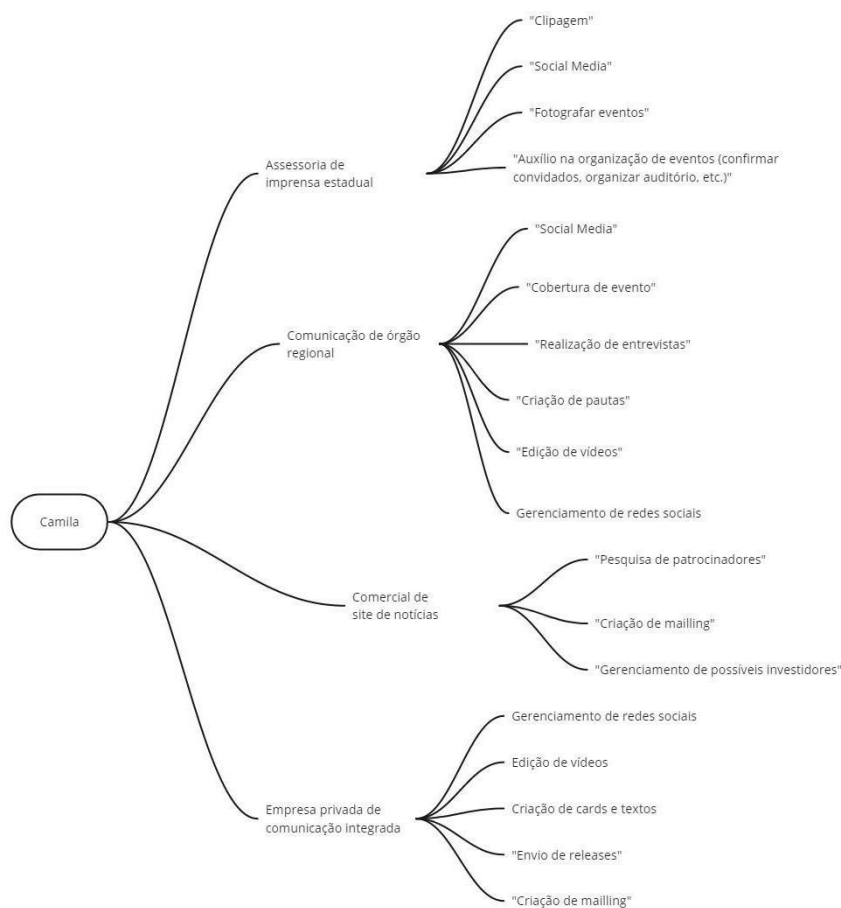
⁶¹ No contexto do *marketing*, *leads* são contatos, gerados através de ações de *marketing*, que ainda não realizaram aquisições de produtos ou serviços da empresa.

imprensa ao mobilizá-las como argumentos em reuniões com sua nova equipe, como visto acima.

Mesmo que Aurora compreenda suas habilidades de maneira mais completa, caminha para outra área de atuação que, conseqüentemente, exigirá outros saberes e competências. Por isso, a autoconfiança não pode ficar confinada a um leque de atribuições, mas precisa abranger as novas experiências que se propõe a vivenciar.

Na figura 8 apresentamos as atribuições de Camila em cada um de seus estágios, em seguida discutimos as atividades e nas narrativas levantadas sobre a colaboradora-participante em torno de suas rotinas.

Figura 8 - Atribuições dos estágios de Camila⁶²



Fonte: Elaborado pela autora

⁶² Camila está no seu quinto estágio, sendo este a mesma assessoria de comunicação na qual começou a estagiar, por isso, constam apenas quatro experiências em seu quadro.

Na imagem 2 apresentamos o campo de habilidade expressas no currículo de Camila.

Imagem 2 - Habilidades indicadas no currículo de Camila



habilidades	
Inglês (fluyente)	Pacote Adobe (básico)
Espanhol (básico)	Pacote Office
Francês (básico)	Analytics (básico)

Fonte: Captura de tela

Por mais que Camila possua um substancial conjunto de habilidades na área de redes sociais digitais, elas não são sintetizadas no devido campo do currículo. O mesmo apagamento aparece na construção do currículo de Aurora, mas, no caso de Camila, o impacto dessa organização é mais bem identificado, pois ela apresenta ao longo do documento nove experiências profissionais, tornando seu conjunto de habilidades difuso e outras informações referentes ao estágio competem com a atenção da/o leitor/a (duração, período, local e setor da respectiva experiência). Passamos a considerar esses fatores a partir da própria questão que Camila levantou sobre a permanência no estágio:

*Por que no teu currículo tu lista todas as tuas experiências no seu currículo, mesmo não sendo ligadas ao jornalismo? Porque eu não tenho muitas experiências normais, então eu coloco tudo que eu tenho [...] Mas porque tu considera que tem poucas experiências normais? Ah, não sei. Já fui [estagiária] duas vezes na [nome ocultado], no ministério e meio que deu. E também fiquei pouco tempo em algumas. E **essa coisa do tempo conta muito, me arrependo muito de não ter ficado um ano em alguma.** Então agora a minha meta é ficar no mínimo um ano na [nome ocultado] (Camila).*

Assim, perguntamos quais outros elementos em relação à capacidade técnica e comportamental estão sujeitos à avaliação das/os recrutadoras/os? Nas palavras de Camila, isso significaria: permanecer tempo suficiente na empresa para demonstrar competência nas atribuições; não estagiar em um mesmo lugar mais de uma vez; e ter contato com várias habilidades e ferramentas. Algo que não está posto no relato acima, mas surgiu ao longo das entrevistas com a colaboradora-participante, é que ela se afastou de áreas correlatas ao jornalismo, investindo em vivências relacionadas ao *marketing* e à publicidade. Logo, esse conjunto de fatores - tempo, rotatividade, construção de portfólio e aproximação com a cultura

profissional - são mobilizadores importantes para produzir um perfil profissional “normal”, na perspectiva de Camila.

Se, por um lado, a trajetória laboral da colaboradora-participante não foi ordinária como ela gostaria, por outro, avaliamos que ela produziu a partir do conjunto de retalhos de experiências uma profissional direcionada ao mercado de redes digitais, como é visível no relato abaixo. É válido ressaltar que a figura do editor de redes sociais digitais se tornou mais frequente nas redações (LENZI, 2017).

Qual é a diferença entre produzir uma matéria e um post para o Instagram? Bem diferente. A matéria seria uma coisa de mais fôlego e a postagem, não que ela seja rasa, mas ela te permite ser mais objetiva e dar ênfase no que tu quer. Fui fazer uma reportagem e a gente vai colocando vários posts, várias coisas, coloca o que tu acha mais importante. O texto não dá para colocar, dividir o conteúdo e botar parágrafo por parágrafo. Tem que misturar uma coisa na outra e fazer com que ele seja uma grande narrativa. E gosto de reportagem assim, te dá mais liberdade. Fica até mais acessível para as pessoas pensarem em uma maneira de postar. Fica até mais legal trabalhar pensando nisso (Camila).

A produção de um conteúdo publicado nas redes sociais digitais exige uma cadência de reflexões e habilidades diferentes daquela que se tornará uma reportagem. Camila demonstra aptidão em explicar de maneira prática e objetiva essas distinções, mas tal capacidade não está devidamente expressa no currículo. Diferente de Aurora, da qual avaliamos o apagamento dessas informações pelo prisma da autoconfiança, a partir de Camila, inferimos que o movimento está mais relacionado ao desconforto em se distanciar do jornalismo. A falta de ponderação sobre o que sua carreira no jornalismo está se tornando causa inseguranças. A partir da colaboradora-participante, conseguimos observar as problemáticas de lidar com uma profissão tão multifacetada em que o centro estaria na dinâmica e cultura de redação jornalística, enquanto as ramificações extramídia ficam à margem (DEUZE; WITSCHGE, 2020). Ora, apontar as funções desempenhadas no estágio, são um ponto, mas admiti-las como competências oficialmente no currículo tem outro peso que Camila demonstra não conseguir lidar no momento.

Aqui nas habilidades, como tu avalia que é básico o teu nível de conhecimento em pacote Adobe⁶³ e [Google] Analytics⁶⁴? O Analytics eu tive umas aulas na faculdade. Foi bem raso, acho que eu sei abrir e ver os dados, mas é só isso mesmo. O Adobe aí sim eu sei mexer bastante. O Photoshop é mais básico mesmo. O InDesign um pouco

⁶³ Um conjunto de *softwares* desenvolvido pela empresa Adobe para criação, edição e pós-produção de materiais audiovisuais. Entre eles estão Adobe InDesign, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator e Adobe After Effects.

⁶⁴ Ferramenta gratuita do Google para medir e monitorar o número de visitantes e outras métricas de desempenho de um site.

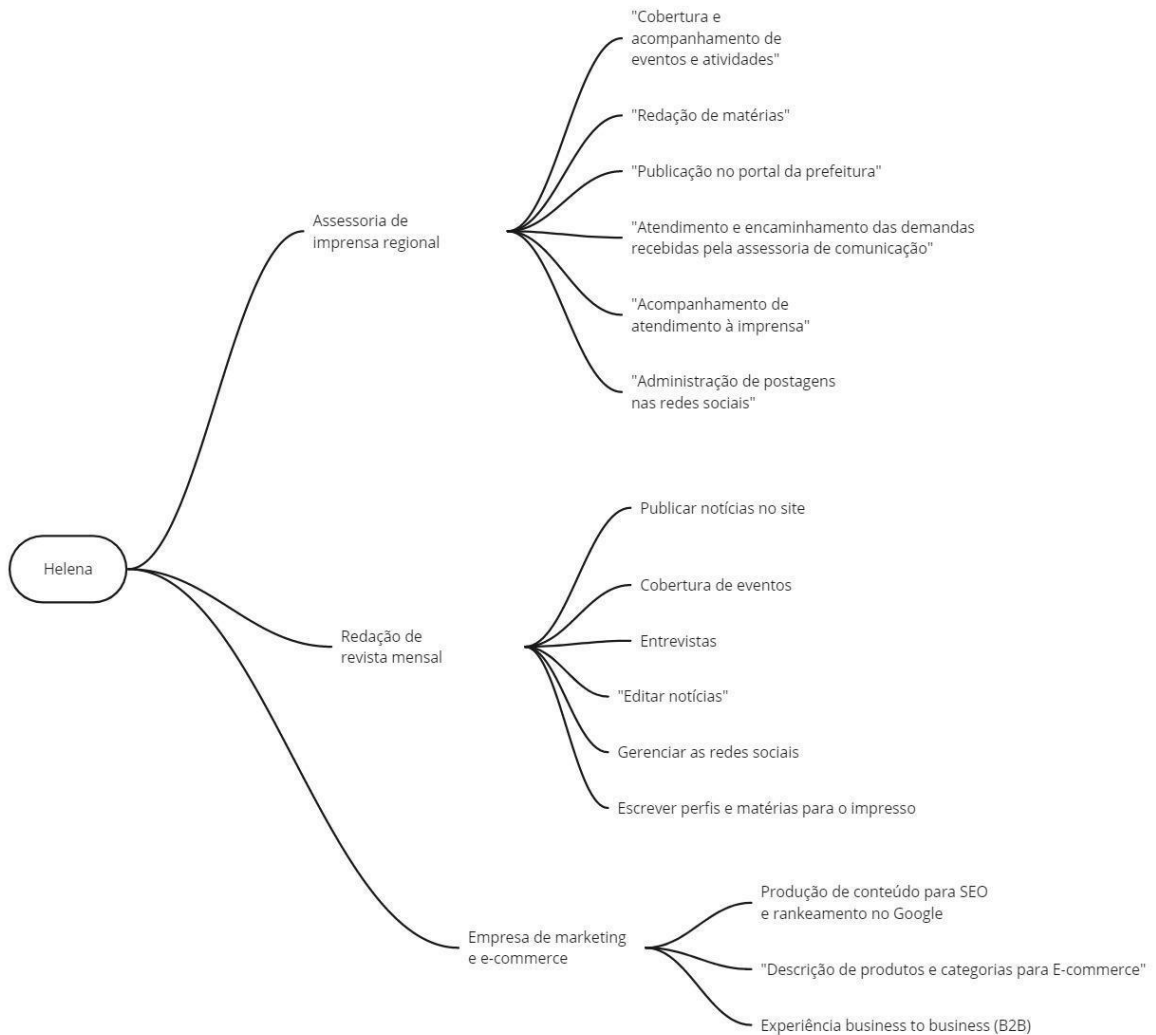
mais, mas **são as coisas que eu aprendi na faculdade mesmo**. Aí é uma crítica que eu faço à faculdade, porque o Adobe é muito raso, o que eles focam mais é o InDesign. Só que **pelo amor de Deus, todo o jornalista precisa saber o mínimo dessas coisas**. E algumas coisas eu aprendi sozinha, sabe, **antes da faculdade eu já sabia fazer um pouco de Photoshop** (Camila).

Sempre que Camila é convocada a debater habilidades e ferramentas ligadas ao *marketing* e à publicidade ela demonstra aptidão. De fato, considera tais saberes fundamentais para o desempenho dos jornalistas e que deveriam estar mais bem amparados na grade curricular. Antes da graduação, Camila já tinha interesse em conhecer processos ligados à indústria criativa, mas na faculdade relata ter encontrado um programa que coloca à margem a aplicação de ferramentas e saberes em mídias digitais. Logo, seu conjunto de interesses também é marginalizado na cultura jornalística empregada pela graduação.

Ela deposita a frustração na dialética de que o jornalista contemporâneo deve conhecer tais instrumentos e processos, mas o que está no núcleo desse debate é a discussão sobre o que é ser um/a jornalista. Quais saberes são naturalmente abrigados pela cultura jornalística? O que, enquanto jornalista, gostaria de aprender? Como deseja ser preparada para o mundo do trabalho dos jornalistas? Acreditamos que a resposta a essas questões pode explicar por que os cursos de jornalismo enfrentam desafios de se manterem atrativos às/aos alunas/os.

Na figura 9 apresentamos as atribuições de Helena em cada um de seus estágios, em seguida discutimos as atividades e nas narrativas levantadas sobre a colaboradora-participante em torno de suas rotinas.

Figura 9 - Atribuições dos estágios de Helena



Fonte: Elaborado pela autora

Na imagem 3 apresentamos o campo de habilidade expressas no currículo de Helena.

Imagem 3 - Habilidades indicadas no currículo de Helena



Fonte: Captura de tela

Helena é uma das únicas colaboradoras-participantes com experiência em redação jornalística e que apresenta habilidades comunicacionais no campo específico. Na experiência em assessoria de imprensa e redação podemos notar a fragmentação da rotina distribuída em tarefas. Assim, existe um movimento de distinguir o contato e aperfeiçoamento em cada uma dessas atividades de cunho jornalístico. Já na experiência de *e-commerce*⁶⁵, o fluxo de trabalho é concentrado em descrições amplas que parecem destacar em demasia a ferramenta acessada (SEO, B2B⁶⁶, *e-commerce*) do que a atividade em si. Desta forma, a competência relacionada ao jornalismo (na definição restrita à concepção da redação) ganha traços vocacionais, enquanto as práticas que se aproximam do *marketing* e da publicidade são mais facilmente atreladas ao instrumental.

Ancoradas em Barnett (2000), Neise Deluiz (2001) e Glenn Savage (2017), entendemos que a “agenda de habilidades do século XXI” (SAVAGE, 2017, p. 156, tradução nossa) é aquela capaz de atender às exigências de qualidade do produto de maneira útil, imediata e o mais rentável possível. Portanto, a problematização aqui é: em um mundo do trabalho em contexto neoliberal, seria possível atribuir a habilidade de redação jornalística como uma competência capaz de ser aplicada de modo útil para manter a empregabilidade? Por outro lado, como a habilidade isolada em SEO pode garantir maior capital competitivo? É a partir disso que observamos que Helena ainda⁶⁷ não intersecciona as habilidades de *marketing* e jornalismo, fazendo uma baliza entre aquelas e estas.

*Para que tu acha que o jornalismo serve no marketing, e quais habilidades de um jornalista podem ser apropriadas para o marketing? Acho que a escrita, óbvio. No marketing se escreve bastante, pelo menos eu escrevo. Mas talvez esse conceito de ser mais observador, a comunicação como um todo, porque no marketing precisa conversar e ter uma relação com as pessoas, então eu acho que **todas essas habilidades comunicacionais mesmo, conversar, saber ouvir**. Acho que nisso o jornalismo ajuda bastante. E de desenvolver a escrita mesmo, **dentro do curso sempre escrevi bastante e sempre aprendi a escrever bons textos**. Acho que isso ajuda bastante dentro do marketing também. Tu acha que o marketing agrega alguma coisa para o jornalismo? Acho que não. Acho que o marketing trabalha para vender e o jornalismo, em tese, não deveria vender nada, nem deveria se preocupar com isso (Helena).*

⁶⁵ Práticas e plataforma de vendas *online*. Exemplos de ambientes de *e-commerce* são os sites da Magazine Luiza e Americanas.

⁶⁶ Sigla em inglês que significa *Business to Business* (Empresa para Empresa, em português) é um modelo de negócio que comercializa produtos ou serviços para outras empresas.

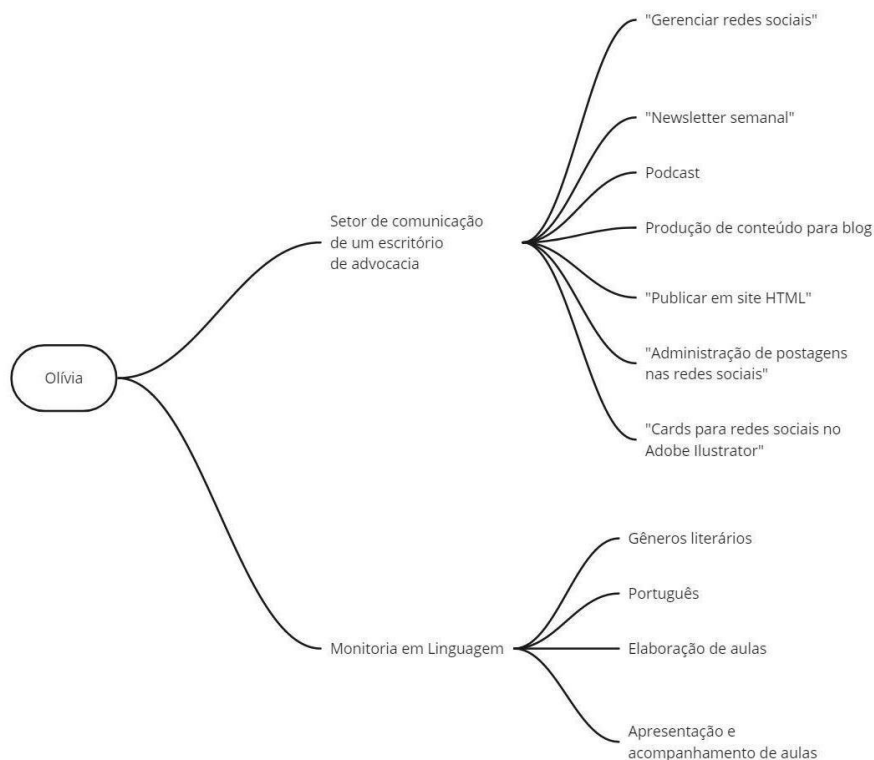
⁶⁷ Dizemos “ainda” pois, no período da entrevista sobre este estágio, ela mudara de estágio há pouco tempo. Por isso, instituir que não faria essa moção seria inflexível demais. Em contrapartida, não estamos inferindo a necessidade de fazer tal movimento, mas apenas que ele não ocorreu até esse ponto e pode vir a acontecer.

No relato de Helena, podemos observar um contraste com a percepção de Camila, que enxerga o conhecimento em ferramentas de *marketing* como importantes para o desenvolvimento profissional independentemente da área de atuação. No entanto, Helena faz essa reflexão a partir de um jornalismo imaginado, aquele concebido na tradição do campo pelo jornalista romântico, que enxerga a notícia como um bem social antes de uma mercadoria (LAGO, 2005; 2007). Comprendemos que a visão de Helena, em certa medida, se fundamenta no interior da graduação pois, como Camila havia levantado, há pouco espaço na grade curricular para refletir e interseccionar o jornalismo em conformidade com outras áreas do conhecimento.

Voltando à construção do currículo de Helena, refletimos, a partir da presença da habilidade em redação jornalística, que a descrição do estágio (até o momento em assessoria de imprensa) é ampla e detalhada. Já o campo de habilidades é a sintetização máxima de tudo que a pessoa teve contato independentemente do modelo de interação (curso, prática, vivência). Neste sentido, a competência “Redação jornalística” expressa, no caso de Helena, a capacidade de, ao menos, entrevistar, produzir e publicar matérias. Em comparação às outras colaboradoras-participantes, a mesma habilidade sintetizada poderia ser constituída de outras atribuições, uma vez que têm experiências, rotinas e percepções diferentes sobre o que é fazer jornalismo. Assim, a habilidade que estará no campo específico é que é flexível ao contexto de cada pessoa, enquanto a descrição do estágio é estéril e fixa, mas quanto mais detalhada e abrangente ela é, mais a competência sintetizada será maximizada.

Na figura 10 apresentamos as atribuições de Olívia em cada um de seus estágios, em seguida discutimos as atividades e nas narrativas levantadas sobre a colaboradora-participante em torno de suas rotinas.

Figura 10 - Atribuições dos estágios de Olívia



Fonte: Elaborado pela autora

Na imagem 4 apresentamos o campo de habilidade expressas no currículo de Olívia.

Imagem 4 - Habilidades indicadas no currículo de Olívia

HABILIDADES	
Adobe Illustrator	●●●●●●
Adobe Lightroom	●●●●●●
Adobe Photoshop	●●●●●●
Adobe Premiere	●●●●●●
Redação	●●●●●●
Pacote Office	●●●●●●

Fonte: Captura de tela

Diferente das demais colaboradoras-participantes, Olívia ingressa no jornalismo com um curso técnico (Comunicação Visual) na área, o que a possibilita possuir um conjunto de habilidades em torno de ferramentas de publicidade (pacote Adobe), como expressa no campo específico do currículo. No entanto, como abordado no capítulo anterior, esse trampolim é ora um empecilho, ora é um privilégio. Isso porque, por um lado, dominar habilidades ligadas

majoritariamente ao *marketing* a coloca em vantagem em processos seletivos destinados à área, mas por outro lado, no que tange o ingresso em uma redação de jornal, a competição permanece acirrada, na perspectiva de Olívia.

Além das habilidades que aparentemente não representam um passo à frente nos processos seletivos, Olívia revela possuir um currículo mais formal que caberia melhor às expectativas do estágio em jornalismo:

*Eu achei muito legal que tu trouxe que gosta de ser geek. Queria saber por que tu colocou Stranger Things⁶⁸ [no campo “pessoal”] e se em alguma entrevista alguém já comentou? É que quando eu fiz esse meu professor [da disciplina que ensinou a construir um currículo] tinha alguns prontos e eu gostei desse. Mas **eu também tenho outro que é mais formal**. E na verdade ninguém nunca me falou nada, porque para as pessoas que eu mandei currículo, foi online e eu não enviei muito também. Por que tu fez outro currículo mais formal? por que tu achou importante fazer? O mais formal eu já tinha antes. Como era o **meu primeiro currículo achei melhor fazer mais formal**. Mas ele tá atualizado. Acho que pra alguns lugares são melhores ser mais formal. E para quais lugares tu mandaria o mais formal? Eu acho que **a parte da comunicação não é tão formal. Acho que é mais a parte do jornal mesmo**. Acho que eu mandaria um currículo mais formal, mas não sei, talvez não. Eu tenho a impressão de que o currículo que eu tenho agora caberia direitinho. (Olívia).*

A narrativa de Olívia nos apresenta o elemento de autoridade, uma vez que o primeiro currículo, aquele que vai celebrar a entrada no mundo do trabalho, precisa ser mais contido, dado que ele não goza de poder para despreocupadamente expressar quem é o indivíduo narrado através das experiências. Assim, as habilidades que compõem o documento são as responsáveis por estabelecer a interação da pessoa com o mundo do trabalho. Dentro desse cenário, existem silos que distribuem a autoridade das habilidades: no relato de Olívia as ligadas ao *marketing* não têm alto poder de negociação na cultura jornalística. Isso se apresenta como antagônico aos estudos de futuro do trabalho do jornalismo (NONATO; FIGARO; GROHMANN, 2013; BRAGA et al, 2014; ROXO; GROHMANN, 2015; GROHMANN, 2016; DEUZE; WITSCHGE, 2020), uma vez que a perspectiva é de que o jornalismo seja cada vez mais abastecido por um leque de habilidades de outros campos do conhecimento.

Nossa hipótese a partir dos indícios é a de que os jornalistas de redação ainda guardam resistências em empregar jovens com forte inclinação ao *marketing*, assim, as/os jornalistas se desenvolvem para o ramo já contratadas/os nas redações ou são convidadas/os a atuar nas redações em vagas específicas ligadas à publicidade. Por conta disso, a capacidade de mobilidade acaba ficando mais restrita. Vale destacar o quão frustrante e confusa essa dinâmica se torna para as/os estudantes.

⁶⁸ Série de ficção científica da Netflix lançada em 2016.

Em suma, se mostrou corriqueiro o hábito das colaboradoras-participantes de criarem mais de uma versão de seus currículos. Inclusive, elas produziram documentos específicos para “evidenciar as nossas habilidades” em cada vaga, afinal “o portfólio é uma apresentação, mas também é se vender” (Helena). No entanto, essa segunda opção se mostra desgastante, uma vez que elas não são seletivas em se candidatar aos processos seletivos. Logo, o que há é a divisão entre jornalismo e as outras áreas da comunicação.

*Tu costuma sempre mexer no teu currículo antes de mandar para uma vaga? Depende. Se é uma vaga muito parecida com outras que eu já enviei eu acabo não mexendo, porque eu **não consigo colocar todas as coisas que eu já fiz, então dependendo da vaga eu coloco alguns cursos que eu já fiz.** Algumas coisas são fixas, mas normalmente eu mexo nesse sentido. *Por que tu não tenta colocar tudo que já fez?* Porque eu acho que o currículo não pode ser um documento muito longo. E eu acho que não tem necessidade de ter um currículo meu para um estágio de mais de uma folha. **E eu gosto da ideia de mexer com o design, então, isso toma um pouco de espaço.** Nesse, por exemplo, toma bastante. *E quais são as informações fixas?* Minha experiência profissional. Na verdade, a maioria das informações que estão aqui são fixas. **Meus dados pessoais e experiência. Mas nos cursos e experiências complementares, eu deixo a minha experiência com inglês normalmente.** Esse da **oficina da Record** eu normalmente deixo. Mas esse do encontro da Socine⁶⁹ às vezes eu deixo e às vezes não. Às vezes eu coloco trabalho voluntário também, depende um pouco da vaga. *Essas informações da Socine e do estágio voluntário, para quais vagas tu não colocaria [no currículo]?* **Eu acho que, por exemplo, uma vaga de marketing não tem porque eu colocar.** Porque é uma participação bem específica para algumas vagas. Porque o da Socine é só um certificado de ouvinte e é ligado ao cinema. E o estágio voluntário é meio antigo, então fico meio assim de colocar (Helena).*

Entendemos que o relato de Helena fornece pistas sobre o que definimos - para fins de exploração empírica - a construção de **currículo profissional maquínico** (habilidades aplicáveis imediatamente e de maneira útil) e de um mais **letrado** (apresentação de capitais culturais). Isso porque ela afirma que, para vagas relacionadas ao *marketing*, o currículo ganha traços mais instrumentais, privilegiando cursos e experiências profissionais. Por outro lado, a candidatura em vagas específicas - nas quais Helena tem forte desejo de ser aceita - há a presença de informações como voluntariado e participação em um evento de cinema. A partir desses fatores, questionamos: as vagas relacionadas ao *marketing* são tratadas como menos exigentes e mais ordinárias (também pelo número de postos disponíveis, que costuma ser volumoso). Em contrapartida, as vagas excepcionais (inclusive para redação jornalística) evocariam um processo de construção do currículo mais zeloso, comportando não apenas aquilo

⁶⁹ Encontro da Sociedade de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine).

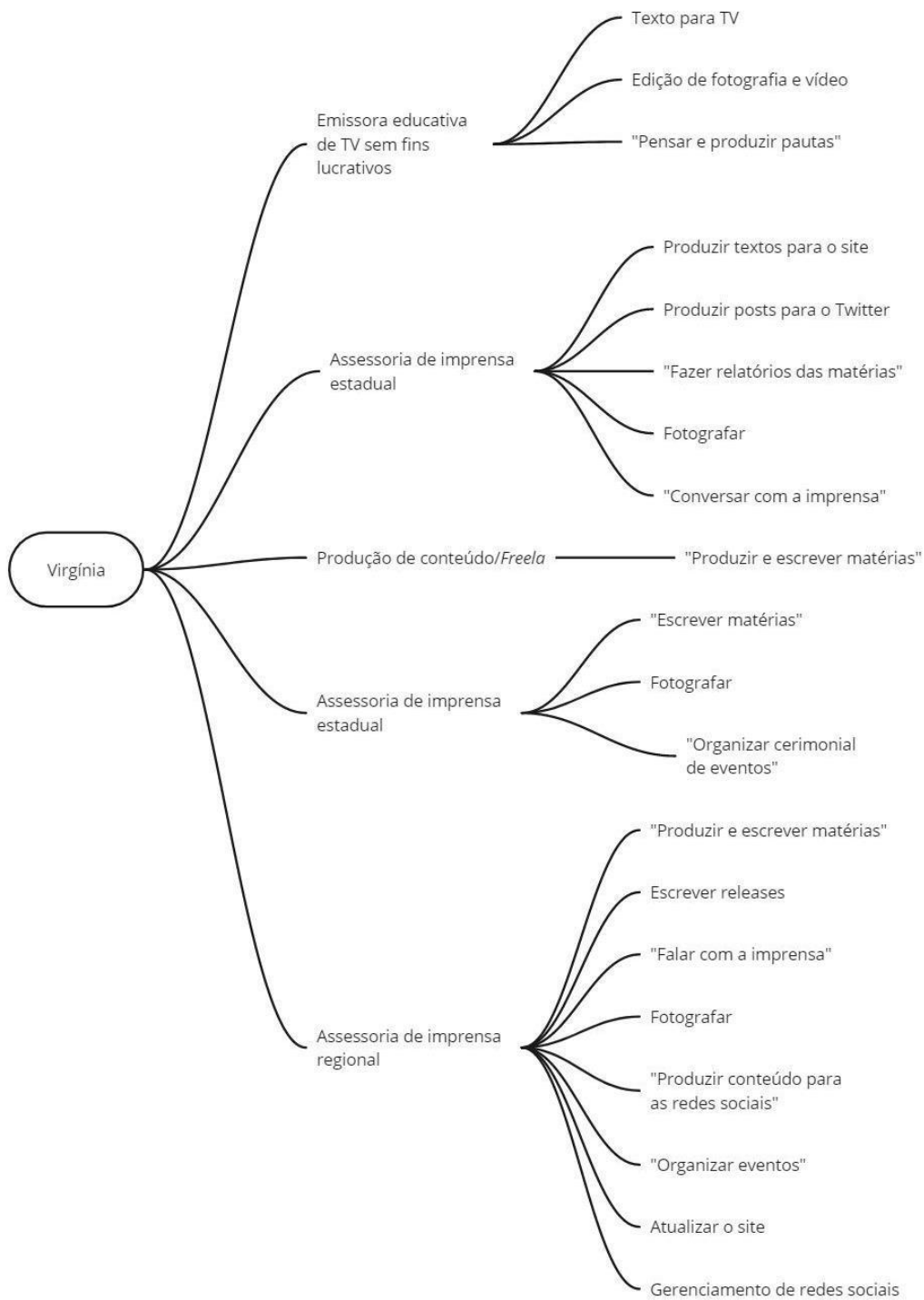
que se sabe fazer, mas também outros capitais culturais que constroem o indivíduo para além de suas capacidades *ad hoc*⁷⁰?

Para alcançar as respostas dessas questões é necessário um *corpus* tão amplo quanto diverso de participantes, mas por ora esses questionamentos servem para refletirmos com quais expectativas e impressões as/os estudantes ingressam nos estágios.

Na figura 11 apresentamos as atribuições de Virgínia em cada um de seus estágios, em seguida discutimos as atividades e nas narrativas levantadas sobre a colaboradora-participante em torno de suas rotinas.

⁷⁰ O termo *ad hoc* é utilizado por Barnett (2000) para expressar um currículo com fim em si mesmo, ou seja, as habilidades prescritas são para aquela finalidade.

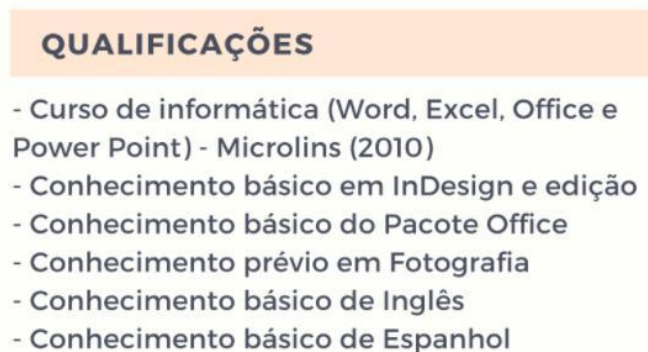
Figura 11 - Atribuições dos estágios de Virgínia



Fonte: Elaborado pela autora

Na imagem 5 apresentamos o campo de habilidade expressas no currículo de Virgínia.

Imagem 5 - Habilidades indicadas no currículo de Virgínia



Fonte: Captura de tela

Virgínia é a única colaboradora-participante que não teve experiências diretamente relacionadas ao *marketing* (agências ou setor dentro de empresas). Suas atribuições, por mais que abarcassem produção e gestão de conteúdo em redes sociais digitais, eram compostas majoritariamente por funções de assessoria de imprensa. Diferente de Aurora, que descreveu a prática de produção de *releases* para a divulgação na imprensa, o escopo de atividades de Virgínia eram outras, principalmente a elaboração de artigos sobre as ações internas. Isso possibilitou aperfeiçoar a criatividade ao transformar textos técnicos em atrativos.

Apenas Virgínia e Olívia não clamam por mais espaço na graduação e no estágio para desenvolver essa competência. No caso de Olívia, sua primeira experiência no jornalismo foi como monitora na disciplina de Linguagem, a possibilidade de contato foi acompanhada de uma carga horária satisfatória, assim pode se dedicar ao desenvolvimento com maior afinco do que um/a estagiária/o costuma ter. Era comum iniciarmos nossa entrevista e Olívia comentar sobre o gênero literário que estava lendo. Enquanto isso, Virgínia teve um leque de estágios que juntos aperfeiçoaram a criatividade.

Contudo, Virgínia ainda lida com um peso de não se considerar competente o suficiente para navegar em vagas de *marketing*. Como forma de driblar essa realidade, sua primeira iniciativa quando formada foi se matricular em uma pós-graduação em redes sociais digitais, pois compreendeu que o domínio dessas ferramentas e práticas significava aumentar a empregabilidade.

Quais são os movimentos que tu acha que precisaria fazer para conseguir trocar de área? Acho que coisas que eu não consegui fazer durante a faculdade, porque não

tinha tempo e nem dinheiro. Acho que eu deveria fazer mais cursos até de edição, mas ao mesmo tempo não sei a lógica disso, porque **tem gente que não faz isso e consegue.** Mas eu pretendo fazer mais cursos, me matricular em uma pós [graduação] no EAD [Ensino a Distância] em gestão em redes sociais. Que é uma área que eu nem domino muito, **faço as coisas no meu serviço, mas é assessoria,** não é gerenciamento de nada, mas eu **quero fazer porque o mercado está crescendo** (Virgínia).

Na fala de Virgínia observamos que o período da graduação exige investimentos, principalmente se a área dos estágios se manteve próxima. Como vimos anteriormente, é mais fácil permanecer na mesma área por conta das habilidades desenvolvidas e a necessidade por bem-estar social diminui a margem de espera por uma vaga em outro setor. No entanto, Virgínia se descreve como sobrecarregada e sem economias suficientes para fazer tais investimentos, logo existe um acúmulo de afazeres para manter a empregabilidade. Neste sentido, novamente observamos a dinâmica das faculdades privadas de se apresentarem como soluções rentáveis aos desafios das pessoas, pois Virgínia deposita suas fichas em uma universidade que não lhe cobrará deslocamento e as mensalidades são suficientemente acessíveis, pensando em um retorno a curto prazo que ampliará o seu capital competitivo no mercado de trabalho.

Um ponto importante detectado ao longo da análise é que as colaboradoras-participantes se esforçam para aperfeiçoar as habilidades reconhecidas como pertencentes ao campo jornalístico. Como exemplo, podemos citar a capacidade de entrevista e escrita. Essas competências são atravessadas pelas especificidades de cada estágio e exigências do mercado de trabalho, mas é essencial notar que elas compreendem o escopo de habilidades jornalísticas como um conjunto de diretrizes capaz de aperfeiçoar diversos produtos e serviços dos quais têm contato. Em vista disso, o próximo tópico se dedica às impressões das colaboradoras-participantes sobre as experiências realizadas na universidade e nos estágios.

5.2 “NÃO SE FORMA JORNALISTA SEM PRÁTICA”

Não são recentes as discussões sobre o papel da universidade na formação dos jornalistas. Mas, em vez de disputas essencialistas sobre onde as/os estudantes são capazes de se constituírem enquanto jornalistas, pesquisadoras/es da área têm vislumbrado que a experiência é híbrida (ROXO; 2011; VEIGA, 2015; PEREIRA et al, 2014; 2015; GROHMANN; OLIVEIRA, 2014; DEUZE; WITSCHGE, 2020). Assim, nem a educação universitária, nem o estágio por si só seriam capazes de garantir a composição da/o jornalista. No entanto, observamos que a partir dos exemplos das colaboradoras-participantes, elas compartilham a visão de que a prática fornece ferramentas imprescindíveis para a execução do trabalho jornalístico.

Na tradição do campo, se naturalizou a perspectiva de que as redações jornalísticas são como verdadeiras escolas (MARQUES DE MELO, 2004; ROXO; 2011; VEIGA, 2015; PEREIRA et al, 2014; 2015; GROHMANN; OLIVEIRA, 2014; DEUZE; WITSCHGE, 2020), uma vez que em um movimento triplo fornecem material (manuais de redação), laboratórios experimentais (prática do estágio) e contato imersivo com a cultura jornalística (trabalho com outros profissionais e rotinas). No entanto, a experiência que as colaboradoras-participantes evocam não tem local pré-definido. Ela só precisa acontecer de alguma maneira e, principalmente, ser condizente com a realidade de pressão por eficiência a qual as/os jornalistas são submetidas/os.

Eu acho que o jornalismo é prática, não se forma jornalista sem prática [...] Primeiro que a vivência em faculdade é importante, mas também a prática de apurar as coisas e de quebrar a cara é importante. Se a pessoa ganha um canudo, é só um canudo. Ela não é jornalista sem o mínimo de prática (Helena).

Claro que eu aprendi nas aulas teóricas, mas acho que aprendi muito mais colocando em prática. E eu sinto que evolui bastante fazendo e tendo alguém para te criticar e dizer que não está bom o jeito que tu pensou, porque a pessoa gosta de uma coisa totalmente diferente, do que só ter um professor que vai só ver a qualidade do teu trabalho e dizer que está bom e não dando a opinião de verdade como um cliente daria (Olívia).

As justificativas de Helena e Olívia guardam semelhanças sobre a curva de aprendizado das/os jornalistas. Para elas, a prática ensina porque faz sofrer para superar as adversidades e é assim que se alcança a maestria. Ambas depositam créditos na experiência universitária, mas é sempre em um tom incompleto. A completude seria encontrada no mundo do trabalho que se apresenta como hostil, mas que ao menos lhes retribui com algo valioso: a capacidade de serem

jornalistas por inteiro com a possibilidade de uma rotina de trabalho autônoma para desenvolver seus próprios processos e austeridade com *feedbacks* realistas para a progressão consistente na carreira.

Na fala de Helena, como ela utiliza o termo “apurar” podemos inferir que enquanto narra, imagina a rotina de uma redação jornalística. Já Olívia não revela essas marcas e o uso da palavra “cliente” se difere daquilo que é comumente compreendido como jornalismo de redação. Mas podemos inferir que mesmo em dois contextos diferentes, o que está posto é a necessidade de praticar o jornalismo. A partir dos relatos, nos questionamos por que o embasamento teórico não é visto como uma forma de manifestação da prática, no sentido de exercitar a reflexão sobre as atribuições e processos jornalísticos.

O que observamos é que essa inclinação não é recente, isolada e tampouco individual (BARNETT, 2000; DELUIZ, 2001; SAVAGE, 2017). Partimos do pressuposto de que ela surge da intersecção do mercado de trabalho em contexto neoliberal com o projeto educacional. Este estaria agindo em respostas às exigências de empregabilidade e eficiência daquele que, por sua vez, como debatido acima, exige utilidade, agilidade e flexibilidade. Essas três perspectivas colocam em evidência o cunho instrumental das competências. Em certa medida, as colaboradoras-participantes são levadas a endossar essa visão de mundo do trabalho ao contraporem conhecimento e habilidade. Desta maneira, notamos o movimento das colaboradoras-participantes em distinguir habilidade de conhecimento, reconhecendo naquele a capacidade de se manter competitiva enquanto este exprime algo que por si não representa poder nas relações de trabalho.

Acho que **conhecimento é uma coisa que não tem muito valor no currículo**. Tipo, eu sei bastante sobre política, sei bastante sobre sociologia, mas não é uma coisa que eu vá colocar no currículo. E **habilidade é o que tu sabe fazer: editar vídeos, tirar fotos, ações, né** (Camila).

Acho que **habilidade é uma coisa que a gente consegue exercitar e conhecimento é uma coisa que a gente tem e às vezes não fazemos nada com isso**. A gente tá sempre conhecendo alguma coisa, conhecimento é tudo que a gente **adquire** ao longo da vida. E habilidade é o que a gente consegue, é o que tu **consegue** executar (Helena).

Eu acho que por exemplo, com o Pacote Office⁷¹ que eu coloco ali [no currículo], eu **tenho conhecimento na teoria, mas não tenho muita habilidade na prática**. No Pacote Adobe⁷² acontece também, eu sei mexer no Premiere⁷³, mas não sou boa em Photoshop. Se alguém me perguntar eu vou dizer que eu sei a teoria, mas **vou precisar de uma semana pra aprender** (Aurora).

⁷¹ Conjunto de programas voltados para escritório como Word, Excel e Power Point.

⁷² Conjunto de *softwares* de criação, edição e pós-produção de vídeos, imagens e outros documentos.

⁷³ *Software* profissional para edição de vídeos.

Eu vejo **muita gente que tem conhecimento**, mas por exemplo, na escrita não coloca no papel tudo que está pensando. Por isso que é legal às vezes em grupo organizar as ideias. E **tem gente que tem habilidade de escrita**, mas não evolui naqueles textos porque não vai atrás de mais conhecimento (Olívia).

Na perspectiva das colaboradoras-participantes, encontramos as seguintes percepções: a) o conhecimento antecede o domínio de uma coisa, seja ela ferramenta ou habilidade; assim, o termo conhecimento assume o ato de conhecer algo, diferenciando-se da prática, que permite o domínio; b) em uma escala de importância empregatícia, o conhecimento não representa valor agregado a ponto de preencher o currículo, pois supostamente não é acionado no desenvolvimento das tarefas; e c) conhecimento e habilidade se auto interseccionam, uma vez que o capital competitivo das/os jornalistas é o conhecimento que possuem sobre os temas abordados mas, sem as habilidades que tange o processo produtivo, conhecer algo não representa entregar o resultado esperado pelo empregador. Assim, novamente o conhecimento assume um posto subalterno na hierarquia de valor das vantagens competitivas.

O retrato dessa compreensão sobre o peso do conhecimento e da habilidade técnica para a formação profissional nos fornece indícios sobre o que o jornalismo está se tornando e mais precisamente o que está se tornando para a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2001). A provocação latente de Deuze e Witschge (2020) significa a constante mutação e transformação do jornalismo para além da cultura que floresce no seio das redações jornalísticas. Observamos que existe uma inspiração nesse jornalismo por parte das colaboradoras-participantes que vivenciaram ou não a experiência em redação. Essa visão pode surgir inclusive do jornalismo romântico propagado pela indústria de entretenimento (LAGO, 2005; 2007). Afinal, o ingresso à graduação não marca o primeiro contato das/os alunas/os com a cultura jornalística (PEREIRA et al, 2014). Mas, em vista das adversidades de classe, gênero e raça neste momento inicial de se colocar no mercado de trabalho, surge a necessidade de responder rapidamente e com eficiência às exigências do empregador. Desta forma, as perspectivas de futuro do trabalho não exaltam a função não-comercial ou anticomercial da profissão (MARQUES DE MELO, 2004), pois entendem que para sobreviver no mundo do trabalho das/os jornalistas, outras áreas da comunicação serão acessadas.

Como reflexo dessas estratégias de sobrevivência, observamos no relato de Aurora, que o espaço universitário é ressignificado e dele passa a ser exigido habilidades instrumentais capazes de garantir a eficiência no mercado de trabalho.

Tu acha que aprendeu sobre jornalismo mais no trabalho ou na faculdade? Acho que nós dois. **Na faculdade eu tive uma visão mais crítica do que é produzido no jornalismo.** De uma forma bem específica, tipo o que é produzido nesse e naquele jornal e qual a diferença entre eles. Mas **o que eu tenho sentido mais falta na faculdade é a parte prática, tipo rotina de redação.** Eu achei que ia ser a coisa mais fácil do mundo, que eu ia ser o William Bonner, mas depois que eu comecei a trabalhar, vi que era muito mais difícil. Eu acho que uma das coisas que **não ensinam na faculdade é que o trabalho jornalístico muitas vezes pode ser muito interessante e a gente trabalha muito.** E isso dá muitos bloqueios criativos, então tinha dias que eu não sabia o que escrever, eu sentava e ficava duas horas olhando para a tela. E não me ensinaram isso na faculdade, parecia que ia ser a coisa mais fácil do mundo. E no trabalho tem a parte prática, propriamente de entrevista, estrutura de texto eu vi bastante na faculdade. Mas era tipo “essa estrutura é para isso, essa é para isso”. Mas **na prática pode ter alguma coisa diferente que tu não viu na faculdade** (Aurora).

Para ela, o processo de instruir-se acontece a partir da repetição das ações, ocasionando o acionamento das habilidades para experimentar e testar possibilidades, o que seria possível apenas na lógica dos estágios. No entanto, observamos que os conhecimentos apontados por Aurora (gêneros jornalísticos e seus propósitos) são narrados como complementares e com menos valor agregado ao negociar sua capacidade profissional no mundo do trabalho. Barnett (2000), Deluiz (2001) e Savage (2017) apontam que as habilidades valorizadas são aquelas com maior grau de empregabilidade por representarem o que as pessoas podem fazer de maneira útil e imediata para as necessidades dos empregadores. É neste sentido que Aurora cobra por mais orientações técnicas de como executar o trabalho jornalístico e garantir maior eficiência. Interessante observar que a colaboradora-participante não cobra o aprendizado reflexivo do trabalho, mas sente uma falha educacional no que tange à execução prática do trabalho. Assim, enquanto as disciplinas sofrem com a dupla responsabilidade de apresentar o exercício da profissão em sua dimensão teórica e prática, ao estágio é concedida a função única de desenvolvimento instrumental. Assim, novamente nos deparamos com pistas de como o estágio estaria influenciando o sucateamento da universidade.

Tu acha que aprendeu mais sobre jornalismo na faculdade ou no trabalho? Um pouco. **Nem tanto em sala de aula, talvez, com certeza um pouco, mas não na totalidade. Fazendo os trabalhos, com certeza.** Fazendo o [nome ocultado], ele existiu por causa da faculdade, e foi um dos trabalhos que mais me fez crescer como ser humano. E no trabalho aprendi muito. Fotografia tudo que eu sei mais ou menos veio do trabalho. **Aprendi a mexer com foto no trabalho e depois na faculdade.** Na faculdade eu aprendi a parte mais técnica, mas a minha prática de fotografia na faculdade foi ridícula, eu tirei notas estranhas. Mas no trabalho eu sou melhor. E acho que **construir matérias de mais fôlego, mais compridas, o trabalho não me deu muito espaço para fazer isso**, né. Até porque eu sempre trabalhei em órgão público e assessoria. E órgão público é uma coisa mais curta e assessoria também. E acho que **só o jornal me daria abertura para isso.** E na faculdade eu sinto que eu fiz pouca coisa de reportagem. Gostaria de ter feito mais coisa, estagiando no editorial [Editorial] J⁷⁴, ao invés do laboratório dos

⁷⁴ Laboratório de jornalismo da faculdade de Camila, a PUCRS.

eventos, porque eu saberia bem mais coisa. **Gostaria de ter mais treino nisso, não me sinto muito segura de fazer um negócio maior** (Camila).

A colaboradora-participante considera não ter aprendido tanto em aula e, neste caso, refere-se diretamente ao espaço onde a disciplina é dada. Nesse sentido, sua crítica reside na estrutura da aula, que não lhe parece ser instrutiva, enquanto os exercícios propostos abrem as possibilidades de inovar e colocar suas habilidades em prática. Uma das hipóteses para tal perspectiva é que as/os jornalistas, em geral, estão inclinadas/os a ingressar na profissão por reconhecerem que têm predisposição à escrita e à comunicação (PEREIRA et al, 2016). Partindo desse ponto, a faculdade não se torna um local para aprender algo do zero, mas para aperfeiçoar competências já existentes. Colocá-las em prática é a maneira como encaram fazer essa manutenção do perfil profissional. Enquanto a aula teórica se constrói a partir de uma relação de confiança com trocas de informações e vivências, a execução do trabalho seria mais autônoma, possibilitando que a/o aluna/o desenvolva seus próprios métodos, tome decisões pautadas em suas curiosidades e, assim, elabore o todo do projeto proposto. Neste sentido, nos questionamos se o desmerecimento em relação às atividades teóricas não se localiza em uma falta de visibilidade sobre os interesses e prioridades das/os estudantes. A indagação ganha mais contornos com o relato de Virgínia:

*Tu acha que aprendeu mais sobre jornalismo na faculdade ou no trabalho? Fora da faculdade, com certeza. Claro que **todo o conhecimento que a gente põe em prática é no estágio, porque até para a gente questionar as coisas a gente tem que aprender primeiro**. E achar que isso é equivocado ou não, tem que partir de um lugar. E o que a gente aprende na faculdade é muito difícil, mas eu **acho que a faculdade é um ambiente extremamente tóxico. Eu gosto do jornalismo que eu aprendi fora da faculdade. E no meu trabalho também, eu pude ampliar a minha rede e conhecer outras coisas**. Tipo biologia, nunca tinha conhecido nada sobre biologia. E também tem o jornalismo científico que eu não teria oportunidade, **nem na faculdade tu não consegue o conhecimento que eu tenho**. Tem tanta coisa que eu não sabia sobre o SUS, de tudo que o SUS aprende e a gente acha que é só uma coisinha. Então, eu acho que eu aprendi mais sobre o jornalismo fora da faculdade, com certeza. Ou pelo menos **a experiência que eu tive na faculdade, foi uma coisa muito feijão com arroz**. Tanto que eu vou te dizer que eu não tenho nenhum professor que eu diga “nossa, esse é um grande professor”. Eu posso estar equivocada, não desmerecendo o trabalho deles jamais, eu respeito o trabalho de todos os meus professores, mas nenhum que eu diga “o que esse cara me trouxe mudou a minha vida”. Acho que tem até pelo contrário (Virgínia).*

A resposta de Virgínia pode parecer impiedosa se vista de modo isolado, mas ela parte de uma série de episódios racistas que construíram uma imagem hostil sobre o ambiente universitário. Uma das poucas pessoas negras na sala de aula, ela lembra de inúmeras circunstâncias em que foi hostilizada por professores, como ser chamada de “raivosa”, convidada a falar somente em debates sobre negritude e principalmente não ser indicada a

vagas. Os relatos que à isolaram, provocando um sentimento de solidão, naturalmente a distanciaram do desejo de aprender com o corpo docente e sua formação acontece praticamente por meio de estágios e leituras facultativas sobre o campo. Virgínia é uma das colaboradoras-participantes que mais fez estágios (cinco ao total). Refletimos se a intensa produtividade não se articula com o fato de estar menos envolvida emocional e fisicamente com as atividades propostas em sala de aula, uma vez que não se sentia reconhecida e amparada pelas abordagens das discussões. Em vista dos marcadores de raça e gênero que se interseccionam na narrativa de Virgínia, entendemos que existem estratégias de crescimento profissional a serviço de compensar as barreiras histórico-sociais do mercado de trabalho que atingem especialmente mulheres negras e homens negros. Contudo, o relato de Virgínia serve de norteador para que as adversidades nascidas no seio da universidade sejam também atreladas às experiências laborais, pois estas são influenciadas por aquelas justamente porque o perfil profissional não surge do vazio.

É a partir dessas pistas que passamos a entender a experiência universitária por parâmetros ônticos (experiência concreta vivência em sala de aula) e antropológicos (sentido coletivo de ser um/a graduando/a em jornalismo). Apesar deste tópico ter apresentado que as colaboradoras-participantes estão inclinadas a imprimir uma linguagem empresarial sobre as atribuições - prática também observada por Aline Leite (2017), mais frequente com jornalistas jovens. Destacamos que essa forma de entender a eficiência não significa a inexistência sobre a conduta jornalística, como o tratamento das fontes, reprodução de estereótipos, entre outros temas.

Em vista disso, nos inspiramos na perspectiva de Stuart Hall (2002) de que um indivíduo pode manter em harmonia sentimentos e percepções antagônicas na sua concepção de como a vida deveria ser vivida, sentida e entendida. Neste estudo, compreendemos o neoliberalismo como o sistema antropológico de vida que de fato é e podemos identificar sua presença nas articulações profissionais e educacionais das colaboradoras-participantes - busca por alta produtividade, vantagens competitivas e agilidade - que, ainda assim, permanecem em vigília sobre suas condutas. Ou seja, aderir a estratégias produtivas do neoliberalismo como meio de sobrevivência não significa abrir mão da ética pessoal de como agir e interagir com as/os outras/os.

Por conta desses arranjos profissionais no jornalismo, o próximo tópico debate que o estágio é uma questão de classe e quais são os impactos dessa visada para entender a progressão de carreira a partir das necessidades da classe-que-vive-do-trabalho.

5.3 “QUAL CARREIRA NO JORNALISMO QUERO SEGUIR? A QUE ME DÁ DINHEIRO”

O estágio é tanto uma questão de classe quanto oportunidade de experimentar as ramificações da profissão. Teóricas/os da área de jornalismo estão preocupadas/os em estabelecer períodos assertivos para as/os estudantes exercitarem a profissão no mercado de trabalho (VALVERDE, 2006; CAMPOS; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2015; 2016; ZACARIOTTI; SOUZA, 2019), mas deixam para segundo plano (quando mencionados) as necessidades de bem-estar social que alunas/os da classe-que-vive-do-trabalho precisam lidar. Isso é importante, porque o estágio é um modo de sobrevivência para esse grupo.

Quatro colaboradoras-participantes (Aurora, Camila, Helena e Virgínia) dependem parcial ou integralmente do salário para investir no próprio desenvolvimento produtivo e reprodutivo. Por conta dessa necessidade, detectamos um movimento prematuro de buscar por estágios com melhores remunerações e benefícios. Essas oportunidades, por um lado, ocorrem em geral em vagas extramidia. Por isso, elas ficam ainda mais inclinadas a buscarem ativamente por experiências do tipo *love work*⁷⁵ que as conectem com o *ethos* do jornalismo romântico (LAGO, 2005; 2007). É neste ponto que observamos o surgimento de duplas jornadas constituídas pela rotina de aula e estágio (1) e outras atividades relacionadas a temas sociais (2). Portanto, as colaboradoras-participantes guardam em seus anseios a relação com o jornalismo de redação imaginado, o que conseguem fazer por meio das brechas oportunizadas pelos laboratórios da graduação, oficinas oferecidas pelas empresas de mídia, grupos de pesquisa e participação em projetos como voluntárias. Contudo, chega um momento na jornada profissional que a equação entre recursos investidos para permanecer nessas atividades e o retorno econômico que gostariam (precisam) ter, começa a demonstrar suas fissuras. Assim, elas priorizam formas de tornar a profissão jornalística em algo rentável.

Hanusch et al. (2015) apontam que costuma parecer óbvio que as/os estudantes de jornalismo querem trabalhar em redações, no entanto pesquisas realizadas pelo mundo apontam que uma significativa parte não deseja ou é indiferente ao trabalho em redação. Além disso, é preciso considerar que as empresas midiáticas são incapazes de oferecer vagas para todos/as os/as jornalistas que se formam. Por isso é preciso imaginar formas de garantir empregabilidade para as pessoas que decidem investir na profissão. Aldo Schmitz (2017) endossa a visão de

⁷⁵ Trabalho que ocorre na prática de pró-bono na criação de valor produtivo para o bem comum por meio de atividades não remuneradas. Para esta definição nos baseamos nos elementos do projeto DisCO. Disponível em: <<https://elements.disco.coop/>> Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Hanusch et al. (2015) ao identificar que, no contexto brasileiro, um contingente significativo de jornalistas - em sua maioria recém-formadas/os - migram das redações para oportunidades extramídia, em especial assessorias de comunicação e *marketing*, considerando, assim, que a redação é uma “profissão de passagem”, pois o progresso na carreira é precário e incerto (GROHMANN, 2012; LEITE, 2017; PITHAN, 2018).

Além disso, uma das dinâmicas propostas com as colaboradoras-participantes, consistia em escolher uma das três vagas de estágio apresentadas para se candidatar: uma era em assessoria de comunicação, outra para redes sociais e a última em redação. A oportunidade que mais chamou a atenção das três que participaram da atividade foi a oportunidade para assessoria de comunicação, uma vez que, na avaliação delas, a descrição estava de acordo com as capacidades de um/a estagiária/o⁷⁶. Inclusive Helena, que estagiava na mesma revista da vaga de redação apresentada, lançou essa justificativa para a escolha:

Nesse momento, eu gostaria de me dedicar muito à faculdade, justamente porque eu **sempre estive em algum estágio e sempre trabalhei muito**. Não que eu não goste de trabalhar, mas é um trabalho mais leve. Neste momento que eu estou agora, gostaria de um trabalho mais leve do que eu estou agora. É uma pressão muito grande e **cobram de mim muito mais do que deveriam, então eu me sinto particularmente esgotada**. E acho que nesse lugar eu não estaria tanto. Por esses motivos, por mesclar uma coisa que eu gostaria de trabalhar, assunto que eu gosto, e por ser um trabalho um pouco mais leve (Helena).

Mesmo que a experiência em uma redação jornalística tenha promovido o sentimento de satisfação enquanto estudante dos primeiros semestres da graduação, Helena se reconhece frustrada ao ter que abrir mão de outras vivências por conta do alto fluxo de trabalho. A espoliação do bem-estar (CASTRO, 2016) ainda é somada à baixa remuneração (R\$ 700 na época). No entanto, Helena não está só. Conforme os semestres passam, as socializações e as experiências profissionais se ampliam, e a entrada na redação começa a soar como uma realidade distante e/ou a espoliação do bem-estar para atuar como jornalista em empresas de mídia parece um esforço demasiadamente estafante. Assim, observamos que as colaboradoras-participantes começam um processo de desilusão misturado à expectativa de trabalhar em outros setores que apresentam garantir um certo nível de autonomia financeira. Podemos observar o impacto dessa percepção também no relato de Aurora:

⁷⁶ Segundo a publicação da vaga, os pré-requisitos eram: habilidade para redigir textos e buscar informações; proatividade; habilidade em gerenciamento de redes sociais; boa comunicação com o público; conhecimento em programas de edição; e conhecimento no Pacote Office.

*Como é sair de uma área jornalística e entrar em uma voltada para o marketing? No começo foi meio assustador, porque a primeira coisa que eu pensei foi que não queria sair da área do jornalismo. Fiquei “meu Deus, vou me desviar”, **vou para um lugar que não é um veículo e nem uma assessoria, é mais para uma agência**. E também tinha medo de não conseguir fazer porque não tinha experiência com *marketing*, minha chefe me perguntou na entrevista se eu sabia algumas coisas de SEO, e eu disse “claro, muitas”. Depois **comecei a ver os meus colegas da faculdade também migrando para essas áreas**. Eu tinha um colega que trabalhava na Ulbra TV que conseguiu uma oportunidade em uma rádio de Porto Alegre, só que ele mora em Novo Hamburgo, e ao mesmo tempo conseguiu uma vaga em uma agência de Novo Hamburgo. Ele escolheu a agência em vez de ir para a rádio, porque a rádio paga pouco, ele ia ter que ir presencial, pegar trem de Novo Hamburgo até aqui na pandemia, também a rádio não tem muita abertura, tipo “hoje estou mal, não vou”, não. Aí comecei a pensar que não sou só eu, muita gente do mercado que está buscando oportunidade em outras áreas. Acho que **o que mais bate é o salário, porque o salário de estagiário de jornalismo é muito baixo**, na [nome ocultado] eu ganhava 800 reais e ali [no novo estágio] eu ganho quase 2.000 como estagiária. Então é uma diferença muito grande. Claro que eu dei muita sorte, mas a média de estagiário de agência é mais de 800. E **tem todo o lance de possibilidade de efetivar, que no jornalismo é muito mais difícil, principalmente se tu ainda não é formado**. E aí eu comecei a pensar um pouco nisso. Eu me desviei da área, mas hoje acho que gosto bastante. **Esses dias uma pessoa me perguntou se eu sabia que carreira queria seguir do jornalismo, e eu falei que queria seguir a que me dá dinheiro** (Aurora).*

Aurora trabalhava em uma assessoria de imprensa com ritmo de redação jornalística - conforme debatido no primeiro tópico deste capítulo - logo, a entrada no setor de *marketing* se apresenta como uma dissociação do jornalismo. Essa perspectiva se mostra interessante, uma vez que existem disputas em torno das/os assessoras/es de imprensa também se reconhecerem dentro ou fora do jornalismo. No caso de Aurora, a dualidade é diferente, pois ela estica a percepção de quais locais se permanece sendo jornalistas (redação e assessoria) e em quais se esbarra nas fronteiras (*marketing* e publicidade). A perspectiva, no entanto, ganha novos contornos quando é alimentada também pelas escolhas de suas/seus colegas de aula. É neste sentido que detectamos um dos potenciais da vivência universitária: entender coletivamente o que a profissão está se tornando, fazer *benchmark*⁷⁷ com as/os colegas e compartilhar experiências. Por meio dessas trocas, Aurora entende sua escolha como motivada pelo bem-estar a curto e médio prazo, uma vez que a bolsa auxílio é maior e as chances de efetivação também. No entanto, ela não passa a enxergar a atuação em *marketing* e publicidade como permanecer dentro da fronteira do jornalismo, mesmo acionando as habilidades jornalísticas na pauta de trabalho.

Diante disso, passamos a considerar que mesmo as colaboradoras-participantes buscando formas de aperfeiçoar as principais habilidades jornalísticas - como debatido no

⁷⁷ Ação de comparar performances e escolhas com a de outras/os profissionais da área. Em contexto neoliberal, podemos considerar essa prática como um ato de vigilância de si e das/os demais para garantir a competitividade (LAVAL; DARDOT, 2016).

tópico anterior - o local onde elas as exercem passa a ser tão relevante para a manutenção da autoridade na comunidade jornalística quanto às competências exercidas. Em outras palavras, local de trabalho, cultura organizacional e conjunto de habilidades têm valores assimétricos na identidade profissional. Assim, existem conflitos e disputas constantes de quanto se está fazendo jornalismo. Neste ponto, as colaboradoras-participantes concordam em algum grau, uma vez que todas apresentam justificativas para comprovar que estão ou não exercendo o jornalismo em seus estágios que não ocorrem dentro de uma redação jornalística.

O debate da autopercepção articulado ao local e à função laboral se torna importante para esta pesquisa, porque discutimos que o estágio é uma questão de classe e as vagas extramídia (*marketing*, publicidade e assessoria de imprensa) representam a maior fatia de oportunidades. Se são as/os jornalistas que-vivem-do-trabalho que constroem suas carreiras nessas áreas, é de se pensar que um significativo número de profissionais não se reconhece como jornalistas atuantes. Isso nos leva a refletir sobre o próprio sentimento de autoridade que essas pessoas gozam para opinar e debater os caminhos da profissão. Por outro lado, se as pessoas que ingressam e conseguem permanecer nas redações são aquelas com maior poder aquisitivo desde o núcleo familiar e, conseqüentemente, são as práticas articuladas no interior das redações que impactam as habilidades jornalísticas e a percepção da/o profissional ideal (DEUZE; WITSCHGE, 2020), o que temos em vista sobre futuro do trabalho no mundo das/os jornalistas é a elitização substancial de competências, vivências e cultura profissional.

A partir desse questionamento, acreditamos que, conforme pontuam Deuze e Witschge (2020), a práxis jornalística não deva estar ancorada apenas na rotina das redações, pois há visões, práticas e perspectivas que circulam em outros locais que contribuem para construção da profissão. Além disso, os fatores de gênero, raça e classe não devem ser desconsiderados nas discussões sobre quem está acessando os diferentes setores do jornalismo, pois como temos visto, há uma miríade de barreiras para inúmeras/os profissionais que compartilham esses marcadores sociais da diferença.

5.4 “ELE JÁ TINHA ATÉ CHAMADO UMA PESSOA PRA MINHA VAGA SEM ME DIZER QUE EU IA SER DEDITIDA”

Talvez por estágio se localizar em uma fase bastante inicial da carreira (principalmente levando em conta a idade das/os estudantes), de certa maneira, ele é analisado enquanto uma experiência no sentido restrito do termo e não como sinônimo de trabalho por pesquisadoras/es da área (VALVERDE, 2009; SARDINHA; BARBOZA, 2012; PEREIRA et al, 2014; PEREIRA, 2015; PEREIRA el al, 2016). No entanto, a partir de relatos voluntários das colaboradoras-participantes (não havíamos incluído nenhuma pergunta própria sobre demissão) observamos uma série de comportamentos e ações recorrentes do trabalho formal que são empregadas na gestão das/os estagiárias/os. Dentre suas narrativas, os processos de demissão são os que mais chamam a atenção.

Contudo, o impacto de ser demitida/o do estágio de fato não corresponde ao mesmo efeito de um trabalho formal. Indicamos isso com base na análise de Miguel Caldas (1999), que remete essa circunstância a metáforas de divórcio, abandono e morte. Avaliamos que a distinção ocorra por conta da centralidade do estágio, afinal a bolsa auxílio e benefícios não têm condições de representar uma fatia significativa do estado de bem-estar social do indivíduo a médio ou longo prazo; as demissões também ocorrem em situações em que a satisfação no estágio está em franca decaída, assim o sentimento interno de quebra de vínculo passa a ser trabalhado com antecedência.

Caldas (1999, p. 3) nos indica que existem aspectos moderadores que produzem significados particulares e complexos em cada pessoa. Dentre eles, podemos citar os fatores do grupo pessoal, sendo eles: personalidade, idade, gênero, raça, reserva financeira, classe social, condição familiar pré-existente e nível de centralidade do emprego na vida do indivíduo. Seguidos pelos do grupo cognitivo: percepção de que a demissão foi ou não seletiva, percepção de reversibilidade do desemprego e percepção de tratamento digno/justo.

A partir desses elementos, observamos que a compreensão objetiva e subjetiva sobre a demissão alcança circunstâncias pessoais e organizacionais. Mas, cabe ressaltar que nos indagamos sob quais motivos levam um/a estagiária/o a ser demitida/o para além de justificativas de fim de contrato e corte de pessoal. Em geral, a resposta que encontramos é o desalinhamento entre a expectativa de produtividade e o que é de fato entregue. Portanto, compreendemos a partir dos indícios que as/os estagiárias/os precisam ser ágeis em absorver a cultura organizacional e os processos produtivos para trabalharem em consonância com as metas da empresa.

No caso de Helena, ela foi contratada, ainda no segundo semestre da graduação, para atuar na área de atendimento de uma *startup* em Porto Alegre (a colaboradora-participante reside em Sapucaia do Sul). A demissão não demorou muito a chegar. Em menos de um mês foi demitida sob a justificativa de que “o trabalho não estava sendo o que eles esperavam”. Helena, no entanto, ressalta que não estava satisfeita em estagiar em um setor distante do jornalismo que imaginava. De qualquer forma, observamos que a forma como a demissão se desenrolou deixou marcas de desapontamento, mesmo que Helena considere que foi o melhor para si.

Foi uma experiência bem curtinha. Foi oficialmente o meu primeiro estágio de jornalismo, mas eu trabalhava com atendimento, então era uma coisa bastante monótona no começo. E eles me passaram o que eu precisava fazer e eu sempre em contato com os meus chefes. Eu estava até preparando alguns projetos que não saíram do papel, mas basicamente eles me diziam o que eu tinha que fazer. *Eles te davam alguma revisão ou alguma dica ou alguma coisa que eles gostariam que mudasse no teu trabalho?* Sim, no final da semana sempre tinha uma reunião para planejar o que tu vai fazer na semana. E aí o meu chefe falava o que ele estava gostando e o que eu precisava melhorar. *Por que tu não coloca essa experiência no teu currículo?* Porque eu fiquei um mês. [...] Mas foi legal, primeiro estágio, as pessoas eram legais. *Foi tu que quis sair da startup ou foram eles que decidiram encerrar o período?* Foram eles que decidiram encerrar. *Eles deram uma justificativa?* Eles falaram que o trabalho não estava sendo o que eles esperavam. E eu também não estava muito feliz naquele lugar, era muito difícil para mim estar motivada em um lugar que eu não estou feliz, porque a gente dá mais retorno quando está feliz no lugar onde está trabalhando (Helena).

O relato de Helena pode ser interpretado a partir de duas dimensões: o que realmente aconteceu e como ela conta. No primeiro caso, uma estudante ainda no segundo semestre é contratada em uma empresa com cerca de cinco pessoas e em sua área de atuação era necessário que houvesse uma pessoa com autonomia para executar as funções (provavelmente esta pessoa não seria um/a estagiária/o). O chefe (dono da *startup*) atuava como um gestor de projetos ao delegar tarefas e fornecer perspectivas de execução do trabalho. Segundo Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009), essa figura no capitalismo flexível orienta as pessoas contratadas que têm de fato conhecimentos e habilidades no tipo projeto gerenciado. Sendo improvável que Helena fosse capaz de desempenhar o nível de autonomia atribuído a ela, optou-se pela demissão prematura, responsabilizando-a ainda por parte da decisão.

Na forma como Helena constrói os fatos, ela, de alguma forma, assume essa responsabilidade, mas tenta se desvincular de possíveis entendimentos de incapacidade, afinal a demissão por si só tem impactos socioemocionais. Mas, neste caso, é atravessada pelo período curto e *feedback* negativo. Helena, então, justifica que estava desanimada por atuar em uma área distante do jornalismo idealizado. Logo, por não estar motivada, o trabalho foi impactado

não correspondendo ao resultado esperado. Helena sabe que não quer falar isso em uma entrevista de emprego, e talvez nem deva, por isso subtrai a experiência do currículo, desligando-se assim dos benefícios deste estágio: rápida colocação ao mercado de trabalho em uma vaga de alta exigência por autonomia, conhecimento em práticas e metodologias de gestão de *startup*.

Outro exemplo é o de Camila. A experiência da colaboradora-participante também aconteceu em uma empresa pequena (até cinco funcionárias/os). Dela identificamos que é exigido um alto nível de autonomia, já que era a única responsável por suas atividades sem um/a gestor/a de área. De certa forma, ela conseguiu assumir tal incumbência, o que fica evidente quando chega a indicar melhores maneiras de estruturar a comunicação da empresa. Tal comportamento competente pode estar relacionado ao tempo de graduação (maior do que Helena) e por não ser sua primeira experiência.

No entanto, suas indicações são recusadas pelos chefes. Analisamos que essa recusa está atrelada a um julgamento comportamental contra Camila, uma vez que, em seu *feedback* de demissão, eles sinalizam que ela não se adaptou à equipe e a demissão ocorre dias após precisar se ausentar das funções por motivos de saúde. Essa soma de fatores críticos colocam as habilidades de Camila em segundo plano e culminam em uma demissão prematura: um mês.

Na [nome ocultado] eu não estava em um momento muito bom psicologicamente. Então chegava meio mal no trabalho às vezes. E o maior problema que eu vi, é que a equipe era pequena, era eu, uma outra jornalista, e um casal, que eram os donos. A minha função era basicamente cuidar do site e eventualmente ajudava com os *releases*, mas isso era mais trabalho da jornalista. E eles faziam muitas reuniões, sabe, tipo umas três por semana. Eu acho que em todas elas eu falava que a gente precisa acertar isso [voz da marca], porque senão não ia fazer sentido a gente fazer *post* em cima de *post* e que não ia ter seguidor. E aí parecia que eles estavam em outro mundo, sabe. E **quando eles me demitiram, falaram que eles esperavam uma coisa e no fim foi outra**. E que eu trabalhava de maneira muito individual, que eu não tinha me adaptado ao grupo. E sei lá eu tava muito mal, tava com conjuntivite, tava morrendo. E eu até tinha sido assaltada naquele final de semana. Eu até já tinha sido assaltada umas 10 vezes, mas aquela vez foi meio violenta. Eu até tinha pedido pra ficar uns dias em casa por causa da conjuntivite e no outro dia me demitiram. Não sei se eles já pensavam em me demitir e aí tiveram certeza ou se já queriam mesmo, não sei, mas ficou meio estranho. Eles até falaram que me indicariam para qualquer lugar que eu quisesse, mas foi bem ruim. Depois que eu saí de lá eu fiquei um bom tempo desempregada, aí fui vender sacolé (Camila).

Caldas (1999) salienta que dentre os efeitos da demissão, também está o pós-demissão. Ou seja: quanto tempo a pessoa ficou desempregada e sob quais condições sua vida foi condicionada. Camila revela que o período não foi curto e ainda a submeteu à vulnerabilidade, tendo que vender sacolé para se manter. Consideramos que todo esse processo representou um desgaste em Camila. Após sair deste estágio, a sua próxima experiência é no mesmo lugar do

seu primeiro estágio, o que costuma ser bastante incomum. Ela, no entanto, revela que faria diferente, teria ido em busca de um estágio em outro local. Mas quais recursos emocionais e financeiros Camila dispunha naquele momento para escolher e planejar sua carreira a longo prazo? Talvez Camila estivesse em busca exatamente disso, um lugar pelo qual já passou, sabe que receberá um tratamento justo e terá maior segurança psicológica e econômica para se desenvolver.

Por fim, Virgínia nos apresenta um doloroso processo de demissão. Diferente do relatado pelas outras colaboradoras-participantes, não é em reuniões que os constrangimentos acontecem. É no meio da sala do trabalho que lida com duros comentários em relação à gramática e ortografia, tema sensível às/aos jornalistas, já que o domínio do idioma é uma das suas principais ferramentas de trabalho.

Eu fui demitida e depois o cara quis que eu ficasse. Ele já tinha até chamado uma pessoa pra minha vaga sem me dizer que eu ia ser demitida. A [nome ocultado] era o pior lugar que eu já trabalhei. Era um ambiente horrível, machista, só falavam coisas horróricas o tempo inteiro. Às vezes eu até falava alguma coisa, porque me incomodava muito as coisas que eles falavam. Aí teve um dia que ele [chefe] falou do meu texto, ele falou que eu tinha sérios problemas de português, de concordância, algumas coisas eram verdade. Aí ele perguntou se eu sabia a regra da crase. Aí eu falei que não sabia, minha mãe é professora de português, mas eu não sei a regra da crase. Aí ele falou “como é que tu não sabe a regra da crase”. Aí ele falou que ia me ajudar. Ele nem era jornalista, era publicitário, mas era o meu chefe, quem corrigia os meus textos era um jornalista, mas ele não mandava em nada. Aí, ele [chefe que reclamou] me ajudou um dia e no outro **me falou que não dava mais e que eu tinha que procurar um lugar que me ajudasse**. Aí nesse tempo já tava fechando os meus dias pra receber inteiro. E aí a pessoa que ele tinha chamado pra ficar no meu lugar se mudou para Santa Catarina. E lá [nome ocultado] é ruim faltar gente, porque tem muito trabalho. Aí ele veio me dar um migué que ia me dar uma segunda chance. Só que já tinham me contado o que tinha acontecido. **Aí eu falei que não, que como ele tinha dito que eu tinha que achar um lugar pra eu aprender mais, eu ia atrás desse lugar**. Queria me fazer de trouxa pra depois colocar outro no meu lugar. Aí **depois disso eu fiquei muito mal, queria até desistir do jornalismo**. Só que aí um professor leu os meus textos e falou que o cara nem sabia de nada, “isso aqui é coisa de quem tá começando”. Aí depois disso eu fiquei um tempão só como *freela* e tava procurando estágio (Virgínia).

Não podemos descartar o termo que ela relembra que o chefe verbaliza: “lugar”. De certa forma, ele provoca Virgínia a questionar quais lugares pode transitar e se apropriar. Ou seja: é capaz de ocupar uma posição de jornalista? Seus textos podem ser publicados e divulgados? Virgínia ao menos possui certo nível de autoconfiança para se defender da hostilidade do chefe. Em um primeiro momento, expõe que sua mãe é professora de português, o que aciona um capital cultural e até mesmo imaginários sobre a educação que Virgínia acessou. Contudo, o que já estava dolorido se torna ainda mais tóxico, pois, em sua visão, a demissão ocorre de forma injusta.

Mesmo que seja comum as empresas contratarem um/a nova/o funcionária/o antes de efetivarem a demissão da/o antecessor/a (já vi, enquanto jornalista de redação, isso ocorrer inúmeras), o então chefe trata o emocional de Virgínia como um bem manipulável às próprias necessidades e mesmo à espreita de demiti-la cria uma lúdica narrativa de segunda chance. A colaboradora-participante novamente se agarra ao senso de autoestima e autorrespeito e se recusa a permanecer naquele lugar.

Certamente a experiência deixou marcas em Virgínia. Observamos que ela se tornou mais resistente a candidatar-se a vagas nas quais não têm pleno domínio das ferramentas e habilidades; deixou de inovar nos textos - sabemos disso porque a chefe do estágio posterior questionou a desenvoltura literária que apresentava no portfólio; e correções gramaticais se tornaram difíceis de engolir. Mais do que aceitá-las, ela as compreende como uma resposta objetiva às suas incertezas em relação à capacidade de ser jornalista. O impacto desse processo de demissão pode ser melhor analisado a partir da pesquisa de Caldas (1999). Segundo ele, é coerente que dependendo da forma como a demissão aconteça, a pessoa desenvolva inseguranças, perda da autoconfiança e autorrespeito, propensão à autossabotagem, e a satisfação com a carreira é afetada. Podemos identificar esses comportamentos na conduta de Virgínia, que se tornou mais reativa a experimentar e passou a ser mais cautelosa sobre onde e com o que trabalhar. Em outro momento, questionamos se ela considerava o processo de gestão do chefe como racista e sexista.

Eu tenho certeza, porque além dele falar coisas absurdas, ele meteu uma pressão em mim, mesmo eu estando no 3 semestre. Gente, ele me perguntou o negócio da crase. E essa coisa eu tenho até hoje, tanto que **quando eu erro nisso, eu fico mal**. Tipo, teve uma questão de quando eu passei no TCC, não apresentei na minha casa, porque às vezes tem barulho. E aí eu fui lá para casa da minha tia, porque lá é silencioso. E quando eu tava voltando de Uber para a casa, eu escrevi um texto. E a [ex-chefe] me falou um negócio que eu fiquei muito mal. Ela falou “parabéns, mas arruma o teu texto lá que tem erro de concordância”. E aí eu fiquei muito mal e comecei a chorar. Aí eu falei para a minha mãe que **eu não posso ser jornalista porque não sei escrever** e a minha mãe falou “Ah, para tu tirou 10 no TCC e tá chorando por causa de um comentário de uma pessoa”. Aí depois que ela conversou comigo comecei a me sentir melhor (Virgínia).

Sob qual justificativa alguém invade um momento de alegria para amargurar outra pessoa? Não podemos inferir que o ato foi intencional em sua totalidade, mas é improvável que a mensagem se fundamente em princípios de zelo. Consideramos, portanto, que por mais que qualquer pessoa possa ser impelida a observações, a maneira natural de subordinação na qual Virgínia é colocada remete a um conjunto de discriminações racistas, levando-nos a olhar para além do que se fala, mas como se fala e o contexto no qual acontece (na frente de outros colegas, em um momento de comemoração). Partimos de uma intersecção gênero, raça, classe e idade

que culmina em diálogos brutais sobre a capacidade intelectual de Virgínia e deixam marcas traumáticas na sua construção de carreira, pois invadem a sua psique, nos termos de bell hooks (2019), e impactam o redesenho da personalidade e atividades de Virgínia.

A partir dos relatos e teorias levantadas neste tópico observamos que o tema da demissão no período dos estágios precisa encontrar mais espaços nas pesquisas da área, pois a forma como são conduzidos esses momentos de ruptura podem desencadear comportamentos de longo prazo para as/os estudantes, impactando suas noções de identidade e contato com a comunidade profissional. Além de atenção, é preciso que tais análises também se preocupem em acionar a perspectiva interseccional para detectar comportamentos e condutas de quem para quem.

5.5 MÉTRICAS DA EFICIÊNCIA

Durante as entrevistas, algo que nos inquietou profundamente foram as frequentes e ambivalentes menções a resultados rastreáveis e numéricos para embasar decisões, comumente para apontar a qualidade do trabalho entregue por elas. Liana Pithan et al. (2018) esclarece que na rotina jornalística tem crescido o uso de métricas para estabelecerem critérios do fluxo de trabalho e valores jornalísticos. No entanto, tal dinâmica não está condicionada somente a este campo, pelo contrário. Rafael Grohmann (2020), analisando pelo prisma da racionalidade neoliberal, aponta que a automação e extração de dados é uma forma de capital que promove acesso à informação compreendida como objetiva e transparente.

De maneira prática, Aurora atribui a eficiência do seu setor à implementação de relatórios de produtividade elaborados pela gestora:

Quando ela entrou tinha ela e mais 3 caras que trabalhavam ali [na assessoria de comunicação]. Eles estavam acostumados a um ritmo de uma pauta a cada 3 dias. E aí ela chegou e disse “não gente, a gente tem muita coisa para fazer”. E os caras não faziam relatório, e ela começou a implantar relatório. E depois tiraram os 3 caras ao mesmo tempo e colocaram um jornalista que ficou com a gente por um tempo. E aí contrataram eu e outra estagiária. E as pautas eram 1 ou 2 por dia e tu entregava no outro dia (Aurora).

Todo o cenário ganha uma nova conotação quando Aurora atribui, em parte, o investimento e produtividade da área aos relatórios de desempenho da equipe. A colaboradora-participante não revela os cargos dos antigos funcionários, logo não podemos inferir com precisão que a contratação de duas estagiárias e um jornalista signifique decréscimo ou progressão no setor. Mas da maneira como está posto, entendemos que, com os relatórios, o volume de trabalho aumentou, não significando a contratação de mais pessoas, e confirmando que funcionárias/os em nível de aprendizagem conseguiriam arcar com o fluxo atual. Mas, nos interessa aqui perceber como as práticas de mensuração de produtividade se infiltram na perspectiva de Aurora sobre como o trabalho deve acontecer.

Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 276), a adoção desse tipo de prática tem como maior objetivo “o cálculo do valor agregado não só no nível da empresa ou do estabelecimento, mas também no da equipe e até do indivíduo”. Logo, extrair números concretos da produção é uma forma ativa de calcular a eficiência, não prestando atenção somente à qualidade. Na verdade, a atribuição positiva passa inexoravelmente a levar em consideração a capacidade escalável da produção.

Virgínia nos traz outro exemplo de como os números passam a nortear as perspectivas de qualidade. Seu comentário, no entanto, parte do princípio de que o atual gestor não conseguiu manter o padrão de eficiência da chefe posterior. Isso se confirma na estagnação de seguidores que o perfil de Instagram do órgão gerou:

Mas assim o [nome ocultado] não sabe de nada, ele até pode ter trabalhado e feito algumas coisas, mas **no lugar onde ele trabalhava, ele também não fazia jornalismo. E ele faz umas matérias que ninguém quer saber**, aí eu falo para ele, e ele escuta, sabe, só que ele é muito metido, acha que sabe fazer tudo. *Tu sente falta da tua antiga chefe?* Assim, nessa parte sim, do trabalho, do jornalista e de aprender ela era melhor. E antes dela entrar a gente tinha poucos seguidores, tinha 500 seguidores e depois foi para 3000, e agora que ela saiu tem 3000 e pouco sabe, não subiu muito, porque **ela alimentava com conteúdo de verdade** (Virgínia).

Pithan et al. (2018) apontam que, de fato, o jornalismo sofre mutações sobre os critérios de qualidade no conteúdo a partir das exigências de audiência. As metas são acompanhadas por métricas e, no caso da colaboradora-participante, a que ela dispunha consistia nos dados de alcance do perfil no Instagram. Consideramos que sua crítica ao desempenho do chefe é importante, mas, novamente, nos interessa aqui perceber como os dados se colocam como norteadores de parâmetros de qualidade, geram decisões supostamente embasadas em torno da relevância ou irrelevância de abordagens e conteúdo.

De acordo com Cristiane Reimberg (2013), Adriana Braga et al (2014), Danielle Amaral e Grohmann (2014) e Alexandre Lenzi (2017), tal dinâmica ocorre porque na lógica das redações a notícia passou a ser tratada como mercadoria e as/os leitoras/es como clientes. Assim, as lógicas de produção, publicação, acompanhamento e metas jornalísticas empregam um modelo de gestão empresarial. Desta forma, “no lugar de um texto muito bom, é preferível publicar vários textos satisfatórios” para atrair mais clientes (PITHAN et al., 2018, p. 9). Logo, os tradicionais saberes da prática jornalística vão dando lugar a outras formas de ver e entender a profissão (ROXO; GROHMANN, 2015). E o que nos parece a partir dos exemplos apresentados é que as/os estudantes ingressam no mundo do trabalho das/os jornalistas com essa perspectiva de produção de produtos em direção à satisfação dos clientes.

De qualquer forma, ressaltamos que este tópico não cobriu a crescente e emergente literatura sobre métricas no jornalismo, que tem apontado nessa mesma direção, a partir de pesquisas como as de Caitlin Petre (2015; 2017) e Angèle Christin (2018a; 2018b).

5.6 “NUNCA TEM MULHER TE ENTREVISTANDO, MAS NUNCA ACONTECEU NADA”

Como é ser uma estagiária mulher no jornalismo? Descobrimos que responder essa pergunta é difícil e fácil ao mesmo tempo. É particularmente complexo identificar as submissões de gênero no ecossistema das universidades e estágios, porque os indícios apresentados pelas colaboradoras-participantes se escondem como fragmentos nas narrativas que colocam as adversidades como comuns a todas/os as/os estudantes. Em vista disso, observamos o apagamento de gênero, conforme definição de Maria Gloria Bonelli (2010), sendo uma forma de interpretar os acontecimentos de discriminação enquanto igualdade. Na prática, é assumir a responsabilidade pela falta de reconhecimento e sobrecarga de trabalho. No entanto, nos chamou a atenção que as colaboradoras-participantes tendem a definir uma fronteira entre o que as afeta diretamente e o que é direcionado a outras mulheres e contextos. Assim, o que se desenvolve, em suas percepções é um ambiente tóxico em geral, e não uma cultura organizacional na qual o gênero feminino não é bem-vindo.

*O que é ser mulher no mercado de trabalho para ti? É complicado, né. Eu nunca sofri nenhum preconceito, como eu te contei que as **minhas chefes sempre foram mulheres**. Mas ser mulher dentro do mundo do trabalho é sempre ser colocada em segundo lugar. E sempre muitos olhares de disputa, de ter que ser melhor que os homens medianos. *Na faculdade e no mercado de trabalho, tu já sofreu alguma discriminação por ser mulher? Nada que tenha me marcado muito, eu imagino que já, porque a gente lida com machismo todos os dias e em todos os lugares. Mas nada que tenha me marcado muito* (Helena).*

Na visão de Helena, o número de mulheres no local de trabalho, principalmente os cargos que elas ocupam, influencia na liberdade que terá. De fato, Gina Gaio Santos (2010) aponta que a distribuição de gênero nas instituições é um dos fatores que impactam a cultura organizacional e, como vimos, no jornalismo brasileiro, tem crescido o número de mulheres em cargos de direção e edição (THIBES; NICOLETTI, 2017), o que pode motivar as estudantes a desenvolver suas carreiras com mais segurança. No entanto, uma percepção tão relevante quanto o contingente de mulheres, de acordo com Santos (2010), é a maneira como elas lidam com as colegas mulheres e homens. Helena não nos deixa saber como isso se dá, mas inferimos que se basear pelo número total de funcionárias pode dar uma precária ideia de representatividade.

Além disso, destacamos a distinção que Helena articula entre volume e impacto das situações de discriminação. Entendemos que ela enxerga uma miríade de preconceitos no

cotidiano, mas que são lidos como parte da rotina de uma mulher trabalhadora. Somente quando tal situação transborda a fronteira definida por Helena sobre até onde o machismo pode avançar é que se torna uma situação traumática. O eminente risco de existir um nível aceitável e não refletido de preconceito é que essa barra pode flutuar entre os momentos da vida. Ou seja: o que antes era inaceitável agora não é visto como degradante. Colocamos dessa forma, porque os atuais desafios das colaboradoras-participantes se inscrevem em construir uma carreira, elas não têm filhos, a maioria (três) moram com os pais, os investimentos giram unicamente em torno do aperfeiçoamento profissional e do lazer. Mas as perspectivas de futuro e realidade se alteram, pois novas percepções, anseios e adversidades são somadas à existência ôntica. Em vista disso, nos indagamos sobre os movimentos de conformidade com o cenário capitalista-patriarcal na qual as mulheres precisam se flexibilizar para conviver com dinâmicas de poder.

Não queremos propor que as mulheres pensem sobre cada momento de submissão, afinal, isso só traria sobrecarga, mas nossa proposta com essa reflexão é tencionar um raciocínio consciente sobre o conjunto de opressões que as mulheres são afligidas em diferentes contextos e períodos, resultando assim em modos mais protegidos psíquica e fisicamente de existir no mundo do trabalho capitalista, colonial e patriarcal.

E também achava um ambiente meio tóxico [do estágio na área comercial]. Porque **além de mim, só tinha a cozinheira de mulher, tinha também uma outra guria mas ela foi mandada embora**. Eu nunca fui maltratada, longe disso, mas achava meio ruim. *O que tu achava tóxico?* Comportamentos, aquelas **piadas meio machistas, nada comigo**, mas entre eles e tal, mas quando tu é a única mulher é impossível tu não ficar um pouco desconfortável. Porque **também é o teu ambiente de trabalho**, tu não tem liberdade para se meter e falar o que tu pensa (Camila).

Camila, por outro lado, não goza do privilégio de ter colegas mulheres no ambiente de trabalho. Assim, a homossocialidade masculina (VEIGA, 2010; LELO, 2019) fica mais evidente e é mais difícil de ser rompida. Mesmo reconhecendo que o ambiente de trabalho também é seu, o senso de coletividade perde espaço quando indica que as piadas machistas não eram direcionadas a ela. Contudo, entendemos que essa pode ter sido uma maneira de se defender do cenário hostil. Refletir que a construção de gênero do estágio não era uma tarefa fácil, já que precisava permanecer naquele ambiente, pois avaliamos que, mesmo em tais condições, Camila se manteve naquela situação. Ou seja, a dependência financeira gera modos de ver e sentir as circunstâncias que aumentam a fragilidade do cenário, mesmo que momentaneamente sirvam para apaziguar as situações de desconforto.

O que tu acha que é ser mulher no mercado de trabalho? Eu nunca tive uma experiência ruim como muitas mulheres têm no mercado de trabalho, tipo assédio e coisas assim eu nunca sofri, mas eu conheço mulheres que já sofreram, de comentários. No *homework*⁷⁸ era bem de boa [estágio antes de ingressar na graduação], **tinha bastante mulheres empreendedoras, acho que a maioria eram mulheres, na verdade.** Acho que essa foi a minha maior experiência de trabalho no mercado mesmo, porque depois eu **só trabalhei fazendo pesquisa na ESPM e eu não sofri nada lá. Também porque eu era aluna né, então ia pegar mal.** Mesmo assim eu me preocupo de ter alguma dificuldade por conta disso, porque eu sei que existe diferença de salário, todas essas coisas a gente tem medo de passar um dia. *Tu acha que tem alguma coisa que possa fazer pra que isso não aconteça contigo?* Acho que eu **nunca fui de me manter calada quando eu não gostava de alguma coisa.** Nunca fui de brigar com ninguém, dá pra contar nos dedos quantas vezes eu briguei mesmo. Eu até tava vendo um print de uma menina que o chefe dela faz uma piada machista, e ela falou que não entendeu e ele ficou sem graça de explicar. E quando ela era adolescente, o pai dela disse que **se ela der uma risadinha de nervoso eles vão achar que tá concordando.** Mas se tu se fizer e sonsa, a piada vai perder a graça. Então, quando alguém fazia uma piadinha machista sobre outra pessoa pra mim, eu nunca deixava passar. *Quando tu fez alguma entrevista tu se sentiu discriminada de algum jeito?* Acho que não, porque **as entrevistas que eu fiz nunca eram muito concorridas, então não tinha grandes parâmetros.** Mas em todas as entrevistas eram homens. E aí isso é uma coisa que a gente já se sente meio incomodada, porque **nunca tem mulher te entrevistando, mas nunca aconteceu nada** (Olívia).

Olívia é outra colaboradora-participante que apresenta o elemento de quantidade para pensar sobre machismo no ambiente de trabalho. Para além disso, sua narrativa traz outros elementos. Como não teve muitas experiências de estágio, sua concepção de defesa acontece por meio de dicas e reflexos de como se posicionar, e não em um *background* de posicionamentos que deram ou não certo. Observamos uma idealização de como as mulheres devem se posicionar, afinal, no caso de Camila, ela contava com limitações evidentes para expor suas opiniões. Desta maneira, as mulheres assumem parte da responsabilidade pela hostilidade sexista no trabalho mesmo quando não têm poder de controlar. Ainda assim refletimos que, para a psique de Olívia, o distanciamento (desse) mercado do trabalho a proporciona uma visão mais otimista sobre as relações sociais, conseguindo inclusive penetrar em temas como salário, assunto não levantado por nenhuma outra colaboradora-participante.

Ponderamos a partir dos exemplos trazidos que a soma dos anos lidando com conflitos e opressões repercutem na forma de se comportar no mercado de trabalho. É importante pensarmos sobre isso, pois todas as colaboradoras-participantes tiveram experiências profissionais que antecederam a entrada no jornalismo, logo situações com mais ou menos opressão se somaram ao peso de ser uma mulher trabalhadora. Diante dessas reflexões, entendemos a colocação de Olívia de que não há recrutadoras no processo seletivo pela dimensão de que os profissionais homens medeiam o acesso dela à empresa, logo suas

⁷⁸ Local que aluga salas para as/os trabalhadoras/es operarem. Também é conhecido como *coworking*.

concepções de gênero podem ser acionadas para abrir ou fechar portas (SANTOS, 2010; SILVA, 2010). Ainda assim, não escapa aos nossos olhos a indicação de que ela vinha se candidatando a vagas menos prestigiosas. Conforme debatido no primeiro tópico deste capítulo, Olívia guarda algumas vantagens por já ter um curso técnico na área. Portanto, o que a leva a se candidatar a oportunidades menos concorridas? Por que acredita que nelas sua experiência seria mais afável?

Não temos respostas exatas para essas questões, mas não deixamos de avaliá-las pelo prisma de gênero. Por isso, na primeira questão existe o imperativo de tempo de curso, o que a coloca em desvantagem nos processos seletivos com mais pré-requisitos. No entanto, diante do que nós mapeamos em trabalho anterior (CAMPOS, 2020a) em relação às exigências dos estágios em comunicação, acreditamos que Olívia teria plena capacidade de se candidatar e ser aprovada. Diante disso, relacionamos suas perspectivas às amarras do disciplinamento patriarcal e capitalista que inferem um conjunto de disposições contrárias à capacidade profissional de mulheres. No entanto, o segundo caso se intersecciona com o primeiro, uma vez que sendo superqualificada para a vaga, Olívia teria maior poder para negociar sua existência no estágio, pois tem habilidades que consegue comprovar. Assim, isso aumenta as chances de sua opinião ser ouvida e respeitada, das/os colegas confiarem em suas entregas e poder se desenvolver com mais segurança psicológica. Contudo, é válido se questionar: por que Olívia considera se candidatar a estágios que, de modo geral, têm limitações para ela autocriar competências novas? Isso seria mais um reflexo do disciplinamento, as mulheres estariam menos propensas a arriscar campos desconhecidos. Esse comportamento pode não ser tão consciente, pois Olívia é curiosa e não teve experiências ruins como outras colaboradoras-participantes no mercado de trabalho.

Em vista das discussões traçadas aqui a partir dos indícios coletados entendemos o apagamento de gênero como um produto aperfeiçoado na racionalidade neoliberal. As estratégias de sobrevivência das mulheres no mundo do trabalho seriam colocadas contra elas mesmas, mas quando pensamos pelo ponto de vista da psique (HOOKS, 2019), entendemos que há pouco espaço para elaborar táticas realmente efetivas que garantam o bem-estar, a capacidade de autorrespeito e a progressão satisfatória na carreira. Em geral, no momento presente acreditasse estar abrindo mão somente do segundo elemento, mas a curto e médio prazo podemos observar o resultado dos silenciamentos, conformidades e pesos como barreiras para o avanço equiparado aos homens na carreira.

Em resumo, podemos apontar a partir dos exemplos que as estagiárias mulheres enfrentam em suas experiências submissões de serem as únicas ou uma das poucas mulheres na

equipe (quando não da empresa); ouvem piadas sexistas de seus colegas homens direcionadas a outras mulheres; guardam profundas inseguranças sobre suas capacidades, o que as reprime a pleitear vagas e mesmo enxergarem que estão sendo subjugadas por suas/seus gestoras/es; não registram em seus currículos suas habilidades por medo de não saberem executar com maestria; narram estar em busca de aprendizado e bem coletivo antes de ganhos financeiros; descrevem eventos de hostilidade com uma costumeira frase: “ao menos foi uma experiência”.

5.7 PORQUE PESQUISAR ESTÁGIO É IMPORTANTE PARA OS ESTUDOS DE MUNDO DO TRABALHO DOS JORNALISTAS

As motivações intrínsecas de realizar esta pesquisa já foram brevemente apresentadas na Introdução desta dissertação, mas ainda é preciso falar para além da perspectiva acadêmica e colocar nossos achados em sintonia com os estudos de mundo do trabalho das/os jornalistas. Por isso, assinalamos que a pesquisa contribui com o campo por examinar as negociações do ensino superior, bem como processo de profissionalização em uma conduta de baixo para cima, ou seja, ouvindo a opinião e vivências de cinco estudantes, ponto este que Hanusch et al. (2015) considera ainda cego nos estudos da área.

Justamente, temos observado que pesquisas dedicadas a entrevistar jornalistas formadas/os costumam dar saltos no tempo que desconsideram as articulações de poder e opressão que ocorrem neste momento inicial do percurso profissional. Deuze e Witschge (2020) apontam que, em parte, esse movimento se dá por teóricas/os acreditarem que é possível explicar o que o jornalismo apenas pelas vivências presentes dentro das empresas midiáticas. Tal recorte tem como resultado a invisibilidade de atores, espaços e circunstâncias que influenciam no futuro da profissão.

Ao longo de sua história, a noção geral ou ideia de jornalismo ficou mais ou menos a mesma. Seus valores e ideais fundamentais permanecem intactos. Seu compromisso com o serviço público, busca da verdade e prestação de informações com base em verificação profissional e independente foi presumido e amplamente afirmado. Em outras palavras: quando olhamos para o jornalismo em larga escala, a tendência de ver coerência é forte. Quando alguém muda para jornalistas individuais - quando a unidade de análise torna-se o que os jornalistas fazem e sob quais condições eles trabalham - uma realidade confusa emerge (DEUZE; WITSCHGE, 2020, p. 22, tradução nossa).

Na reflexão das autoras, podemos identificar que a suposta coerência do jornalismo é falaciosa quando um leque de lugares e posições deixam de ser investigadas na história dos estudos da profissão. Essa constatação exige esforços e observação multilateral das/os pesquisadoras/es dedicadas ao campo para detectarem fluxos de conexão e negociações dentro de vários contextos em que o jornalismo pode emergir. Além disso, o olhar da análise também precisa se concentrar nas vivências individuais das/os jornalistas e não apenas buscar a dialética nas articulações coletivas, isto é, na própria relação indivíduo-coletivo, conforme proposto pela presente pesquisa, ao buscar respostas sobre o que o jornalismo está se tornando nas experiências de cinco mulheres estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul.

Dentre os proveitos da abordagem proposta, indicamos olhar como as empresas assumem uma posição de capacitante das competências jornalísticas. Dependendo do produto comercializado pelas instituições, isso resultará em determinado reflexo de como as/os estudantes enxergam o jornalismo, moldando as habilidades desenvolvidas e suas utilidades. Entendemos que esses primeiros contatos com o mundo do trabalho impactam nas perspectivas de futuro do que as/os alunas/os esperam para si e da profissão. Essas novas percepções influenciam o jornalismo, mesmo quando partem de pessoas extramídia, porque também em pontos como esses conseguimos fazer inferências à comunidade jornalística.

Como as colaboradoras-participantes vislumbram um futuro do trabalho fora das redações jornalísticas, elas passam a elaborar justificativas para tal decisão. Acreditamos que os argumentos surgem da intersecção da realidade sobre as condições de trabalho das/os jornalistas com um movimento resiliente para não autofragilizar suas decisões de empregabilidade. Assim, elas se tornam mais críticas sobre a função da/o repórter, apontando os elementos de precarização e, em contrapartida, destacam os pontos positivos de atuar extramídia. Consideramos, contudo, que o contraste não é tão polar. Existem vulnerabilidades e fortalezas em ambos os setores. No entanto, nos parece a partir dos indícios que para as mulheres, em especial as mulheres negras, pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho, as redações jornalísticas oferecem um sistema de identidade, fluxo e divisão do trabalho muito menos atrativo (ROSA, 2016; SOUZA, 2016; LEITE, 2017; FIGARO, 2018; LOUBACK, 2018; BANDEIRA, 2019; LELO, 2019). Em vista disso, consideramos que as mudanças mais sensíveis em torno das lógicas de trabalho da redação partem das margens, de quem por vários motivos não acessou, não quis ou não conseguiu penetrar neste ambiente de trabalho tão significativo para os jornalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, de modo geral, contribui para os estudos de jornalismo ao apresentar as possíveis reconfigurações do mundo do trabalho da categoria a partir do percurso profissional de cinco estagiárias mulheres do Rio Grande do Sul com idades entre 21 e 25 anos. As experiências de alunas/os em jornalismo já são tema de pesquisas (VALVERDE, 2006; CAMPOS; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2015; 2016; ZACARIOTTI; SOUZA, 2019), no entanto, a abordagem desta dissertação foi ouvir estudantes sobre seus métodos, estratégias e negociações para (r)existir no mundo do trabalho, considerando-as, assim, colaboradoras-participantes.

Tal movimento nos permitiu identificar as vivências concretas das estudantes distribuídas em quatro eixos de análise, marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe, localidade e sexualidade), econômicos (mesmo possuindo diferentes níveis de privilégio e opressão, todas são pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho), educacionais (oportunidades pedagógicas que acessaram ao longo da vida) e inseridos no núcleo familiar (circunstâncias de privilégio e opressão gestadas no seio da família). Discutimos que a partir desses quatro eixos as colaboradoras-participantes negociam suas existências no mundo do trabalho em contexto neoliberal. O resultado dessas articulações para disputar o ponto mais alto deste sistema antropológico de vida, a saber, lucrar, impacta diretamente o futuro do trabalho das/os jornalistas, uma vez que as habilidades, locais de trabalho e funções são reconfigurados para atender as necessidades e os anseios desse contingente de alunas/os que se formam. Contudo, tais mudanças ocorrem em sintonia às exigências dos empregadores.

O imaginário sobre o que é ser jornalista ainda é preenchido pelo ícone da/o repórter que escreve muito, está atenta/o a todos os acontecimentos, faz inúmeras entrevistas, apura as informações e consegue se expressar bem. Logo, nas informações mapeadas por este estudo há um reflexo nas habilidades que as alunas classificam como essenciais para um/a boa/bom jornalista. Em vista disso, há o desejo de estagiar em uma redação para justamente aperfeiçoar as competências de pesquisa, apuração, escuta e escrita. Também consideramos que a motivação seja por capturar vantagens competitivas, pois as empresas midiáticas se consolidaram como verdadeiras escolas de jornalismo.

No entanto, diante dos desafios de encontrar vagas dentro das redações, salários baixos e espoliação do bem-estar, as/os estudantes se inclinam a pleitearem oportunidades extramídia. Neste sentido, observamos que mesmo ainda carregando o ideal de jornalista romântico (LAGO, 2005; 2007), as questões de sobrevivência em curto e médio prazo se sobressaem sobre

as escolhas de área. Esse aspecto parece ser um reflexo de classe, uma vez que segundo Mark Deuze e Tamara Witschge (2020) a capacidade de atuar em empresas midiáticas está cada vez mais sujeita ao poder de conseguir viver com um salário-mínimo e em muitos casos pagar para trabalhar até se estabelecer na carreira, logo é preciso que exista uma condição economicamente confortável por trás desse investimento de longo prazo. Em suas perspectivas, esse “desvio” na perspectiva das cinco estudantes entrevistadas representa a impossibilidade de ingressar em uma redação, pois somente jornalistas com experiência em redação conseguiriam fazer a mobilidade de ramo sem representar danos às suas articulações saída-entrada à redação. Tal ponto demonstra a pressão e importância por estagiar em locais que representam acréscimos à carreira das/os jornalistas.

Dentre os achados da nossa articulação conjunta com as colaboradoras-participantes, mapeamos que elas aderem a modos de ver, sentir e entender a vida profissional a partir de diretrizes neoliberais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2018), o que se estabelece involuntariamente pela falta de alternativas em vislumbrar uma garantia de empregabilidade no atual mercado de trabalho. Ainda assim, observamos que elas conseguem trilhar um caminho que, mesmo de cunho neoliberal, seja enriquecido por epistemologias feministas, antirracistas e marxistas. Essa harmonia de aspectos antagônicos se mostra interessante, pois isola as estratégias neoliberais para a gestão individual da profissão (habilidades a serem constantemente desenvolvidas, busca por alta produtividade, pressão por rentabilidade), enquanto no âmbito da comunidade elas ponderam suas ações no senso de bem coletivo.

Contudo, é preciso ressaltar que há falhas nas “estratégias” de racionalidade neoliberal, não enquanto resistência, mas como opressão do marcador de gênero, pois é possível identificar traços de feminilidade em suas condutas alinhadas ao disciplinamento de como as mulheres devem contribuir à sociedade (SAFFIOTI, 1976; SOUZA, 2016). Dentre elas podemos citar: falta de autosegurança para bancar suas habilidades; perspectiva de constante aprendizado que retarda o senso de autoridade em determinadas disciplinas; dificuldade de romper com experiências ofensivas e improdutivas por manter expectativas baixas; e insegurança de desbravar novas competências. A partir desse leque de autossabotagens que têm impactos significativos em um mundo do trabalho volátil, que exige constantes mudanças das/os trabalhadoras/os, as mulheres saem em desvantagem nessas dinâmicas, mas ainda assim contribuem imprescindivelmente para a lucratividade de seus empregadores. Nancy Fraser (2020) e Juliana Souza (2016) nos ajudam a entender essas articulações. Para Fraser (2020), representa um movimento de neoliberalismo progressista, que internacionaliza práticas

meritocráticas às de diversidade, delegando às/aos oprimidas/os responsabilidades e sacrifícios para a manutenção da sobrevivência. Para Souza (2016) esses processos de precarização e opressão no jornalismo se estruturam com base no pós-feminismo, que abafa as situações de fragilidade social com a romantização de trabalho duro.

Apesar do leque de perspectivas e narrativas empíricas para entender os impactos da feminilidade no percurso profissional jornalístico, as inferências das colaboradoras-participantes são precárias, pois estão submersas em um mar de justificativas. É neste sentido que observamos a necessidade de aprofundar as discussões e análises para além das páginas desta dissertação. Nas perspectivas de futuros desdobramentos dos achados teórico-metodológicos, vislumbramos esforços dialéticos para suplantar as barreiras de racionalidade neoliberal e pós-feministas que acobertam ações contrárias ao progresso profissional de mulheres em fase inicial da carreira hegemonicamente masculina. Muitas dessas lacunas, em certa medida, foram preenchidas pelas subordinações de classe e raça, uma vez que esses eixos se apresentaram como mais fáceis de capturar, pois as próprias colaboradoras-participantes os denunciavam.

Neste sentido, conseguimos fazer inferências mais precisas sobre os desafios de estruturar uma carreira no jornalismo sendo atravessada pelo marcador de classe. Por mais que a profissão já sinta o impacto da mercantilização, detectamos certos níveis de dificuldade de ingressar nas redações jornalísticas. Em parte, há resistências internas das empresas midiáticas que são acentuadas pelo baixo número de vagas. No entanto, as habilidades das colaboradoras-participantes se tornam capital competitivo para as áreas de *marketing*, publicidade e assessoria de imprensa. Ao conseguir uma oportunidade mais rapidamente nesses setores, as/os estudantes entram em um espiral de experiências que não representam poder de negociação para o ingresso nas redações. Assim, vemos a partir do escopo de informações coletadas uma hierarquia de habilidades na cultura do jornalismo. Em contrapartida, as competências de apuração, escrita e escuta, por si só, não significam vantagens para essas áreas, setores nos quais as/os alunas/os de jornalismo competem com pessoas de outras graduações que talvez estejam mais preparadas/os no uso de técnicas e ferramentas de comunicação.

Esse cenário multifacetado e complexo para as/os estudantes de jornalismo se apresenta como frustrante. Geralmente, é depois de dois anos de curso que os objetivos e pretensões profissionais ficam mais claros. Antes disso existe uma espera por fazer aquilo que se aprende na universidade. Não havendo abertura nos estágios para exercitar as práticas jornalísticas, cria-se o sentimento de insatisfação com os aparelhos educacionais e um conjunto de cursos curtos distribuídos por competências, oferecidos por empresas de *marketing*, são vistos como a saída

rápida para permanecerem capacitadas/os. Demonstrando como os estágios exigem mais do que deveriam das/os alunas/os e por consequência aumento o sucateamento da educação universitária para responder às necessidades das/os estudantes.

Esses aspectos se relacionam com a classe, porque também querem dizer a incapacidade de não terem tempo a perder. Em um mundo do trabalho de contexto neoliberal e dinâmico, pessoas que sentem o peso da empregabilidade se veem isoladas na necessidade emergente de descobrirem um ramo que garanta o mínimo de condições para a reprodução da vida. A duração média de uma graduação em jornalismo é de quatro anos, as/os estudantes costumam ingressar logo após a conclusão do ensino médio, logo com 18 anos entram e com 22 saem formadas/os. Nesse período, as/os teóricas/os do campo propõem que as pessoas colham experiências, descubram preferências, aproximem-se da cultura da profissão em suas diferentes dimensões e construam *networking* (PEREIRA et al, 2014; 2016; PEREIRA, 2015). Tais movimentos exploratórios exigem tempo e recursos econômicos, o que se mostra discrepante com a realidade de precarização das/os estagiárias/os que sobrevivem com a bolsa auxílio. O cenário apresenta mais complexidades quando as/os estudantes moram em periferias, pois o deslocamento usurpa mais tempo; quando são mulheres negras ou homens negros por precisarem lidar com as opressões e submissões da raça; quando pertencem à comunidade LGBTQ+ e igualmente precisam lidar com as situações de depreciação e estereótipos; quando são mulheres brancas ou negras e precisam assumir funções reprodutivas de suas casas. Existem outras tantas condições que se somam ao marcador de classe para gerar contextos de privilégios e opressões no percurso profissional.

Essa pressão de classe ganha fôlego porque após formadas/os, as/os alunas/os precisam gozar de alguma estabilidade para permanecerem se desenvolvendo. Novamente caímos na condição de tempo, pois os empregos são equilibrados com cursos de pós-graduação (Virgínia recém-formada já havia ingressado em um curso deste nível). A tática parte de uma pressão de permanecer competitiva/o e talvez não seja por acaso que as mais qualificadas sejam as mulheres⁷⁹.

Apesar de termos relacionado o preenchimento do tempo com atividades produtivas por conta das necessidades de classe, é importante ressaltar os privilégios opostos. Ou seja, caso não haja a iminente exigência por se manter em constante produção para fins de manutenção

⁷⁹ De acordo com os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, realizado em 2015, havia 175.419 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, contra 150.236 homens, uma diferença de aproximadamente 15%. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/45981-no-brasil-mulheres-sao-maioria-nos-cursos-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

de empregabilidade básica, quais outras atividades e vivências poderiam ocupar o tempo? Talvez a experimentação, serendipidade, a participação em eventos, a reflexão cautelosa e tática sobre o futuro profissional. É neste sentido que entendemos o tempo como um capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; WAJCMAN, 2015), pois nele podem ser contidas tarefas que promovem a capacidade de se manter competitiva/o a longo prazo ou responder de forma imediata às necessidades dos empregadores para garantir a empregabilidade no tempo-espaço atual.

Como propomos escutar e refletir sobre as dinâmicas do jornalismo inseridas no contexto do Rio Grande do Sul alguns pontos se apresentam como relevantes para as considerações. Apesar de não termos analisado as grades curriculares e nos dedicado ao tema junto às colaboradoras-participantes, observamos que suas ponderações sobre o jornalismo enquanto disciplina surgem de narrativas globalizadas sobre o campo, não conferindo regionalidades aparentes e articulações com a realidade riograndense. Neste sentido, inferimos que o jornalismo tem uma compreensão unilateral como função nas perspectivas das/os alunas/os. Os traços do cenário socioeconômico e político da região entram em cena quando as colaboradoras-participantes são convocadas a pensar sobre empregabilidade. Assim, a conjuntura de setores com maior número de vagas, veículos de comunicação existentes são levantados para refletir sobre os ramos nos quais o jornalismo consegue penetrar e vigorar entregando a expectativa de rentabilidade esperada por elas. Desse modo, acreditamos que o entendimento sobre o que o jornalismo está se tornando sofre mudanças de acordo com as possibilidades empregatícias de cada região.

Em vista disso, nossas perspectivas futuras sobre o desenvolvimento contínuo e prolongado desta pesquisa também se localizam em desenvolver mais discussões e levantamentos sobre o mundo do trabalho das/os jornalistas no Rio Grande do Sul, em especial para quem atua em funções extramídia e sobre os diferentes capitais que geram vantagens competitivas para as/os trabalhadoras/es do jornalismo. Em vista disso, almejamos permanecer com uma visada interseccional (CRENSHAW, 1989; 2002; CARRERA, 2020; 2021; HILL-COLLINS; BILGE, 2020) sobre o objeto de pesquisa, pois essa perspectiva nos auxilia com indícios para entender os aspectos de desigualdade social, relações de poder, contexto, relacionalidade, justiça e complexidade dos atores investigados.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **O Make Up do Trabalho**: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ABREU, Maira. **Feminismo materialista na França**: sócio-história de uma reflexão. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300216&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

AMARAL, Adriana da Rosa et al. **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital**. Sessões do Imaginário, v. 20, pp. 34-40, 2008.

ANDRADE, Michely Peres de. **Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro**. Revista Interterritórios, v. 4, pp. 75-91, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 12ª edição. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

AKOTIRENE, Carla. **Feminismos plurais**. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. Revista Estudos Feministas (online), v. 21, nº. 2, pp. 659-688, 2013.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão**: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. 2019. Tese (doutorado em Comunicação). Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNETT, Ronald. **Supercomplexity and the Curriculum**. Studies in Higher Education, v. 25, n. 3, pp. 255-265, 2000.

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BENNETT, Jessica. **Clube da Luta feminista**: um manual de sobrevivência (para um ambiente de trabalho machista). São Paulo: Editora Fábrica 231, 2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo e gênero na magistratura paulista**. Civitas, Porto Alegre, n. 2, v. 10, pp. 270-292, 2010.

BONETTI, Alinne de Lima. **Gênero, poder e feminismos**: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. *labrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 - janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012*. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em: 20 set de 2021.

BRAGA, Adriana et al. **O chão de fábrica da notícia**: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. *Intercom (São Paulo)*, v. 37, pp. 111-132, 2014.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. *Cadernos Pagu*, v. 26, pp. 329-376, 2006.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. **Gestão por competências**: métodos e técnicas para mapeamento de competências. *Revista Do Serviço Público*, v. 56, n. 2, pp. 179-194, 2005.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>

CEIC DATA. **Brasil Pib Per Capita**. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicador/brazil/gdp-per-capita>>. Acesso em 28 de jan. de 2022.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENO, Noemi Corrêa. **A invisibilidade das mulheres em programas esportivos de TV**: estudo de casos no Brasil e em Portugal. 2018. Tese (doutorado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

CALDAS, M. P. **A demissão e alguns significados psicológicos da perda do emprego para o indivíduo**. In: XXXIII ENANPAD 1999, Foz do Iguaçu: 1999.

CAMPONEZ, Carlos. **Novas responsabilidades do jornalismo face à liquidação da profissão**: Fundamentos normativos, valores, formação. *Media & Jornalismo (online)*, v.18, n. 32, pp.19-30, 2018.

CAMPOS, Évilin Thaoane de Matos. **Estagiário ou assistente?** Vagas de estágios em jornalismo no Rio Grande do Sul e consequências para o trabalho jornalístico. 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor, 2020, pp. 1-15, 2020.

_____. **Feminismo(s) na Donna:** análise de conteúdo da revista feminina de Zero Hora. 2017. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Jornalismo). 2017.

_____. **Pesquisa etnográfica em contextos digitais e de isolamento social:** desafios metodológicos. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, pp. 1-15, 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O pardo como dilema político.** Rio de Janeiro: Insight Inteligência (online), v. 63, pp. 80-91, 2013. Disponível em: <<https://inteligencia.insightnet.com.br/o-pardo-como-dilema-politico/>>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

CAMPOS, Pedro; ROCHA, Elaine, **Ensino de Jornalismo:** perfil profissional, regionalização das habilidades técnicas e competências. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, jan./jun. 2011.

CANDIDO, Marcia Rangel; JÚNIOR, João Feres. **Jornalismo Brasileiro:** Gênero e Cor/Raça dos Colunistas dos Principais Jornais do País. In: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (online). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://gema.iesp.uerj.br/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

CARRERA, Fernanda. **Roleta interseccional:** proposta metodológica para análises em Comunicação. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 1, pp. 1-26, 2020.

_____. **Para além da descrição da diferença:** apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. LIINCEM REVISTA, v. 17, pp. 1-19, 2021.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Interseccionalidade:** um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. Caderno Pesquisa, São Paulo, v. 50, n. 176, pp. 360-374, abr./jun. 2020.

CARVALHO, Viviane Patrícia Marques. **Comercialização do ensino superior no Brasil:** educação como bem público a ser tutelado pelo estado. Ensaio Pedagógico (Sorocaba), v. 3, n. 2, pp. 45-54, mai./ago., 2019.

CASERO-RIPOLLÉS, Andreu et al. **Las competencias profesionales en periodismo:** una evaluación comparativa. Historia y Comunicación Social, n. 18, pp. 53-64, 2014.

CASTRO, Bárbara. **Trabalho perpétuo:** o viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível. Lua Nova, São Paulo, v. 99, pp. 169-199, 2016.

_____. **Performing gender at work.** Cadernos Pagu, v. 35, pp. 379-388, jul./dez. 2010.

CORTINA, Adela. **Para uma teoria da cidadania.** In: CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 17-30 (cap. 1).

COSTANZA-CHOCK, Sasha. **Design justice**: community-led practices to build the worlds we need. Massachusetts: The MIT Press, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, pp. 139-167, 1989.

_____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, n. 10, v. 1, pp. 171-188, 2002.

CHRISTIN, Angela. Remaking the News: Essays on the Future of Journalism Scholarship in the Digital Age. **Contemporary Sociology**, Palo Alto: ASA, volume 47, número 6, 2018a. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094306118805422c>>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

_____. Counting clicks: Quantification and variation in web journalism in the United States and France. **American Journal of Sociology**, Chicago: The University of Chicago Press, volume 123, número 5, 2018b. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/696137>>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

DALPIAN, Paulo; SILVEIRA, Teniza de. **Locais de mercado, diversidade e exclusão interseccional**. Cad. EBAPE.BR, v. 18, n. 2. pp. 377-390, abr/jun, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**, 1981. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.

DELUIZ, Neise. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação**: implicações para o currículo. Boletim Técnico do Senac, v. 27, n. 3, pp. 12-25, 2001.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond Journalism**. Reino Unido: Polity Press, 2020.

_____. **Além do jornalismo**. Leituras do Jornalismo. Tradutora: Eliza Bacheга Casade. Ano 2, v. 2, n. 4, jul./dez., 2015.

DISCO.COOP. **The DisCO Elements**: groove is in the heart. 2021. Disponível em: <<https://elements.disco.coop/>>. Acesso em 28 de fev. de 2022

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2011.

ENGLERT, Sai et al. **Operaísmo Digital**: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, v. 22, n. 1, jan/abr, 2020.

COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES. **Mães jornalistas e o contexto da pandemia**. (2020) In: Federação Nacional dos Jornalistas. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/maes-jornalistas-sao-mulheres-esgotadas-pela-sobrecarga-de-trabalho-na-pandemia/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Virgínia. **Positive action and employment segregation**. In: FERREIRA, Virgínia et al, *Shifting Bonds, Shifting Bounds – Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, 271-279, 1998.

FIGARO, Roseli. **A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho**. *Revista Fronteiras (Online)*, v. 16, pp. 124-131, 2014.

_____. **Comunicação e trabalho**: implicações teórico-metodológicas. *Galáxia (São Paulo)*, n. 39, pp. 177-189, 2018.

_____. **O mundo do trabalho das jornalistas**: feminismo e discriminação profissional. *Brazilian journalism research (online)*, v. 14, pp. 570-591, 2018.

FNPJ; FENAJ. **Orientações gerais para construção de regulamentos de estágio curricular supervisionado em jornalismo**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2015/07/01.pdf>>

FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico**: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, Patrice et al (orgs). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010, pp. 205-227.

FRAGA, Karina Galli da Silva. **O etnógrafo e o jornalista**: o olhar e a escuta como ferramentas de trabalho. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 10, pp. 41-51, 2013.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução: Gabriel Landi Fazzio. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2019.

FROM THE WORKPLACE, Londres: Notes From Below, n. 13, 2020. Disponível em: <<https://notesfrombelow.org/issue/workplace>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

FURTADO, Marcos; NOVAES, Aline. **Jornalismo e questão racial: uma reflexão sobre (falta de) representatividade e seus desdobramentos**. IX Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo. Goiás: JPJOR, pp. 1-12, 2019.

GAMRANI, Sarah; TRIBOUILLARD, Clementine. **Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. Banco Interamericano de Desenvolvimento (online). 2021. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Genero-e-cidades-Guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. de 2022.

GROHMANN, Rafael. **As Classes Sociais na Comunicação**: sentidos teóricos do conceito. 2016. Tese. (doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2016.

_____. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers Sobre o Trabalho:** comunicação, mediações e recepção. 2012. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos:** dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 13, pp. 6-18, 2016.

_____. **Plataformização do trabalho:** entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. Eptic On-Line (UFS), v. 22, pp. 106-122, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2009.

HANUSCH, F. et al. **Journalism Students' Motivations and Expectations of Their Work in Comparative Perspective.** Journalism & Mass Communication Educator, v. 70, pp. 141-160, 2015.

HILL-COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. ; **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradutora: Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo social, v. 26, n. 1, pp. 61-73, junho, 2014.

CEIC DATA. **Holanda Pib Per Capita.** Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicator/netherlands/gdp-per-capita>>. Acesso em: 28 de jan. 2022.

HOOKS, Bell. **Anseios:** Raça, Gênero e Políticas Culturais. Tradutora: Jamille Pinheiro Dias. Editora Elefante. São Paulo, 2019.

HUWS, Ursula. **Reinventing the welfare state.** Reino Unido: Editora Pluto Press, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **ENADE 2012. Relatório Síntese. Comunicação Social. Jornalismo.** Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_comunicacao_social_jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais,** 1978. Tradução: Antonia Malta Campos. Caderno Novos Estudos, n. 86, pp. 93-103, 2010.

LAGO, Cláudia. **Construção do ethos romântico no jornalismo.** In: Ouhyses Fonseca (Org.). Fênix do Jornalismo. 1ª edição. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2005, v. 1, pp. 43-72.

_____. **Ethos Romântico do Jornalismo no Cinema.** In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Aracajú. Anais do 5º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução: Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Retratos Sociológicos**: Disposições e variações individuais. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reulliard e Didier Martin. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: ARTMED, 2004.

LEITE, Aline. **Editoras, repórteres, assessoras e freelancers**: diferenças entre as mulheres no jornalismo. Cadernos de pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 47, pp. 44-68, 2017.

LENZI, Alexandre. **Deadline no on-line**: mudanças de rotinas em redações de jornais impressos para priorizar o digital. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (São Paulo), pp. 1-17: SBPJor, 2017.

LELO, Thales. **A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero**. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, v. 27, pp. 1-14, 2019.

LONGA, Ariane; WEINSTEIN, Mary. **A invisibilidade negra no jornal nacional: uma questão que ultrapassa a tela da TV**. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (Goiânia), pp. 1-14, 2019.

LOUBACK, Andréia Coutinho da Silva. **Jornalistas negras no Rio de Janeiro**: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo. 2018. Dissertação (mestrado em Relações Etnicorraciais). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018.

LUKÁCS, Gabriella. **Invisible by Designer**: women and labor in Japan's digital economy. London: Duke University Press, 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. **Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo**: debates teóricos e políticos. In: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) (org.). Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, pp. 1867-1917, 2017.

MARQUES DA SILVA, Sofia. **Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina**. In: FERREIRA, Virgínia (Ed.). A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias. Lisboa: Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010. pp. 293-332.

MARQUES DE MELO, José. . **Os primórdios do ensino de jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 2, pp. 73-83, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). São Paulo: Boitempo, 2009.

MCINTYRE, Magdalena Petersson. **Agencing femininity**: digital Mrs. Consumer in intra-action, Journal of Cultural Economy, v. 13, n. 1, pp. 54-72, 2019.

MENDES, Samanta Colhado. **Anarquismo e feminismo**: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889 -1930). IX Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF (São Paulo), 2006.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **No Brasil, mulheres são maioria nos cursos de pós-graduação**. Portal MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/45981-no-brasil-mulheres-sao-maioria-nos-cursos-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara. **Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil**: uma tênue relação. Revista Famecos (online), v. 23, 2016.

MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abraji/gênero e Número, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 12 maio de 2021.

MONTARDO, Sandra; SILVEIRA, Bibiana; SCHMIDT, Serje; SCHREIBER, Dusan. **Redes estratégicas mediadas por plataformas na indústria criativa**: proposta de um framework teórico. Revista Gestão e Planejamento (Salvador), v. 19, pp. 177-190, jan/dez, 2018.

MORAIS, Ana Maria. **Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia**. 2018. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

MÜLLER, Paulo. **A escrita da cultura**: poética e política da cultura. Cadernos de campo (USP), v. 28, pp. 302-307, 2019.

SPILSBURY, Mark. **Journalists at Work Survey**. Reino Unido: National Council for the Training of Journalists, 2012. Disponível em: <https://www.nctj.com/downloadlibrary/jaw_final_higher_2.pdf>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

NONATO, Cláudia; FIGARO, Roseli. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**. Líbero (FACASPER), v. 1, pp. 71-80, 2016.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Bahia: EDUFBA, 2013.

PEREIRA, Fabio Henrique. **When a journalist decides to become a PR**: an analysis of the role of university programmes and internships in Brazilian journalism students' career choices. Estudios sobre el Mensaje Periodístico. Vol. 20, Núm. 2 (julho--dezembro), págs.: 1149--1168. Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, 2015.

_____. ; MOURA, Dione; PIRES, Karoline; LIMA, Ana. **Journalism students?** profile and their perceptions of journalism education in Brazil: A comparative analysis of local and national scenarios. Journal of Professional Communication, v. 4, pp. 95-133, 2016.

_____. ; SOUSA, Janara; MOURA; Dione Oliveira. **Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília**. Estudos em Comunicação, v. 1, pp. 47-74, 2014.

POELL, Thomas et al. **Plataformização**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, v. 22, n. 1, pp. 2-10, jan./abr., 2020.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?** Implicações dos conceitos. ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, v. 2, pp. 61-71, 2013.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. **Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)**. In: XXVII Encontro Anual da Compós, 2018, Belo Horizonte. Anais do XXVII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte: Compós, v. 1. pp. 1-23, 2018.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. pp. 215-252.

PRADO, Carlos Batista. **Liberdade e não liberdade em O Capital de Karl Marx**. Theoria (Pouso Alegre), v. 03, pp. 1-28, 2011.

PETRE, Caitlin. **The Traffic Factories: Metrics at Chartbeat, Gawker Media, and The New York Times**. New York: Tow Center for Digital Journalism, 2017. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D80293W1>> Acesso em: 28 de jan. de 2022.

_____. Engineering Consent: How the Design and Marketing of Newsroom Analytics Tools Rationalize Journalists' Labor. **Digital Journalism**, London: Taylor and Francis, volume 6, número 4, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2018.1444998>>. Acesso em: 22 de jan. de 2022.

REIMBERG, C. O.. **Organização do trabalho no jornalismo: centralidade e subjetividade em tempos de flexibilidade**. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: Intercom, v. 36. pp. 1-15, 2013.

REINHARZ, Shulamit. **Feminist Methods in Social Research**. New York, Toronto: Oxford University Press, 1992.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo?**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo profissionalização e feminização da carreira**. 2004. Tese (doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil**. 2016. Tese (doutorado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROXO, Michele Oliveira de. **Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia.** 2005. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Bauru, 2005.

_____. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional.** Tese (doutorado em Comunicação). 2011. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

ROSS, Karen. **As mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus.** *Media & Jornalismo*, v. 17, n. 30, pp. 63-69, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Petrópolis. Editora Vozes, 1976.

SANTOS, Gina Gaio. **Gestão, trabalho e relações de gênero.** In: FERREIRA, Virgínia (Org.). *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal - Políticas e Circunstâncias.* Lisboa, Portugal: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010, pp. 99-132.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos.** In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia (Org) *Filosofia: machismos e feminismos.* Florianópolis. Editora UFSC, 2014. cap. 7.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Jornalismo no Feminino: a mulher jornalista, subjetividade e atuação profissional.** *Comunicação & Sociedade (Online)*, v. 38, pp. 35-58, 2016.

SAVAGE, Glenn. **Neoliberalism, education and curriculum.** In: *Powers of Curriculum: Sociological Perspectives on Education.* Nova Zelândia: Oxford University Press, pp. 143-165, 2017.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **O mercado de trabalho da economia criativa no Rio Grande do Sul (2006-2017).** Governo do Rio Grande do Sul, 2019. Nota técnica.

SOUZA, Juliana. **O gênero no jornalismo em tempos de recessão: como se dá a representação mediática das mulheres num contexto de crise em Portugal.** *Revista ex æquo*, n. 33, pp. 135-147, 2016.

SILVA, Kathiusy Gomes da. **Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava.** In: XIV Encontro de história da AMPUH/MS, Dourados-MS, 2018.

SILVA, Sofia Marques da. **Mulheres e feminilidade em culturas organizacionais de hegemonia masculina.** In: FERREIRA, Virgínia (Org.). *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal - Políticas e Circunstâncias.* Lisboa, Portugal: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010, pp. 293-325.

SILVEIRINHA, Maria; SIMÕES, Rita. **As mulheres tentam compensar: O verbo compensar é terrível, não é?.** *Gênero e jornalismo em tempos de mudança*, v. 33, pp. 31-47, 2016.

SOUSA, Alyson Barbosa; BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **O trabalho na formação do ser social**. Revista Pegada, v. 21. n.1, jan./abr. 2020.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. Estudos Avançados (online), v. 30, n. 87, pp. 123-139, 2016.

SOUZA, Eliane Moreira de. **Elas na TV: a participação das jornalistas nas emissoras de televisão de Uberlândia : uma perspectiva em três tempos**. Dissertação (mestrado profissional em Gestão Organizacional). Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. 2017.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. **(Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie (online), v. 14, n. 4, pp. 76-105, 2013.

SOBRAL, Filipe; FURTADO, Liliane. **A liderança pós-heroica: tendências atuais e desafios para o ensino de liderança**. Revista de Administração de Empresas (online), v. 59, n. 3, pp. 209-214, 2019.

STRATHERN, Marilyn. **Entre uma melanesianista e uma feminista**. Cadernos Pagu, São Paulo, Campinas, n. 8/9, pp. 7-49, 2011.

_____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradutora: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

THIBES, André; NICOLETTI, Janara. **Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho**. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). São Paulo, pp. 1-20, 2017.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação**. In BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. (orgs.), Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

VALVERDE, Franklin Larrubia. **O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista**. 2006. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

_____. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes. **Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 5, n. 10, pp. 291-311, mar. 2021.

VIVAS-ROMERO, Maria. **Who cares for those who cared? an intersectional ethnography of global social protection arrangements**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Faculté des Sciences Sociales de Liège Université, Liège, Bélgica, 2017.

WAJCMAN, Judy. **Press for Time: the acceleration of life in digital capitalism**. Londres: The University of Chicago Press, 2015.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradutora: Waldea Barcellos. 1ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZACARIOTTI, Marluce; SOUZA, Paulo. **Panorama dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios do curso de jornalismo da UFT**. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Goiás (Goiânia), pp. 1-16. 2019.

ANEXOS

Imagem 6 - Vaga de estágio

Vaga para estágio, 6h por dia, turno a combinar (Mas se você for CLT ou PJ, manda o currículo pra nós também).

Assistente de criação com foco em Redes Sociais (estágio) em Porto Alegre

Estamos em busca de uma pessoa para reforçar o nosso time de criação, apoiando na gestão das redes sociais de clientes, com foco em produção de conteúdo e peças digitais. Além de social, ele apoiará equipes de mídia e performance na construção de landing pages e anúncios criativos.

:: REQUISITOS

Cursando Publicidade, Marketing, Comunicação, etc.

Heavy User de redes sociais

Português Impecável

Agilidade e proatividade.

Conhecimento em ferramentas de edição gráfica (Photoshop, Illustrator, Figma).

Capacidade de trazer novidades para o dia-a-dia do cliente, apresentando novas soluções e pensando conteúdos e ações diferenciadas, fora da curva.

:: DIFERENCIAIS

Experiência com monitoramento e construção de relatórios

Experiência em redação/produção de conteúdo para blogs

Experiência com Inbound Marketing (fluxos de automação, funil, etc)

Gosto por fotografia

Conhecer regras de SEO

Fonte: Captura de tela do grupo de Facebook *Vagas de Comunicação no RS*.

Imagem 7 - Vaga de estágio

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA SELECIONA ESTAGIÁRIO PARA ÁREA DE COMUNICAÇÃO

Órgão: Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul

Curso: comunicação social

Função: assessoria comunicacional do órgão, cobertura de eventos internos, atendimento ao público

Pré-Requisitos:

- Habilidade para redigir textos e buscar informações
- Proatividade
- Habilidade em gerenciamento de redes sociais
- Boa comunicação com o público
- Conhecimento de programas de edição
- Conhecimento do Pacote Office

Remuneração: de acordo com o semestre, conforme oferecido pela Secretaria da Cultura

Expediente: 6 horas por dia, de segunda a sexta

Local: Rua dos Andradas, 1234, 10º Andar, Sala 1009, Centro Histórico, Porto Alegre

Envie seu currículo para:

conselho@conselhodeculturars.com.br

Fonte: Captura de tela do grupo de Facebook *Vagas de Comunicação no RS*.

Imagem 8 - Vaga de estágio

Atividades:

- Produção de reportagens para os veículos da empresa (RS - mensal; Noivas - anual);
- Auxílio em eventuais postagens em redes sociais;
- Auxílio em publicações no site.

Pré-requisitos:

- Boa escrita;
- Gostar de ler;
- Ser ágil, as pautas podem mudar e/ou serem incluídas de última hora;
- Estar antenado nos principais assuntos (local e global);
- Noções básicas de fotografia;
- Criatividade e versatilidade.

Diferenciais:

- Conhecimento ou, no mínimo, interesse em áreas como moda, gastronomia e/ou cultura;
- Experiência na área;
- Experiência com fotografia.

Oferecemos:

- R\$750+VT (6h diárias, segunda a sexta)
- Local para almoço
- Ambiente bacana e com liberdade de criação
- Os mascotes mais queridos da cidade (Mila e Nero ❤️)

Fonte: Captura de tela do grupo de Facebook *Vagas de Comunicação no RS*.

Roteiro de perguntas:

As seguintes perguntas foram propostas após a coleta de dados preliminares com as colaboradoras-participantes, que se deu por meio de preenchimento de um formulário eletrônico, requisitando as seguintes respostas: idade; raça (branca, parda, preta, amarela ou

indígena); universidade frequentada; semestre atual; número de estágios realizados; e cidade onde reside.

1. Como está sendo a experiência das aulas remotas?
2. Recebeu algum tipo de auxílio, tanto financeiro quanto tecnológico, para o *home office*?
3. Para ir até o estágio precisa ir de ônibus ou consegue ir a pé?
4. Em relação ao espaço que tu tens em casa para estudar, há uma escrivaninha e cadeira confortável?
5. Precizou comprar alguma dessas coisas durante a pandemia?
6. Consegue fazer as suas funções (estudo e trabalho) sozinha do quarto ou divide o cômodo com outras pessoas?
7. Durante a pandemia, teve que trocar o plano de internet da casa?
8. Teve que trocar o computador?
9. Por quais sites tu te informas? Tanto em relação ao veículo de informação quanto à rede social digital.
10. Faz ou já fez terapia?
11. Na descrição dos estágios, as atividades foram explicadas pra ti ou colocou no seu currículo o que foi vendo o que tinha que fazer?
12. Dessas atividades do estágio, tinha alguma que mais gostava ou se sentia mais capacitada a fazer?
13. Teve alguma cadeira na faculdade sobre como elaborar currículo?
14. Qual a diferença entre habilidade e conhecimento?
15. O que é trabalho para ti?
16. Já sofreu algum preconceito racial no trabalho?
17. O que é ser mulher no mercado de trabalho para ti?
18. O que é ser mulher negra no mercado de trabalho para ti?
19. Na faculdade e no mercado de trabalho, já sofreu alguma discriminação por ser mulher?
20. O que tu mais gosta no jornalismo?
21. O que é jornalismo para ti?
22. Quais qualidades de um bom jornalista tu considera que já tem?
23. Quais são as tuas principais referências de jornalistas?
24. Não pensando em jornalismo literário, mas pensando em literatura no geral. Quais são as suas referências?
25. Nos seus estágios, o que tu sentes que aprendeu para exercer um bom jornalismo?
26. Tu achas que aprendeste mais sobre o jornalismo na faculdade ou no trabalho?
27. Considera que a prática é essencial para quem está no jornalismo?
28. Pra ti, o que um jornalista precisa ter?
29. Qual vaga de estágio gostaria de se candidatar? Por quê?
30. Como chegaste às suas vagas de estágio?
31. Quem mais investiu nos teus estudos e no teu futuro?
32. Qual é a tua sexualidade?
33. Qual é a tua classe social? Justifique.

34. A tua definição de raça sempre foi clara pra ti?

35. A sua família tem algum tipo de religião?